



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**  
**IFCE CAMPUS FORTALEZA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E**  
**TECNOLÓGICA – PROFEPT**

**DENISE DE ARAÚJO SILVA HOLANDA**

**ANÁLISE DA RETENÇÃO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**  
**PARA A PROMOÇÃO DA PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFCE**

**FORTALEZA**

**2021**

**DENISE DE ARAÚJO SILVA HOLANDA**

**ANÁLISE DA RETENÇÃO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO  
PARA A PROMOÇÃO DA PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO  
IFCE.**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, do IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Beatriz Cordeiro Moreira

**FORTALEZA-CE**

**2021**

**DENISE DE ARAÚJO SILVA HOLANDA**

**ANÁLISE DA RETENÇÃO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO  
PARA A PROMOÇÃO DA PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFCE**

Dissertação apresentada ao programa de  
Mestrado Profissional em Educação  
Profissional e Tecnológica - PROFEPT, do  
IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Ceará, como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Beatriz  
Cordeiro Moreira

Aprovada em \_\_/\_\_/\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Heloísa Beatriz Cordeiro Moreira (Orientadora)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

---

Profa. Dra. Natal Lania Roque Fernandes  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

---

Profa. Dra. Patricia Ribeiro Feitosa Lima  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

---

Prof. Dr. Emmanuel Wassermann Moraes e Luz  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Instituto Federal do Ceará - IFCE  
Sistema de Bibliotecas - SIBI  
Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- H722a Holanda, Denise de Araújo Silva.  
ANÁLISE DA RETENÇÃO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFCE. / Denise de Araújo Silva Holanda. - 2021.  
167 f. : il.
- Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2021.  
Orientação: Profa. Dra. Heloisa Beatriz Cordeiro Moreira.
1. Educação Profissional. 2. Retenção Escolar. 3. Assistência Estudantil. I. Título.
- CDD 378.013
-

Ao meu amado filho Heitor, luz de meus dias,  
e ao meu companheiro Francisco Holanda,  
minha fonte de inspiração.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir-me estar viva para chegar ao fim dessa caminhada. Sou grata por esta importante conquista e por todas as adversidades que consegui superar. Senti que Deus sempre esteve comigo e guiou todos os meus passos.

Aos meus pais, por todos os momentos que estiveram ao meu lado, acreditando no meu sucesso e me incentivando nessa jornada.

Ao meu filho, Heitor, luz dos meus dias, a quem amo sem medidas, minha força para lutar e acordar todos os dias para enfrentar as lutas diárias, minha iluminação e fonte de todo o amor e carinho.

Ao meu companheiro, Francisco Holanda, por estar ao meu lado em todos os momentos, principalmente naqueles difíceis em que pensei em desistir, sendo minha fortaleza, minha inspiração e a orientação fundamental nesse caminho. Eu não teria conseguido sem você, meu amor!

À orientadora, Prof.<sup>a</sup> Heloisa Beatriz, por me guiar no caminho da pesquisa científica. Obrigada pela compreensão e paciência, bem como por suas contribuições teóricas no meu trabalho.

À Sheila, companheira de luta e resistência na profissão, com quem compartilho todas as adversidades e angústias do caminho árduo da pesquisa. Esse apoio foi fundamental para ambas seguirmos em frente!

Ao IFCE *campus* Cedro, por permitir a realização da pesquisa e por contribuir com as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

Aos sujeitos da pesquisa, pois sem eles, não teria o privilégio de me aproximar da realidade aliada às permanentes discussões teóricas presentes neste estudo.

A todos (as) que, de alguma forma, colaboraram para que eu chegasse ao fim dessa longa caminhada.

## RESUMO

A retenção escolar é uma problemática presente nas instituições de ensino de todo o país. O fenômeno requer atenção uma vez que interfere no processo ensino aprendizagem e na conclusão dos cursos, sendo um desafio para garantia da permanência e êxito dos estudantes. Diante do exposto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a retenção nos cursos técnico em Eletrotécnica e licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFCE) *Campus Cedro*. A pesquisa foi de base qualitativa, cujo percurso metodológico incluiu pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Adotou-se como técnica de coleta de dados o questionário eletrônico, articulado aos referenciais teóricos priorizados nesse estudo. A amostra da pesquisa abrangeu gestores, coordenadores, profissionais da Assistência Estudantil e estudantes dos cursos objeto de análise. Após coletados, os dados foram analisados, seguindo os princípios da abordagem qualitativa de Minayo (2012), sendo estes ordenados e classificados mediante a utilização de gráficos, quadros e tabelas, destacando as categorias mais recorrentes (semelhanças, diferenças, conexões) no material empírico e documental para a compreensão e interpretação dos dados articulados ao marco teórico adotado no estudo, elaborando uma síntese com a apropriação das reflexões e interpretações acerca do objeto investigado. Os resultados obtidos permitiram concluir que a retenção se apresenta como uma problemática complexa existente nos diversos níveis e modalidades de ensino, não sendo possível apontar um único fator determinante para ocorrência do fenômeno e com dificuldades no desenvolvimento de formas de enfrentamento por parte da instituição tendo muito o que avançar nas reflexões acerca da temática. Ainda se destaca que a assistência estudantil tem importante papel no combate e prevenção das situações de retenção discente, porém, tem que se buscar o caminho de superar os entraves para a realização do trabalho intersetorial e multidisciplinar efetivo, associando as ações de prevenção e acompanhamento dos estudantes em situação de permanência prolongada na instituição. Posteriormente, tendo por base os resultados obtidos, elaborou-se um plano de intervenção composto por ações com vias a sua aplicabilidade na retenção discente e contribuição na permanência e êxito dos estudantes do IFCE no *Campus Cedro*.

**Palavras-chaves:** Educação Profissional. Retenção Escolar. Assistência Estudantil.

## **ABSTRACT**

School retention rate is a problematic issue in the educational institutions all over the country. Such phenomenon requires attention since it interferes directly in the education-learning process and in the course completion, consequently being a challenge to guarantee the students' permanence and success. Then, the research aimed to analyze the retention in the Electrotechnics technical course and Mathematics undergraduate program at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará campus of Cedro. This study was a qualitative research, whose methodological approach included bibliographical, documental and field research. The electronic questionnaire was adopted as a data collection technique, articulated to theoretical references selected to develop this study. The research sample included managers, coordinators, student assistants and the students of the courses selected to this study. After that, data was analyzed, following the principles of Minayo's qualitative approach (2012), which were sorted and classified via graphs, charts and tables, highlighting the most recurrent categories (similarities, differences, connections) at the empirical and documental material for understanding and interpretation of data articulated to the theoretical framework adopted in the study, elaborating then a synthesis fruit of the reflections and interpretations about the investigated object. The results obtained allowed to conclude that retention is a complex problem in which can be found different levels and modalities of education, it is not possible to point out a single determining factor for occurrence of such phenomenon and also to understand how the institution copes with the difficulties found, having to advance reflections on this field. It is still highlighted that student assistance has an important role combating and preventing situations related to student retention, however, it is necessary to seek a path in order to overcome obstacles to accomplish effective intersectoral and multidisciplinary work, associating prevention and monitoring actions from the students at situation of prolonged stay in the institution. To sum up, based on the results obtained, an intervention plan was drawn up consisting of actions to apply to student retention contributing to the permanence and success of the Federal Institute students in Cedro campus.

**Keywords:** Professional Education. School Retention. Student Assistance.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |                                                                                 |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------|
| ANDIFES   | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| CCA       | Coordenadoria de Controle Acadêmico                                             |
| CEFET     | Centros Federais de Educação Tecnológica                                        |
| EPT       | Educação Profissional e Tecnológica                                             |
| ETFCE     | Escola Técnica Federal do Ceará                                                 |
| FONAPRACE | Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis            |
| IF        | Institutos Federais                                                             |
| IFCE      | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará                    |
| IES       | Instituição Federal de Ensino Superior                                          |
| IFMG      | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais             |
| IFTM      | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro        |
| IFSP      | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo                |
| IFTO      | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins                |
| LDB       | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira                                |
| MEC       | Ministério da Educação                                                          |
| PAAE      | Programa de Assistência e Apoio ao Estudante                                    |
| PNAD      | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios                                     |
| PNAES     | Programa Nacional de Assistência Estudantil                                     |
| PPC       | Projeto Pedagógico do Curso                                                     |
| PPE       | Plano de Permanência e Êxito                                                    |
| PROEP     | Programa de Expansão da Educação Profissional                                   |
| PROEN     | Pró Reitoria de Ensino                                                          |
| PROTEC    | Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico                               |
| SENAC     | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial                                      |
| SENAI     | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial                                     |
| SESC      | Serviço Social do Comércio                                                      |
| SESI      | Serviço Social da Indústria                                                     |
| SETEC     | Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica                               |
| SISAE     | Sistema Informatizado de Assistência Estudantil do IFCE                         |
| SISTEC    | Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica          |
| SISU      | Sistema de Seleção Unificado                                                    |

|       |                                           |
|-------|-------------------------------------------|
| TCC   | Trabalho de Conclusão de Curso            |
| TCU   | Tribunal de Contas da União               |
| UFES  | Universidade Federal do Espírito Santo    |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UNED  | Unidade de Ensino Descentralizada         |

## LISTAS DE QUADROS

|                                                                                                                    |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 — Conceitos de retenção adotados na literatura pesquisada.....                                            | 34  |
| Quadro 2 — Cursos e semestres limites considerados para a amostra.....                                             | 62  |
| Quadro 3 — Contexto dos cursos técnico e superior do IFCE-Cedro.....                                               | 71  |
| Quadro 4 — Causas da retenção escolar na percepção dos discentes retidos .....                                     | 78  |
| Quadro 5 — Dificuldades para conclusão do curso na percepção dos discentes retidos .....                           | 81  |
| Quadro 6 — O que favorece a permanência e êxito na percepção dos discentes retidos.....                            | 84  |
| Quadro 7 — Causas da retenção escolar na percepção dos gestores e coordenadores .....                              | 94  |
| Quadro 8 — O que contribui para permanência e êxito na percepção dos gestores e coordenadores.....                 | 95  |
| Quadro 9 — Tipos de ações realizadas âmbito da atuação profissional .....                                          | 98  |
| Quadro 10 — Causas da retenção na percepção dos profissionais da assistência estudantil .                          | 102 |
| Quadro 11 — O que contribui para permanência e êxito na percepção dos profissionais da assistência estudantil..... | 104 |
| Quadro 12 — Cronograma de atividades do desenvolvimento do produto educacional .....                               | 106 |
| Quadro 13 — Contexto situacional dos cursos do IFCE-Cedro.....                                                     | 108 |
| Quadro 14 — Plano de intervenção da proposta de ação II .....                                                      | 109 |
| Quadro 15 — Resultados da avaliação: sugestões e considerações sobre o produto educacional .....                   | 112 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                            |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 — Motivos de retenção e não conclusão do curso Técnico em Eletrotécnica .....                                                    | 79  |
| Gráfico 2 — Motivos de retenção e não conclusão do curso de Licenciatura em Matemática .....                                               | 80  |
| Gráfico 3 — Contribuição do Serviço ou benefício da Assistência Estudantil na percepção dos estudantes do Técnico em Eletrotécnica.....    | 86  |
| Gráfico 4 — Contribuição do Serviço ou benefício da Assistência Estudantil na percepção dos estudantes da Licenciatura em Matemática ..... | 86  |
| Gráfico 5 — Avaliação dos serviços e benefícios da Assistência Estudantil na percepção dos estudantes do Técnico em Eletrotécnica.....     | 87  |
| Gráfico 6 - Avaliação dos serviços e benefícios da Assistência Estudantil na percepção dos estudantes da Licenciatura em Matemática .....  | 88  |
| Gráfico 7 — Tipo de ações realizadas no âmbito da gestão/coordenação .....                                                                 | 91  |
| Gráfico 8 — Avaliação dos serviços e benefícios da Assistência Estudantil na percepção dos profissionais da assistência estudantil .....   | 101 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                               |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 — Percentual dos discentes retidos por curso e faixa etária.....                                     | 74 |
| Tabela 2 — Percentual dos discentes retidos por curso e raça/etnia/cor.....                                   | 75 |
| Tabela 3 — Percentual dos discentes retidos por curso e renda mensal familiar.....                            | 76 |
| Tabela 4 — Percentual da medida que há planejamento de estratégias .....                                      | 89 |
| Tabela 5 — Percentual de frequência do cadastro das atividades .....                                          | 90 |
| Tabela 6 — Percentual da medida que há planejamento de estratégias no setor de assistência<br>estudantil..... | 97 |
| Tabela 7 — Percentual de frequência de atividades no âmbito da atuação profissional.....                      | 97 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                           | <b>16</b> |
| <b>2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DAS ORIGENS À CRIAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....</b>                  | <b>21</b> |
| 2.1 O surgimento do dualismo estrutural da Educação Profissional.....                                                               | 21        |
| 2.2 A gênese da educação profissional no Brasil.....                                                                                | 24        |
| 2.3 Institutos Federais: do nascimento a expansão da rede.....                                                                      | 29        |
| <b>3 RETENÇÃO ESCOLAR: ABORDAGENS CONCEITUAIS E ESTRUTURAIS NO CONTEXTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS .....</b>                           | <b>31</b> |
| 3.1 Concepção de retenção escolar.....                                                                                              | 31        |
| 3.2 Breve considerações e relações sobre retenção escolar .....                                                                     | 35        |
| 3.3 A retenção escolar no contexto da educação profissional e tecnológica .....                                                     | 41        |
| 3.4 Fatores e causas da retenção escolar.....                                                                                       | 46        |
| <b>4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM CAMINHO PARA O COMBATE À RETENÇÃO ESCOLAR E PROMOÇÃO DA PERMANÊNCIA E DO ÊXITO ESTUDANTIL .....</b> | <b>50</b> |
| 4.1 Breve reflexões sobre a trajetória histórica da assistência estudantil .....                                                    | 50        |
| 4.2 A política de assistência estudantil no contexto de enfrentamento a retenção escolar na educação profissional .....             | 52        |
| <b>5 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>                                                                                                 | <b>57</b> |
| 5.1 Caracterização da pesquisa .....                                                                                                | 57        |
| 5.2 Local da pesquisa.....                                                                                                          | 58        |
| 5.3 Instrumentos de coleta de dados .....                                                                                           | 59        |
| 5.4 Sujeitos da pesquisa.....                                                                                                       | 60        |
| 5.4.1 Critérios de inclusão .....                                                                                                   | 63        |
| 5.4.2 Critérios de exclusão .....                                                                                                   | 63        |
| 5.5 Procedimentos para coleta de dados.....                                                                                         | 64        |
| 5.6 Análise dos dados.....                                                                                                          | 65        |
| <b>6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>                                                                                               | <b>68</b> |
| 6.1 A retenção escolar nos cursos do IFCE <i>campus</i> Cedro: conexões e comparações .....                                         | 68        |

|                                                                                                                                               |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6.1.1 Perfil dos discentes pesquisados .....                                                                                                  | 73         |
| 6.1.2 Principais fatores associados a retenção escolar na percepção dos discentes do IFCE<br>campus Cedro.....                                | 77         |
| <b>6.2 Ações para redução da retenção desenvolvidas no IFCE campus Cedro sob a ótica<br/>dos gestores e coordenadores.....</b>                | <b>88</b>  |
| <b>6.3 Ações para redução da retenção desenvolvidos no IFCE campus Cedro sob a ótica<br/>dos profissionais da assistência estudantil.....</b> | <b>96</b>  |
| <b>7 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>                                                                                         | <b>105</b> |
| <b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                            | <b>113</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                       | <b>116</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>                                                                                                                            | <b>125</b> |
| <b>APENDICES .....</b>                                                                                                                        | <b>129</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o desenvolvimento do modo de produção capitalista aprofundou a divisão dos homens em classes, de modo a segregá-los em duas categorias fundamentais: os proprietários dos meios de produção e os não proprietários, ou seja, os trabalhadores. Tal fenômeno originou uma transformação no sistema educacional. O termo “escola” surgiu e se desenvolveu neste contexto de dualidade da educação (divisão de classes). Nesse ínterim, o ambiente escolar tornou-se a forma dominante e generalizada de educação, afastada da produção e do processo de trabalho. Portanto, a escola era destinada às atividades intelectuais e mantinha-se à serviço da classe detentora dos meios de produção. Por outro lado, aos trabalhadores era oferecido um tipo de educação que se identificava unicamente ao processo produtivo e de trabalho (SAVIANI, 2007).

Neste cenário, após o advento da indústria moderna, mas ainda na conjuntura da revolução industrial, evidenciou-se uma verdadeira cisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Naquele contexto, existiam dois tipos de escola de formação: a formação geral, destinada ao trabalho intelectual; e a formação profissional, a qual coincide com o trabalho manual, realizada na produção. Segundo Moura (2007), a educação contribuiu na manutenção da divisão das classes sociais: para os filhos das elites era garantido o ingresso na escola das ciências, das letras e das artes. Por sua vez, aos filhos dos trabalhadores, o acesso a este tipo de escola era negado.

Ao longo do desenvolvimento do sistema capitalista, evidenciou-se a preocupação com a formação dos trabalhadores para a garantia da reprodução social que sustenta o capitalismo. Neste sentido, surgiram vários modelos educativos nos quais o ensino profissionalizante e a Educação Profissional alinharam-se à finalidade de instrução do trabalhador com objetivo na produção de mercadorias (MANFREDI, 2017).

Historicamente, a Educação Profissional brasileira tem sua origem no ano de 1909. O modelo foi sistematizado ao longo do tempo de modo a atender a uma perspectiva assistencialista. De fato, a preparação para o exercício profissional ostenta o *status* de política pública nos dias atuais. Sob este aspecto, a criação dos Institutos Federais (IFs) em 2008 marcou a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica especializada na oferta de educação profissional em diferentes modalidades de ensino. Manfredi (2017) reconhece que os Institutos Federais trazem uma nova concepção de educação profissional integrada ao ensino médio.

Os movimentos de expansão e interiorização dos Institutos Federais ampliaram a oferta de educação profissional e acesso ao ensino público. Entretanto, este fenômeno aponta para a existência do desafio da garantia de permanência dos alunos nessas instituições. Verifica-se que, apesar do aumento do número de vagas e de maior garantia do acesso ao ensino, destacam-se determinadas problemáticas no cenário educacional dos Institutos Federais. A título de exemplo, sobressaem os índices elevados de evasão<sup>1</sup> associados aos de retenção<sup>2</sup> nessas instituições. Segundo Dore e Luscher (2011, p.775), a evasão tem sido associada a várias situações como “à retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição; à saída do aluno do sistema de ensino; à não conclusão de um determinado nível de ensino; ao abandono da escola”.

Com o intuito de avaliar os índices de evasão e de retenção da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em nível nacional, o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou um Relatório de Auditoria Operacional que avaliou os ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011. Tal levantamento obteve os seguintes resultados para taxas de retenção: 44,42% para o Técnico integrado, 49,34% para o Técnico Subsequente, 68,09% para o bacharelado, 50,82% para o tecnólogo e 64,53% para a Licenciatura. Esta última obteve a menor taxa de conclusão, algo em torno de 25,40% (BRASIL, 2012).

Após a apresentação de tais dados pelo TCU, formaram-se diversos grupos de trabalho a nível federal a fim de desenvolver planos de ações e estabelecer diretrizes no combate à evasão e retenção nos cursos ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No ano de 2014 foi elaborado um documento orientador para a superação dos elevados índices de evasão e retenção escolar nas referidas instituições de ensino. O documento contém instruções para a criação de planos estratégicos institucionais e tem por objetivo ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos alunos em seus processos formativos.

Com base nesse documento orientador, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) publicou seu plano estratégico em 2017, intitulado “Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE” com vigência de 2017-2024. O referido plano apresenta as problemáticas da evasão e da retenção na instituição nos semestres de 2009.1 até 2017.2, onde a compilação de dados do ensino foi realizada mediante

---

<sup>1</sup> A evasão é a interrupção no ciclo de estudos, provocado pela saída dos estudantes da instituição, sem concluir o curso, trazendo consequências graves de ordem social, acadêmico e econômico (GAIOSO, 2005).

<sup>2</sup> A retenção se refere ao tempo prolongado de permanência do estudante na instituição escolar, ultrapassando o tempo previsto na matriz curricular para conclusão do curso (BRASIL, 1996).

a ferramenta do IFCE em Números<sup>3</sup>. Nesse cenário, sobressai o fato de que os cursos do IFCE possuem grande contingente de estudantes que se evadiram ou estão retidos, como é o exemplo dos cursos superiores, os quais apresentaram índice de apenas 9,96%<sup>4</sup> de taxa de conclusão (IFCE, 2017). Tal realidade sugere que o fenômeno da retenção merece destaque nas investigações no âmbito da educação profissional e dos gestores das instituições, uma vez que este movimento está intimamente ligado à evasão escolar.

Dentre os *campi* do IFCE, destaca-se o *campus* Cedro: a unidade possui 1.231 estudantes matriculados<sup>5</sup> no ano corrente e demonstra grande potencial de formação de alunos na região do Centro-sul cearense. Apesar desta potencialidade, as taxas de retenção<sup>6</sup> nos cursos técnicos da instituição em 2019 chegaram a 21,28%. Nos cursos superiores, estes níveis atingiram a marca de 17,3% no mesmo ano. Esses dados representam o percentual de alunos que não concluíram seus cursos no tempo previsto pela instituição.

Tal problema afeta várias modalidades de ensino técnico e superior nos Institutos Federais brasileiros, que contam com dificuldades para reduzir a incidência da retenção escolar e suas negativas consequências. Estas implicações podem ser observadas de modo especial na formação e capacitação de estudantes, pois há uma interrupção do avanço do discente nas etapas de formação acadêmica. Nota-se que as causas da retenção escolar podem estar relacionadas a diversos aspectos internos e externos ao estudante. Neste sentido, merece destaque a dificuldade de se identificar as influências sobre tais fatores, visto que se deve levar em conta a dinamicidade da realidade em que o aluno está inserido.

Segundo Fornari (2010), no contexto de desigualdades sociais observadas no país, nos deparamos com estudantes em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. Tais indivíduos não possuem garantia plena de acesso à educação e têm negados direitos sociais fundamentais. Neste aspecto, as ações de Assistência Estudantil ostentam essencial relevância na permanência e no êxito dos estudantes em ambiente escolar.

Sob a ótica do capital, a escola na sociedade contemporânea segue na contramão do papel de emancipadora estudantil. Ainda que esta promova autonomia, muitos estudantes não conseguem obter êxito em sua aprendizagem ou não progridem em sua série/ciclo,

---

<sup>3</sup> O IFCE em Números é um local único de divulgação dos dados quantitativos relativos às atividades de ensino da instituição, com base nos dados do sistema acadêmico da instituição IFCE (2017). Ferramenta disponível em: <http://ifceemenumeros.ifce.edu.br>.

<sup>4</sup> Dados coletados no IFCE números nos semestres de 2009.1 até 2017.2.

<sup>5</sup> Dado coletado no Q - Acadêmico do IFCE *campus* Cedro no período dezembro de 2020.

<sup>6</sup> Dados coletado da Plataforma Nilo Peçanha, ano base 2019. Essa plataforma é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>.

permanecendo em processo de retenção escolar, o que pode levar à desmotivação e saída definitiva da escola (SANTOS; MEDEIROS; VALLERIUS, 2017).

Esta pesquisa torna-se relevante enquanto instrumento para análise da temática em estudo e visa desvendar o que se relaciona com o contexto do objeto de pesquisa e sua ocorrência na realidade observada. Silva, Rodrigues e Brito (2014), comentam que tais obstáculos possuem diversas ordens. Estes entraves surgem ao longo do processo de formação acadêmica, os quais podem resultar na retenção ou numa evasão futura.

Ressalta-se a importância da análise do fenômeno de retenção nos cursos do IFCE *campus* Cedro. Pois esta compreensão possibilita a implementação de ações no sentido de minimizar a ocorrência desta retenção escolar, bem como contribui para a permanência e o êxito dos estudantes na instituição.

A opção por tal temática se deu a partir da atuação desta pesquisadora na condição de assistente social atuante na Política de Assistência Estudantil na referida unidade escolar e o interesse por este tema adveio da prestação de assistência aos discentes: por meio de ações e serviços a fim de prevenir situações de retenção e evasão, foi possível a aproximação necessária com o objeto de estudo. Torna-se claro que as situações de retenção observadas na realidade representam uma problemática presente em todos os cursos ofertados pela instituição em análise. Infelizmente, estas ocorrências interferem na conclusão dos cursos por parte dos estudantes no tempo estabelecido pela instituição.

Os seguintes questionamentos foram levantados no estudo: quais os fatores associados à retenção estudantil nos cursos do IFCE *campus* Cedro? quais ações são desenvolvidas pela instituição para redução da ocorrência da retenção? tais ações são articuladas ao Plano estratégico do IFCE (2017)? a assistência estudantil ofertada no *campus* contribui no atendimento aos estudantes retidos?

A partir das indagações apresentadas, delineou-se como objetivo geral desta pesquisa analisar a retenção escolar nos cursos Técnico em Eletrotécnica e de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia IFCE *Campus* Cedro. Para se alcançar este objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos: identificar os fatores associados à retenção dos cursos Técnico em Eletrotécnica e Licenciatura em matemática do IFCE - *Campus* Cedro; verificar a articulação entre as ações desenvolvidas com os estudantes retidos e o Plano de Permanência e Êxito do IFCE na realidade do *Campus* Cedro; avaliar em que medida a assistência estudantil pode contribuir com ações para atendimento dos estudantes em situação de retenção escolar e, finalmente, elaborar um plano

de intervenção com ações voltadas à prevenção da retenção e ao acompanhamento dos estudantes retidos.

## **2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DAS ORIGENS À CRIAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

O presente capítulo expõe uma abordagem inicial sobre trabalho e Educação e sua relação na essência da Educação Profissional, principalmente no tocante ao seu desenvolvimento - marcado pelo dualismo consequente da divisão de classes. Demonstra-se também, a forma como a educação profissional se desenvolve desde suas origens até os dias atuais, bem como apresentamos diferentes reflexos dessa forma de se conceber a educação. Além disso, explana-se o contexto das instituições escolares como os Institutos Federais no seu processo de expansão e aumento da oferta de educação profissional. Tal análise permite identificar os recortes temporais presentes no foco desta dissertação acerca da permanência e do êxito dos estudantes da instituição sob análise.

### **2.1 O surgimento do dualismo estrutural da Educação Profissional**

De acordo com Saviani (2007), o Homem produz sua existência na interação com a natureza, transformando-a por meio do trabalho para atender às suas necessidades. A partir do labor, o ser humano torna-se capaz de originar sua própria essência. Este processo desenvolve-se ao longo do tempo, conforme se complexifica sua relação com o ambiente em que vive. Deste modo, ao afastar-se da natureza, a espécie humana diferencia-se cada vez mais dos seres irracionais, uma vez que assume sua racionalidade e torna-se consciente de suas ações no meio na qual encontra-se inserida. Neste sentido, “a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo” (SAVIANI, 2007, p.154).

O trabalho humano apresenta-se enquanto ontologia do ser social, visto que representa construção histórica apta a produzir determinadas necessidades efetivadas previamente idealizadas na consciência do Homem. Nessa medida, todas as construções do ser humano podem ser transmitidas nas relações sociais. Para Borges (2017, p. 105), "não há determinação genética que constitua relações, mas práticas que são vivenciadas e reproduzidas, portanto, aprendidas."

Borges (2017) afirma que a educação possui papel fundamental no processo de humanização e desenvolvimento humano. Logo, aquilo que foi produzido mediante o trabalho é apropriado pelos seres humanos, de modo a produzir o mundo da cultura. Nesse processo,

todas as relações se estabelecem e todos os indivíduos tornam-se, ao mesmo tempo, educadores e educandos.

O trato com a terra deixou de ser uma atividade coletiva, como nas comunidades primitivas, em que os homens ao produzir sua existência, também aprendiam e passavam para as novas gerações. Neste contexto, houve a apropriação privada da terra, que deu origem à divisão do trabalho e a segregação dos indivíduos em classes sociais. Com isso, uma classe se autointitula proprietária da terra e obriga a outra classe, mediante o trabalho, a sustentar as duas. Caracterizam-se duas classes fundamentais, os proprietários da terra, ou seja, dos meios de produção, e os não-proprietários, os trabalhadores (SAVIANI, 2007).

Segundo Saviani (2007), a partir da divisão dos homens em classes houve também a divisão na educação. Neste cenário, a classe dominante, detentora dos meios de produção, vive do trabalho da classe dominada, a qual é obrigada a trabalhar a serviço da classe burguesa. Por conseguinte, a burguesia tinha à sua disposição o ócio e o tempo livre e necessitava de um ambiente onde pudessem desenvolver uma educação centrada nas atividades intelectuais. Surge, assim, a escola: identificada como a própria educação, inerente ao processo produtivo. Por outro lado, para a classe dominada se destinou uma conjuntura que permanecia associada ao processo de trabalho.

É necessário destacar que o desenvolvimento da sociedade de classes, com o modo de produção capitalista, foi responsável pelo surgimento e desenvolvimento da escola separada da produção e do processo de trabalho. Esse sistema tornou-se a forma dominante e generalizada da educação a serviço desse modo de produzir a vida material do ser humano. Aliado a tudo isso, temos o advento da indústria moderna no contexto da revolução industrial, que acentuou a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Em suma, o que se apresentava era uma clara dualidade de finalidades no sistema educacional: de um lado, aquela estritamente manual e formativa para o processo produtivo; de outro, uma educação especializada ao desenvolvimento do trabalho intelectual e “a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso” (MOURA, 2007, p. 5).

Borges (2017) salienta que a divisão do trabalho e da riqueza humana ocorreu de forma desigual entre as classes fundamentais, movimento que se repetia com a distribuição dos saberes sistematizados na educação escolar. Havia, portanto, escolas destinadas para a classe trabalhadora, longe dos saberes e das artes, e outro tipo de escola para a classe proprietária dos meios de produção, com saberes mais complexos e mais desenvolvidos.

Na primeira metade do século XX, a expansão do processo de industrialização e os avanços tecnológicos apontaram para um crescente fenômeno de urbanização. Este cenário de mudanças na organização do trabalho aliadas ao desenvolvimento do sistema capitalista acentuou uma demanda de trabalhadores qualificados para as novas funções no processo de produção e de serviços. Neste contexto há a necessidade de formação dos trabalhadores, uma exigência para reprodução social do capitalismo (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016).

É possível observar que, no processo de industrialização, o trabalho com a máquina exigiu o conceito de qualificação geral para que os trabalhadores adquirissem conhecimentos mínimos para lidar com a operacionalização de suas funções. Após um período temporal, tornaram-se necessárias as qualificações específicas direcionadas para o processo produtivo. Saviani (2007, p. 159) salienta que tal fenômeno ocorreu porque

além do trabalho com as máquinas, era necessário também realizar atividades de manutenção, reparos, ajustes, desenvolvimento e adaptação a novas circunstâncias. Subsistiram, pois, no interior da produção, tarefas que exigiam determinadas qualificações específicas, obtidas por um preparo intelectual também específico. Esse espaço foi ocupado pelos cursos profissionais organizados no âmbito das empresas ou do sistema de ensino, tendo como referência o padrão escolar, mas determinados diretamente pelas necessidades do processo produtivo.

Diante dessa realidade, surgiram dois tipos de escola de formação: geral e profissional. A partir dessa cisão, manifestou-se a divisão dos homens em dois grandes campos: havia os trabalhadores das profissões manuais, destinadas à execução de tarefas; e as profissões intelectuais, as quais requerem amplo domínio teórico. É evidente que as profissões manuais, obtidas pela formação profissional destinam-se os trabalhadores atuantes na produção fabril. A classe dominante possui acesso às profissões intelectualizadas, advindas da formação geral, para atuação em setores de grande complexidade da sociedade (SANTOS, 2019).

É nesse contexto que a educação se separa em dois lados: a divisão entre geral ou propedêutica e profissionalizante acentua a dualidade presente na educação. Nota-se que, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, na própria classe dos trabalhadores há também, a divisão do trabalho. Neste sentido, há os indivíduos que trabalham diretamente com as máquinas e outros que desempenham atividades de controle da produção. Acerca disto, Santos (2019, p. 48) aponta que “as forças produtivas determinadas pelo capitalismo precisam agora apresentar uma proposta de formação individual, em contraponto à qualificação coletiva exigida pela profissionalização da indústria moderna maquinizada.”

O avanço do capitalismo exigia que se atendessem às demandas da indústria moderna. Esta desenvolveu uma pedagogia para os trabalhadores, a fim de que estes suprissem as necessidades do capitalismo em sua fase imperialista. segundo Santos,

os proprietários dos meios de produção criam, para a classe trabalhadora, um ramo educativo que denominamos de ensino profissionalizante. já que para si e para os seus eleitos, a burguesia reserva o que denomina de ensino propedêutico, mantendo neste ramo os ensinamentos das disciplinas clássicas voltadas para o desenvolvimento científico. Cabe lembrar que um sistema educativo estrito sistematiza conhecimentos e, para isso, necessita de um currículo específico para uma dada finalidade (SANTOS, 2019, p.53-54).

Muitas propostas educacionais visam resolver tal problema de instrução, o qual consiste em articular a formação humana e o ensino para a produção. Entretanto, é evidente que o objetivo da classe dominante não é a formação integral dos trabalhadores, e sim, a adequação do ensino ao modelo produtivo. Logo, o verdadeiro intento da classe burguesa consiste em implantar um modelo educativo com metodologias, conteúdos e objetivos alinhados com a educação para o trabalho. Diante disto, é fundamental compreendermos o desenvolvimento histórico da educação profissional brasileira, como o que marcou sua origem e de que forma se deu sua sistematização ao longo do tempo. Compreenderemos, então, a partir dessa análise, como a educação profissionalizante se insere no contexto da sociedade capitalista.

## **2.2 A gênese da educação profissional no Brasil**

Desde as comunidades primitivas, os saberes e técnicas eram repassados de geração a geração, como a fabricação de ferramentas, instrumentos e utensílios. Naquele contexto, a educação profissional sempre esteve presente, objetivando a garantia da sobrevivência humana. A educação profissional no Brasil tem sua origem no período de colonização do país, em que o trabalho manual era realizado pelos escravos em oficinas sob o controle dos senhores de engenho. Acerca disto, Rosa (2019, p.29) ressalta que

o período colonial deixou marcas até os dias atuais, trata-se da dualidade, que de forma simplificada pode ser caracterizada como a dupla forma de educação que havia, uma que preparava as elites para dominarem o conhecimento e outra que era dada às classes pobres. E sendo assim, a formação de trabalhadores e toda a educação de uma forma geral, no período colonial, apenas refletiram a divisão de classes em que estava fortemente marcada a economia brasileira.

A educação profissional no Brasil é marcada pelo dualismo desde suas origens. Neste contexto, a educação propedêutica destinava-se às classes proprietárias, que aprendiam as artes, as letras e as ciências. As classes trabalhadoras dedicavam-se à aprendizagem dos ofícios e do trabalho braçal. Sobre este tema, Moura (2007) afirma que a partir do século XIX nasceram as primeiras iniciativas de ações sistematizadas no campo da educação profissional. Com este intuito, deu-se a promulgação de um decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, que criou em 1809 o Colégio das Fábricas, com o propósito de propiciar educação para artistas e aprendizes oriundos de Portugal.

No período imperial, nos anos de 1816 a 1865, houve várias iniciativas direcionadas à educação profissional, como por exemplo, a Escola de Belas Artes e as Casas de Educandos Artífices. Acerca desse contexto, Escott e Moraes (2012, p. 1.494) comentam que, a partir dessas experiências, no percurso do século XIX, que

várias instituições, eminentemente privadas, foram surgindo para atender às crianças pobres e órfãs. Essas instituições tinham propostas direcionadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação aos ofícios como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia.

Tais instituições possuíam caráter assistencialista e se destinavam ao atendimento de indivíduos desprovidos de condições sociais, para que os mesmos não ficassem nas ruas ou praticassem ações que atentassem contra a ordem. É nesse âmbito que também surgem os Liceus de Artes e Ofícios em várias localidades, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Paulo. Esses Liceus visavam amparar pobres e órfãos, instruindo-lhes ao ensino industrial (VIEIRA; SOUSA JUNIOR, 2016).

Moura (2007) salienta que o início do século XX trouxe uma inovação para a história de educação profissional no Brasil. Naquele período houve uma expansão do assistencialismo, anteriormente destinado para pobres e órfãos. Esta dilatação assistencialista tinha por objetivo a preparação de operários para o exercício profissional, além de incentivar a aprendizagem de ofícios para a economia, agricultura, indústria e comércio.

Com este intuito, em 1909, o presidente Nilo Peçanha, por meio do decreto nº 7.566, criou as escolas de Aprendizes e Artífices e instalou em 1910, dezenove escolas em diversas capitais estaduais. A fim de promover o ensino profissional primário e gratuito no país, tais instituições ofertavam cursos de tornearia, mecânica e eletricidade (BRASIL, 2009). Rosa (2019) afirma que, a criação das dezenove escolas de Aprendizes e Artífices implantou a ideia da oferta em grande escala o ensino profissional gratuito sob a responsabilidade estatal no desenvolvimento do país.

Essa iniciativa representou um salto significativo para a construção da história da educação profissional no país. Entretanto, Vieira e Sousa Junior (2016) salientam uma dificuldade enfrentada naquele contexto: a falta de mestres e professores para ensinar os ofícios especializados. Este fator foi determinante para a baixa qualidade das redes de Escolas de Aprendizes e Artífices. Porém, a urgência de expansão destas escolas se devia à necessidade de trabalhadores especializados que possuíssem o conhecimento da técnica e dominassem seu ofício.

Na década de 1930, com o início do processo de industrialização do país, houve uma demanda de trabalhadores especializados para a inserção na produção, caracterizando-se como “uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes” (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016, p. 157). Exemplo disso, foi a promulgação da Constituição Federal de 1937, que implementou o ensino profissional técnico industrial. Naquele cenário, também foi publicada a Lei nº 378/1937: o diploma legal instituiu os Liceus Profissionais em substituição às Escolas de Aprendizes e Artífices, com o objetivo do ensino profissional para todas as especificidades.

Para Manfredi (2017), o processo de industrialização foi responsável por estimular os novos setores da economia e criar demandas de qualificação profissional, principalmente para a educação profissional, reconfigurada nesse período a partir de 1930. Outra significativa mudança neste sentido ocorreu a partir de 1942, com o decreto-lei nº 4.422, popularmente conhecido como a Reforma de Capanema. Essa legislação reestruturou o ensino no país, criando os cursos médios de preparação dos estudantes para o ingresso no ensino superior. Apesar desta iniciativa, a educação profissionalizante, com o mesmo nível e duração do colegial não preparava para o ingresso no ensino superior (ESCOLTT; MORAIS, 2012).

Ainda no ano de 1942, surgiu o “Sistema S”, que iniciou por meio da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Nos anos seguintes foram implantados no país o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Tais instituições dedicam-se ao fomento da educação profissional no que diz respeito à cobertura do atendimento. Porém, estas

revelam a opção governamental de repassar à iniciativa privada a tarefa de preparar “mão-de-obra” para o mundo produtivo. Assim, a partir dessa lógica, o ensino secundário e o normal formariam as elites condutoras do país e o ensino profissional formaria adequadamente os filhos de operários para as artes e os ofícios. (MOURA, 2007, p.9-10)

A criação destas entidades reforça o dualismo da educação e se institucionaliza a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual e a própria escola se mantém na condição de reprodutora das relações sociais de produção concernentes ao desenvolvimento econômico do país. Seguindo este raciocínio, as décadas de 1960 e 1970 marcaram a educação brasileira, pois naquele período houve a promulgação de duas leis referências da educação no Brasil. A primeira destas é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB - nº 4.024/1961) que visava integrar o ensino profissional ao sistema regular de ensino e continuidade dos estudos.

O segundo documento, a Lei nº 5.692/71, propôs uma reforma no ensino ao estabelecer o ensino médio profissionalizante para todos (VIEIRA; SOUSA JUNIOR, 2016). Entretanto, esta proposta não se realizou: por trás deste suposto avanço havia o interesse velado de atender aos interesses da nova fase de industrialização. Tais intenções, erguidas sob o regime ditatorial, demandavam trabalhadores qualificados de nível médio. Naquele contexto, destacava-se grande pressão popular pelo atendimento de suas demandas educacionais.

Rosa (2019) ressalta que os anos de 1980 demarcaram a luta dos trabalhadores e educadores por uma nova forma de concepção da educação no Brasil. Este movimento se deu por meio das lutas sociais por uma escola pública, gratuita e de qualidade, além de formação profissional para a classe trabalhadora. Tal embate, coincidente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorreu até a segunda metade dos anos de 1990. Estes fortes conflitos de poder eram estruturados, por um lado, por grupos que reivindicavam uma educação de qualidade para todos; e, por outro, por indivíduos defensores da educação para o mercado de trabalho.

Sobre este tema, Moura (2007, p. 15) enfatiza que “prevaleceu a lógica de mercado e, portanto, a iniciativa privada pode atuar livremente na educação em todos os níveis, conforme garantido pela Constituição Federal de 1988 e ratificado pela LDB de 1996”. Na década de 1990, destacaram-se as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais. Estas unidades foram transformadas gradativamente em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs): tal iniciativa originou-se por meio da Lei nº 8.948, de 1994, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (BRASIL, 2009). É importante salientarmos que essas escolas ofertavam o segundo grau profissionalizante, o qual possibilitava o prosseguimento dos estudos em nível superior. Portanto, este sistema de ensino rompia com a lógica da lei nº 5.692/1971, de instrumentalização para o mercado de trabalho e de educação de baixa qualidade.

A Lei nº 9.394/1996, popularmente conhecida como a nova LDB, reestruturou a educação no Brasil e trouxe as protoformas para a reforma do ensino profissional. Posteriormente, em 1997, a educação profissional foi regulamentada pelo decreto de número 2.208. Moura (2007) reconhece o avanço da referida lei em trazer uma parte específica para a oferta de educação profissional, porém, enfatiza que é visível sua separação em relação aos níveis que compõem a educação escolar. De forma explícita, a LDB legitima a separação entre ensino médio e educação profissional. Esta “é considerada como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto” (MOURA, 2007, p.16).

Manfredi (2017) aponta que a reforma na educação brasileira, principalmente no ensino médio técnico no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), tinha como intenção melhorar a oferta de educação aliada às demandas econômicas e sociais, com novos padrões de produção para o mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a LDB de 1996 e o decreto nº 2.208/1997 reestruturam o ensino médio e a educação profissional. Esses documentos se opõem ao pensamento dos defensores de uma escola pública de qualidade ao dividir o ensino em dois tipos: o ensino médio regular com a premissa de prosseguimento dos estudos para o ensino superior e outro tipo de ensino vinculado à lógica mercantil educacional.

Acerca desta realidade, Rosa (2019, p. 49) salienta “que foram atendidas as demandas do mercado e não a necessidade do povo por educação”. Além de regulamentar a educação profissional, o referido decreto criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que objetivava “a modernização e a expansão da educação profissional, tendo como principal objetivo a busca de ações integradas de educação com trabalho, a ciência e a tecnologia, em conjunto com a sociedade” (VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016, p 159). É evidente que a função do projeto era a reestruturação da rede de ensino em sintonia com a lógica neoliberal.

O ano de 2003, na ascensão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), representou o retorno das discussões sobre uma nova concepção de educação profissional e a revogação do decreto nº 2.208/1997 (MANFREDI, 2017). Entretanto, somente em 2004 houve a publicação do decreto 5.154/2004, que permita a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. Moura (2007, p. 20) acrescenta que o decreto “surge na realidade educacional brasileira em um momento de profunda crise do ensino médio. Nele só são oferecidas cerca de 40% das vagas necessárias”.

Apesar desta deficiência, o decreto 5.154/2004 trouxe uma nova articulação para a educação profissional técnica de nível médio, que poderia ser ofertada de forma integrada, de modo concomitante e subsequente. O ensino médio integrado destinava-se para aqueles que haviam concluído o ensino fundamental, com a habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino. Por outro lado, havia também a opção para os alunos que estivessem cursando ou concluindo o ensino fundamental ou o ensino médio. De fato, a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso. O modelo subsequente deveria ser disponibilizado somente aos concludentes do ensino médio (BRASIL, 2004).

A publicação da Lei 11.195, de 1995, proporcionou o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino no país. Entretanto, até os dias atuais se discutem questões como a necessidade de organizar essas instituições, reorientar as políticas federais para a Educação Profissional e definir a sua função no desenvolvimento social do país mediante ações governamentais para consolidação dessas políticas.

### **2.3 Institutos Federais: do nascimento a expansão da rede**

A lei nº 11.741/2008 estabeleceu uma nova redação para a LDB de 1996 e adotou a utilização da expressão “Educação Profissional e Tecnológica.” Este texto legal visa redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio. A ação priorizou a educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura (BRASIL, 2008).

Ainda no ano de 2008, a lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Tais instituições oferecem educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi. Essas unidades são especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008a).

É importante ressaltar que a educação profissional obteve papel importante no governo Lula (2003-2011). Durante o período, a educação ancorava-se na lógica do direito social e dever do Estado. As políticas públicas foram, então, reorientadas para este segmento, de modo a estabelecer uma base legal a fim de institucionalizar a Educação Profissional e Tecnológica.

Manfredi (2017) reconhece que o referido governo buscou reformular a concepção de educação profissional de modo a integrá-la ao ensino médio. Houve uma ampliação na oferta de vagas no ensino médio técnico, bem como um redirecionamento de ações e programas para expandir e interiorizar da rede federal pública.

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016), percebemos a continuidade do objetivo de expansão da oferta de formação profissional, inclusive com a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Tal medida se deu mediante a promulgação da Lei n.º 12.513/2011, que possuía como intuito expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância. A iniciativa incluía a implementação de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (BRASIL, 2011).

Durante a gestão de Rousseff, o país vivenciou a ampliação da oferta de educação profissional com a criação de mais Institutos Federais (IFs). Ao final do ano de 2016, o governo federal havia inaugurado cerca de 500 novas unidades no país: com isto, a oferta de Educação Profissional e Tecnológica interiorizou-se de maneira mais intensa. Atualmente, em todos os estados da federação há 38 IFs aptos a oferecer cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Ressalta-se que essa Rede é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. Neste rol incluem-se duas unidades do CEFET, vinte e cinco escolas vinculadas a Universidades, além do Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica (MEC, 2020).

### **3 RETENÇÃO ESCOLAR: ABORDAGEM CONCEITUAIS E ESTRUTURAIS NO CONTEXTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS**

Neste capítulo apresenta-se definições e conceitos sobre retenção escolar adotados nos estudos brasileiros, inclusive, nos Institutos Federais, a fim de apontar a concepção utilizada nesta dissertação. Posteriormente, aborda-se breves considerações e reflexões sobre temáticas que perpassam o âmbito educacional e que se relacionam com o fenômeno da retenção. Ainda demonstra-se que a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e sua consequente ampliação da oferta de vagas resultou na expansão da educação profissional.

Estas iniciativas trouxeram à tona uma preocupação com o fenômeno da evasão e retenção escolar que se apresentavam como uma problemática real no âmbito dos Institutos Federais. Expõe-se na sequência uma gama de dados coletados em pesquisas nacionais sobre os fatores da retenção. Para subsidiar as reflexões sobre as possíveis causas de ocorrência do fenômeno, estes apontamentos fundamentam-se sobre a perspectiva de que a não aprendizagem interfere no percurso formativo dos estudantes e estes não concluem seus cursos no tempo previsto pelas instituições de ensino.

#### **3.1 Concepção de retenção escolar**

Para se analisar a retenção escolar nas Instituições Federais de Educação Ciência e Tecnologia, torna-se fundamental refletir sobre determinados conceitos e definições abordados em referenciais teóricos brasileiros. É possível indicar os elementos associativos ao fenômeno da retenção com o objetivo de definirmos a concepção adotada conforme os objetivos do presente estudo.

Nos estudos brasileiros, o termo “retenção” tem sido utilizado majoritariamente no contexto do ensino superior. A expressão está associada à permanência prolongada dos estudantes na escola, os quais ultrapassam o tempo/período ideal para conclusão de seus cursos. Dessa forma, tem-se uma representação negativa da situação de retenção, apresentando-se como uma problemática presente nos ambientes escolares. Entretanto, o fenômeno pode ser considerado algo complexo, pois compromete o processo de ensino-aprendizagem, além de atingir a várias instituições e modalidades de ensino no país (MARTINHO *et al.*, 2019).

As problemáticas de evasão e retenção escolar têm sido debatidas a partir da década de 1990. Destaca-se que o relatório de dados disponibilizado pela Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades Brasileiras (1996), elaborado pelo Ministério da Educação. Tal estudo forneceu dados sobre o desempenho das universidades públicas brasileiras em relação aos índices de diplomação, retenção e evasão dos estudantes de seus cursos de graduação (BRASIL, 1996).

Os estudos da Comissão Especial foram pioneiros na identificação das causas da evasão e retenção. Tais pesquisas apontaram possíveis caminhos para a redução dos altos índices dessas ocorrências nas instituições públicas de ensino superior. Logo, esta ação “configurou-se em uma das primeiras iniciativas de uniformização do processo de coleta e de tratamentos de dados em âmbito nacional” (EVANGELISTA, 2020, p. 3). Com efeito, este estudo apontou que a evasão estava em aproximadamente 50% e a diplomação possuía baixo percentual e a retenção ultrapassava a marca de 10%. É importante salientar que a referida Comissão considera que, se uma instituição apresenta uma taxa de retenção maior que 10% ou taxas de diplomação abaixo da média, a situação demanda análise cuidadosa por parte da unidade educacional.

Deve-se considerar que esse relatório traz como definição para aluno retido, aquele “que, apesar de esgotado o prazo máximo de integralização curricular fixado pelo Conselho Federal de Educação, ainda não concluiu o curso, mantendo-se, entretanto, matriculado na universidade” (BRASIL, 1996, p. 23). Tal definição elaborada pela comissão, em que o tempo de permanência do estudante na instituição é maior do que prazo para integralização do curso, tem norteado a maioria dos pesquisadores nacionais.

Observa-se esse aspecto nos estudos de Vasconcelos e Silva (2011 p. 3) sobre os fatores contribuintes na retenção de alunos no curso de Ciências contábeis em uma instituição de ensino superior. Os autores analisam também a relevância das políticas afirmativas no âmbito das políticas de retenção. Segundo os pesquisadores, a retenção é a “condição de um aluno, após um número máximo de anos e/ou período manter-se ainda, matriculado em um curso.”

Silva, Rodrigues e Brito (2014) consideram o conceito de retenção presente em Brasil (1996), em seu trabalho sobre retenção escolar no curso de Educação Física da Universidade Federal do Piauí. A pesquisa identificou e analisou os principais fatores responsáveis pela retenção, a exemplo da condição socioeconômica dos estudantes, bem como a falta de identificação com o curso escolhido e a dificuldade em conciliar os estudos e o trabalho, dentre outros fatores.

Nessa linha de raciocínio, destacam-se os apontamentos de Pereira (2013, p. 37) postos em seu trabalho sobre retenção de discentes dos cursos de graduação presenciais da Universidade Federal do Espírito Santo. O autor adotou o conceito da retenção enquanto sinônimo de permanência prolongada ao representar “a condição em que o estudante demanda um tempo maior do que o previsto na matriz curricular para integralização da carga horária do curso”.

A relevância do estudo de Pereira também se observa por meio do vasto levantamento bibliográfico da literatura nacional e internacional sobre retenção no ensino superior. Neste sentido, merecem destaque as definições e estudos anteriores e os modelos teóricos de evasão e retenção. Com todos estes aspectos, o estudo representa verdadeira referência para vários autores que se debruçaram posteriormente sobre a temática, tais como, Barcelos (2015), Moraes (2015), Terra (2015), Melo e Saldanha (2020) e Evangelista (2020).

Seguindo essa linha conceitual de retenção, salienta-se a relevância dos estudos realizados no âmbito do Instituto Federal do Ceará (IFCE) por iniciativa de Melo e Saldanha (2020). A referida pesquisa apontou os principais fatores influenciadores nas reprovações dos alunos do primeiro ano do curso de Licenciatura em Química do IFCE *campus* de Quixadá. Estes estudos associaram de maneira satisfatória os fatores da reprovação e da retenção. Evangelista (2020) avaliou a retenção de estudantes em cursos de graduação do IFCE *campus* Maracanaú: sua análise foi capaz de descrever o perfil do aluno em situação de retenção nesses cursos.

Acerca desta temática, a resolução que instituiu o plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE 2017-2024 (Resolução Consup nº 67, de 31 de julho de 2017), também se ancorou no conceito de que a retenção consiste na não conclusão do curso no período previsto e ainda se referencia em Brasil (1996). Por outro lado, há pesquisadores que utilizam o termo “retenção” em referência ao tempo de permanência do aluno ser maior que o prazo previsto no currículo ou projeto pedagógico.

Neste rol destacam-se Correa e Noronha (2004), Cislacui (2008) e Gama (2015). Esses dois últimos utilizam o termo “permanência prolongada” em vez da expressão “retenção”, o que não prejudica o sentido da palavra empregada. De modo semelhante, Rios *et al.* (2018) em suas análises sobre as ocorrências de evasão, retenção e colação de grau de estudantes de uma instituição federal de ensino em Florianópolis, utilizaram o conceito de Gaioso (2005). O pesquisador leciona que a retenção ocorre quando o aluno permanece na universidade por mais tempo que o ideal.

Santos, Simon e Pinto (2020), em pesquisa sobre retenção e evasão escolar no Instituto Federal Farroupilha – *Campus Júlio de Castilhos*, indicaram que a retenção escolar consiste na não conclusão do curso no período previsto. Braga (2016) considerou a retenção em seu estudo com alunos de graduação do curso de Ciências contábeis, como uma representação positiva. Para Braga, o fenômeno não se encontra relacionado a uma problemática institucional, mas à eficiência da instituição em reter seus estudantes até a conclusão de seus cursos. Para isto, o pesquisador avaliou a gestão do ensino do curso pesquisado e apresentou os fatores capazes de influenciar no processo de retenção.

A seguir, o Quadro 1 apresenta a síntese dos conceitos de retenção de autores brasileiros pesquisados:

**Quadro 1 — Conceitos de retenção adotados na literatura pesquisada.**

| <b>Conceito de retenção</b>                                                                         | <b>Referência bibliográfica</b>                                                                                                                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tempo de permanência do estudante na instituição é maior do que prazo para integralização do curso. | Vasconcelos e Silva (2011); Pereira (2013); Silva, Rodrigues e Brito (2014;); Barcelos (2015); Moraes (2015); Terra (2015); Melo e Saldanha (2020), e Evangelista (2020). |
| Tempo de permanência do aluno ser maior que o prazo previsto no currículo ou projeto pedagógico.    | Correa e Noronha (2004); Cislacui (2008); Gama (2015), Rios et al (2018) e Santos, Simon e Pinto (2020).                                                                  |
| Destina-se a ajudar o aluno a permanecer na instituição até a conclusão do curso.                   | Braga (2016)                                                                                                                                                              |

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se a partir dos estudos pioneiros da comissão nas Universidades Brasileiras (BRASIL, 1996), que a maioria da literatura brasileira utiliza o termo “retenção” em referência ao tempo prolongado de permanência do estudante no curso. Neste sentido, deve ser considerado o fato de que o aluno deveria ter concluído o curso, mas continua matriculado. Dessa maneira, a presente dissertação pode estabelecer tal conceituação de retenção escolar por representar o entendimento nacional sobre o fenômeno. Além disso, o conceito expressa a síntese das diversas análises das outras definições abordadas nos referenciais teóricos apresentados nesse estudo.

Outro ponto que merece destaque de acordo com o levantamento bibliográfico realizado nessa pesquisa é a prevalência de estudos quantitativos e a utilização recorrente dos termos eficiência e eficácia do ensino e dos processos pedagógicos. Essa realidade revela a tendência da teoria tradicional, predominante nos currículos escolares. Segundo Silva (2010),

nessa teoria, o currículo é um processo de racionalização dos resultados na educação. Neste contexto, a escola é equiparada a uma empresa, visto que busca seus objetivos educacionais e a forma mais eficaz de obter resultados. Tal característica revela uma concepção técnica, burocrática e administrativa do currículo escolar.

É importante o reconhecimento acerca da relevância dos estudos brasileiros, principalmente, por elevar a problemática da retenção ao patamar de objeto de pesquisa. Tais levantamentos apresentam essa realidade enquanto fator que merece atenção por parte das instituições escolares. Conforme afirmado anteriormente, o fenômeno em apreço é capaz de interferir na trajetória acadêmica do aluno, como também, no entendimento de que a retenção pode levar a uma futura evasão escolar.

Os estudos de base qualitativa demonstram relevância ao adentrar o universo das subjetividades, das aspirações dos sujeitos pesquisados. Nesse sentido, uma análise crítica sobre as ocorrências da retenção escolar é capaz de apreender a sua dinâmica, a sua essência. Ao longo deste processo de análise, o pesquisador “deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los” (NETTO, 2011, p. 25).

### **3.2 Breve considerações e relações sobre retenção escolar**

A retenção escolar representa o foco de pesquisa desta dissertação. Entretanto, observou-se ser pertinente a apresentação de uma breve reflexão sobre temáticas como reprovação, repetência, evasão e fracasso escolar. Essa discussão possui o intuito de possibilitar uma visão mais ampla sobre o contexto de inserção do objeto de estudo, visto que tais fenômenos encontram-se intimamente relacionados à retenção. Martinho *et al.* (2019) afirmam que “reter, reprovar e repetir” são termos empregados para destacar a problemática da permanência prolongada do estudante na escola.

Atrai-se a retenção a outros temas relevantes para a educação, a exemplo de tópicos como a reprovação e a repetência escolar. Dessa forma, é possível inferir que a reprovação interfere na trajetória acadêmica, pois há diferentes condicionantes que afetam a construção do conhecimento. Infelizmente, diversos percalços podem conduzir os estudantes à retenção e à evasão, algo capaz de impedir que estes discentes concluam seus cursos no tempo regular.

Os estudos de Rios *et al.* (2018) em uma instituição pública de ensino em Florianópolis revelaram que a reprovação é uma problemática que deve ser levada em consideração. Os autores observaram que 67,4% dos estudantes pesquisados haviam sofrido algum tipo de reprovação: por nota, frequência, ou nas duas formas. Tal cenário acentuou a

necessidade da busca por explicações para as dificuldades de aprendizagem e as causas da reprovação que conduzem à retenção, por exemplo.

Diante desse cenário, merece destaque o estudo desenvolvido por Ribeiro (2019) no Instituto Federal da Bahia, *Campus* Porto Seguro, no qual o autor apontou os principais fatores de reprovação escolar nas séries iniciais dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. De acordo com a pesquisa, tais entraves estavam relacionados à metodologia docente, dificuldade nas disciplinas, nervosismo para fazer avaliação, além de problemas de ordem pessoal que interferem no aprendizado do estudante. Ademais, o pesquisador salienta que há uma grande quantidade de estudantes que não prosseguem em seus estudos e aponta enquanto fator determinante nesse sentido a reprovação em determinadas disciplinas, algo que pode causar retenção, evasão e abandono, além de desmotivar os indivíduos em suas trajetórias escolares.

Quanto aos fatores relacionados à reprovação, também inspiram preocupação os discursos a respeito da reprovação desconectados das relações sociais. É essencial a discussão do papel social da escola, bem como a explicitação de sua complexidade e contradição nos marcos da sociedade capitalista. Jacomini (2009) pontua a necessidade de se desconstruir a visão da reprovação escolar como justificativa da ausência de capacidade e dedicação dos estudantes.

O processo de reprovação, historicamente naturalizado, faz parte do universo escolar há muito tempo no Brasil, mas somente na década de 1960 as instituições de ensino começaram a adotar políticas de não reprovação. Gil aponta que

(...) é forçoso admitir que a ocorrência da reprovação dos alunos já existia muito antes. Desde a instalação da escola moderna no Brasil, ainda no período colonial, está previsto que os estudantes se submetam aos exames, nos quais podem ser aprovados ou reprovados. A noção de repetência propriamente, no entanto, tem condições de surgir apenas quando se institui a escola seriada, no final do século XIX (GIL, 2018, p.3).

Pode-se inferir que, naquele momento histórico, os fenômenos da reprovação e da repetência não eram considerados problemas merecedores de intervenção nas escolas. Na realidade, naquele contexto social, não havia sequer o entendimento de que cada estudante possui seu próprio ritmo de aprendizado, independentemente do que se espera com base nos cronogramas de ensino. Para a autora, esses fenômenos são reconhecidos como indesejados nos discursos educacionais somente no século XX. Pode-se afirmar que tal mudança no pensamento coletivo se desenvolveu diante da perspectiva de que todos os alunos concluíssem

o ensino primário. A conclusão desta etapa evitaria a interrupção do percurso escolar pela reprovação e repetência por parte do estudante. Surgiu, então, a busca pela compreensão das problemáticas ligadas à reprovação, pois esta correspondia

ao resultado nos exames ou nas avaliações finais que indica que o aluno não teve o desempenho mínimo estabelecido como desejável. A retenção é decorrência dessa reprovação, visto que determina, assumido o modelo de ensino seriado, a impossibilidade de o aluno seguir no fluxo normal de uma série à outra. Já a repetência aponta para o fenômeno da permanência na escola dos alunos retidos em determinada série, que vão se submeter a cursá-la novamente (GIL, p.6, 2018)

Ribeiro (1991), em seu estudo pioneiro “Pedagogia da repetência”, trouxe reflexões a respeito da concepção de repetência escolar, a qual era considerada parte inseparável do sistema educacional do Brasil. O autor aponta que, até então, inexistia a clara perspectiva das consequências que essa realidade poderia trazer para os estudantes, algo que indica o caráter repressivo e autoritário ao qual nossa sociedade se submete. Ao tecer suas considerações sobre o tema, Earp (2010, p. 11) destaca que a repetência é “uma cultura escolar e social específica que está presente no sistema como um todo.”

Segundo Klein (2006), essa cultura educacional da repetência implicava que os alunos não progredissem no ambiente escolar. Logo, a reprovação, responsável por reter o estudante na mesma série, trazia para este consequências futuras, como o próprio abandono da escola. No entanto, até a atualidade sobressaem discursos que visam eximir a escola do papel de interventora na problemática, pois

a repetência escolar muitas vezes é justificada pelos profissionais que trabalham na área da Educação, muito mais como decorrências de fatores externos ao âmbito escolar, onde pode ser influenciado decisivamente na vida da criança na escola, que fatores internos a sala de aula. Com esta percepção, pode se concluir que essa justificativa busca isentar a escola sobre a responsabilidade por este resultado negativo (MARTINHO ET AL., 2019, p.3436).

Historicamente, observa-se que reprovação e repetência associam-se à retenção escolar. Ressalta-se, então, a importância de se discutir a retenção escolar advinda de sucessivas reprovações. Neste contexto, também se faz necessária uma reflexão sobre os mecanismos avaliativos utilizados em sala de aula: tornou-se imprescindível verificar até que ponto esses instrumentos são capazes de determinar todos os aspectos de aprendizagem de um aluno, haja vista que

a repetência evita que o aluno siga para a próxima série/ano sem, segundo os critérios avaliativos, os conhecimentos suficientes. [...] Propaga-se o discurso de que

a reprovação resulta da má estrutura das escolas, de um despreparo dos professores, descaso das instituições e descompromisso com a educação por meio dos estudantes (SANTOS; MEDEIROS; VALLERIUS, 2017, p. 119).

Barbosa (2019, p. 31) desenvolveu estudos sobre a evasão e reprovação no Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissional do CEFET-MG, *Campus Leopoldina*. Tal pesquisa aponta para a existência de problemas com a falta de acompanhamento pedagógico de forma efetiva e contínua destinado aos estudantes e professores. O levantamento indica a falta de monitoramento dos alunos com faltas recorrentes e problemas relacionados a fatores motivacionais. O estudo conclui que “as causas são extremamente difíceis de serem identificadas, sendo, por isso, importante analisar fatores que vão desde aqueles relacionados ao estudante e à sua família até aos referentes à escola e à comunidade em que se vive.”

Diante dos fenômenos analisados anteriormente, destaca-se a evasão escolar, uma vez que tal interrupção no ciclo de estudos, provocada pela saída prematura dos estudantes da instituição, pode ocasionar consequências graves de ordem social, acadêmica e econômica (GAIOSO, 2005). Sob este aspecto, a evasão tem sido associada a várias situações prejudiciais ao estudante e relaciona-se “à retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição; à saída do aluno do sistema de ensino; à não conclusão de um determinado nível de ensino; ao abandono da escola” (DORE; LUSCHER, 2011, p. 775).

Frente a essa problemática, Silva, Rodrigues e Brito (2014) indicam que, nesse grupo de estudantes, aqueles que ingressam na universidade, geralmente, não conseguem concluir o curso escolhido no tempo previsto. Neste ponto, é importante ressaltar que diversos fatores impedem esse fluxo contínuo - e a retenção atua como um dos principais precedentes para uma futura evasão do estudante. Neste sentido, a retenção também pode estar vinculada aos índices de evasão escolar e a sala de aula representa um laboratório que possibilita a observação de vários aspectos desse fenômeno, “onde surgem muitos questionamentos, espaço que viabiliza inúmeras metodologias pedagógicas e que se constrói como ponte entre o teórico e o prático” (SANTOS; MEDEIROS; VALLERIUS, 2017, p. 117).

Deve ser considerada a íntima relação entre os fenômenos da retenção e da evasão escolar, os quais ocorrem no mesmo ambiente e podem envolver os mesmos fatores causais que afetam negativamente as instituições escolares - inclusive, os institutos federais de educação. Segundo Evangelista (2020, p.5-6), ambas são “problemáticas equivalentes, [...] um fator causal de retenção, se não percebido e devidamente considerado pelo gestor educacional, pode tornar-se causa de elevação nos índices de evasão.”

Oliveira (2019, p. 49) investigou a evasão no Instituto Federal Goiano – *Campus Ceres*. Os resultados obtidos com a pesquisa apontaram as causas que contribuíram para evasão escolar de alunos do Curso Técnico em Informática Subsequente/Concomitante. Destacaram-se dentre os principais motivos para a desistência por parte dos alunos: a opção por curso superior, dificuldades de locomoção para a instituição, poucas aulas práticas, dificuldades financeiras, mudança de residência, dificuldades com disciplinas específicas da área de programação, além da falta de identificação com o curso e a sua área de abrangência. A autora aponta também, que ao se considerar “qualquer que seja o motivo, ou o conjunto deles, analisar os diversos fenômenos motivadores da evasão escolar [...] torna-se relevante para a tentativa de encontrar caminhos que possam reduzir esses índices.”

Por sua vez, Rosa (2019) identificou os principais fatores da evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do Piauí - *Campus Parnaíba*. Os resultados obtidos no estudo revelaram algumas motivações para a desistência dos alunos ao longo de seus cursos. Dentre estes motivos, destacaram-se a metodologia adotada pelos professores, excesso de teoria e a falta de aulas práticas, dificuldade de transporte até a instituição, impossibilidade de conciliar o trabalho com o curso, falta de recursos financeiros, além de dificuldades de progresso nas disciplinas cursadas.

É evidente que todos os estudos citados na presente dissertação indicam que a tentativa de desvendar os fatores da retenção e evasão, não representa uma tarefa simples. Indubitavelmente, estas ocorrências são influenciadas por diversos fatores internos e externos ao estudante. No entanto, sobressai a dificuldade de se identificar as influências exatas sobre estes acontecimentos, visto que deve-se levar em consideração a dinamicidade da realidade em que o aluno está inserido, bem como o próprio processo de aprendizagem de cada sujeito.

O fenômeno da retenção se refere à forma como o aluno aprende os conteúdos estudados, além da sua relação com o saber. Logo, as dificuldades de aprendizagem dos alunos materializam-se em fatores e causas que concorrem para a retenção e o fracasso escolar, o que ocasiona a incompletude nas formações em educação formal. Vale salientar que o fenômeno do fracasso escolar enquanto problemática representa algo recente na realidade brasileira. Neste aspecto, observa-se que muitos discursos no âmbito educacional e político buscam compreender e explicar as causas para o fracasso escolar no país.

Paulilo (2017, p. 1263) reconhece ser a “mobilização popular por escolarização entre os anos 1970/1980 o principal vetor dessa convergência de representações sobre o processo educativo que percebe o fracasso escolar como resultado da forma de escolarização”. Portanto, essa forma de organização seriada nas escolas, as quais selecionam apenas os

estudantes aprovados para a série seguinte, ocasionou efeitos ao significado social da seleção escolar. As problemáticas advindas desse processo como a reprovação, a repetência e a ocorrência da retenção do estudante, representam o fracasso escolar enquanto “fenômeno posto como questão por uma sociologia especialmente interessada na análise dos efeitos das desigualdades sociais no ensino” (PAULILO, 2017, p.1.236).

Nessa perspectiva, Angelucci *et al.* (2004) afirmam que houve uma inclusão nas pesquisas educacionais da articulação de variáveis internas e externas à escolarização para a análise do discurso. Neste contexto, é imprescindível que se adotem procedimentos qualitativos na análise da vida escolar dos estudantes. Deve-se problematizar a concepção de fracasso escolar, o qual deve ser considerado como resultado de problemáticas como a evasão, reprovação, repetência, e inclusive da retenção escolar. É essencial que se supere a visão em que se considera o estudante como único responsável pelo fracasso ou êxito escolar. A este respeito, Lima e Souza (2020) lecionam que certas concepções disseminadas no senso comum reforçam que o mau desempenho do aluno na escola representa o reflexo da sua falta de vontade em estudar ou aprender os conteúdos expostos em sala de aula.

Segundo Charlot (2002), é necessário que se observe a forma como o aluno se relaciona com o saber, visto que cada indivíduo carrega sua singularidade e suas experiências de mundo. Deve-se respeitar também o fato de que o estudante é afetado pelo contexto social em que está inserido - com suas múltiplas determinações de ordem social, políticas e econômicas. Neste estudo, o autor defende que, se o aluno não aprendeu é porque fracassou: entretanto, o fracasso estudantil deve ser considerado não somente do discente, mas de toda a sociedade.

O fracasso escolar do estudante não pode ser associado exclusivamente a causas de desempenho individual e deve-se levar em consideração o contexto social, político e cultural em que o aluno está inserido. Todos estes aspectos são fatores determinantes na evasão e reprovação escolar, situações que se agravam mediante a desigualdade social existente no país, fruto da sociedade capitalista.

É imprescindível situar a constituição do Estado de modo a considerá-lo enquanto campo de disputa, permeado por conflitos, relações de poder e lutas de classes. Nas palavras de Fornari (2010, p. 118), com “a implantação do capitalismo, o processo de trabalho passou a exercer dominação sobre o trabalhador. E com isso, toda uma série de problemas sociais apareceram na sociedade, tais como a evasão e reprovação escolar.”

As desigualdades sociais acarretam a pobreza de muitos estudantes no Brasil. Por este motivo, muitos desses indivíduos, por questão de sobrevivência, precisam conciliar estudos e

trabalho. Neste contexto, muitos abandonam o ambiente escolar definitivamente - porém, não podemos associar a mazela da pobreza com o fracasso escolar. Contudo, certamente, o aluno inserido nessa condição social “é excluído da possibilidade de se apropriar e dominar o sistema de referências que o cerca, bem como de ter acesso aos conhecimentos sistematizados pela humanidade” (LIMA; SOUZA, 2020, p. 145).

A abordagem do fracasso escolar enquanto resultante da problemática da retenção deve superar as visões deterministas e conservadoras de culpabilização do aluno ou de sua família. Esta superação deve abranger até mesmo as visões psicologizantes de que a não adaptação do aluno ao ambiente escolar advém de distúrbios ou problemas psicológicos. Segundo Charlot (2000), não podemos negar a existência dos fenômenos sociais que envolvem o fracasso escolar, bem como, não podemos afirmar estes acontecimentos como únicos determinantes dessa realidade. O autor alerta, entretanto, que enquanto o fracasso escolar for considerado apenas problema pedagógico e não suscitar o debate social, não avançaremos nas reais questões que permeiam esse cenário.

Deve-se lançar um olhar crítico para compreensão desse fenômeno, considerando a realidade concreta e as condições objetivas do estudante que estão postas entre ele, a sociedade e a escola. Vale ressaltar que a não aprendizagem é que pode acarretar a retenção escolar.

### **3.3 A retenção escolar no contexto da educação profissional e tecnológica**

A lei nº 11.741/2008, que reformulou a LDB 9394/96, instituiu a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em diversos níveis e modalidades de ensino, integrando-se aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Neste cenário, houve a oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de educação profissional e técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica, além de cursos de graduação e pós-graduação.

Prioritariamente, os Institutos Federais ofertam cursos técnicos integrados com o ensino médio. A rede também oferece cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio, possibilitando “a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado” (BRASIL, 2008a). É importante ressaltar que os institutos também dispõem de cursos de bacharelado, tecnologias e licenciaturas.

O documento lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2010, intitulado “Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica” objetivava trazer as concepções e diretrizes para nortear os processos de formação para o trabalho. A proposta partiu do pressuposto da integração e da articulação com a ciência, tecnologia, cultura, como dimensões importantes para autonomia do indivíduo, com caráter emancipatório de justiça social traduzidas em ações de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010).

A expansão dos Institutos Federais visa ampliar o atendimento em educação profissional e aponta para muitos desafios no que diz respeito aos saberes epistemológicos. Para a superação desses desafios, se faz necessária a produção de referenciais teóricos a fim de subsidiar a rede federal em expansão. Silveira e Maraschin (2018, p. 36) observam que esses documentos orientadores são “uma forma de orientar a política que normatizou a EPT em 2008 [...] com as concepções e diretrizes que deverão orientar a prática dos Institutos Federais.”

E um dos desafios enfrentados por parte dos IFs é a permanência dos estudantes nos cursos ofertados, bem como as dificuldades decorrentes desse processo. A evasão escolar é uma dessas problemáticas: logo, urge a necessidade da criação de estratégias para impedir a saída definitiva do estudante da escola. Sobre isso, Carneiro (2017) desenvolveu uma pesquisa em cursos técnicos ofertados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) *campus* Patos de Minas, entre os anos de 2013 e 2016. O estudo levantou os seguintes dados: no curso de eletrotécnica, 30% dos alunos evadiram em 2015 e 50% evadiram em 2016. Tais informações indicam a necessidade de se investir na permanência dos estudantes de cursos técnicos da instituição.

Diniz, Nogueira e Costa (2019) apresentam seus estudos sobre o esvaziamento das turmas dos Cursos Técnicos Subsequentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), *Campus* Congonhas. A pesquisa obteve dados de que a reprovação e retenção escolar contribuem para evasão nos cursos estudados.

Em seus estudos sobre evasão e permanência na educação técnica de nível médio em Minas Gerais, Dore e Lüscher (2011) elegeram enquanto objeto de análise o Programa de Educação Profissional de Minas Gerais. A pesquisa apontou para a urgência de se compreender que o acesso e permanência de estudantes dos cursos técnicos perpassam problemáticas que interferem no fluxo escolar. Essa situação pode ocasionar a evasão, algo que torna imprescindível não apenas a busca por enfrentamento desse fenômeno, mas a articulação de ações preventivas por meio da implementação de políticas públicas educacionais.

Destaque-se que a retenção presente nas escolas, pois esta envolve a interrupção na progressão do discente e de seu fluxo escolar. Portanto, se faz necessário um olhar especial “aos alunos considerados retidos, pois estes podem ser visualizados como evadidos em potencial” (VANZ *et al.*, 2016, p. 544). Os autores pesquisaram sobre evasão e retenção no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na realidade, o estudo desenvolvido apontou para algo problemático: a falta de parâmetros estabelecidos para definir e estudar a retenção. Por este motivo, os pesquisadores utilizaram uma análise de dados de um grupo de alunos que estavam em curso, mas que ultrapassariam o limite previsto para conclusão.

Silveira e Maraschin (2018) comentam que a evasão e a retenção são fenômenos situados no contexto da política preconizada para Educação Profissional e Tecnológica, pois essas problemáticas podem levar o estudante a não concluírem sua formação. Frente a essa realidade, os Institutos Federais situam-se no contexto desses fenômenos e devem buscar minimizá-los.

Lima (2018) também ressalta a retenção dos estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) no *Campus* São Paulo, no período de 2014 a 2017. No estudo, o autor apontou que os índices de retenção nas turmas ingressantes estava vinte por cento acima das turmas concluintes. Este dado aponta que o fenômeno da retenção representa um problema para que os estudantes prossigam em seus estudos.

É interessante frisar que, apesar da ampliação e oferta de vagas dos Institutos Federais em todo o país, faz-se necessário apontarmos para a qualidade do ensino no processo educativo e como este vem sendo desenvolvido em todas as unidades. Dessa maneira, a escola não pode propor as mesmas condições de ensino-aprendizagem, pois há um complexo de relações construídas no processo de aprendizagem. É possível que os alunos não estejam aprendendo ou se desenvolvendo, o que pode ocasionar lacunas no processo de formação de conhecimento. Sabemos que a lógica meritocrática orienta práticas de avaliação de muitas escolas. Assim,

é preciso reconhecer o papel da escola na construção dos sujeitos, é importante olhar para a escola não apenas como um espaço de sobrevivência dos que se esforçam, mas ratificamos o quanto é fundamental entendê-la como um espaço de vivência social, situado num contexto econômico, político e cultural: a escola, enquanto organização social, se constrói a partir daquilo que a sociedade valoriza e, diante da complexidade das relações que estruturam as macroestruturas sociais, a cultura organizacional da escola se edifica a partir da (e para a) realidade vivenciada pela sociedade atual (AGUIAR; BRITO; TENÓRIO, 2012, p.12).

Os Institutos Federais mesmo inserido nesse contexto têm a promoção da autonomia e da emancipação dos estudantes na sua ampla oferta de níveis e modalidades de ensino, em especial com a Educação Profissional técnica de nível médio. Neste sentido, os cursos de educação profissional técnica de nível médio (cursos técnicos) têm por finalidade proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais necessárias ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais (BRASIL, 2012).

Oliveira (2019) ancora-se no pensamento de Dante Moura (2007) ao afirmar que a EPT se vincula ao mundo do trabalho. Ademais, para além da instrumentalidade, é necessário observar que se abrem possibilidades da formação humana integral, visando a autonomia e a emancipação dos sujeitos. Porém, no âmbito de sua atuação no processo formativo dos estudantes torna-se imprescindível que se ampliem as possibilidades de permanência e êxito. Tal iniciativa se dá por meio da implementação de políticas por intermédio de ações e programas para reflexão e diagnóstico das causas de evasão e retenção, além de possíveis formas de enfrentamento dessas questões.

No período de 2011 a 2012, o Tribunal de Contas da União, mediante o relatório de levantamento de dados retirados do SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica), recomendou ao MEC a adoção de medidas para conter a evasão e a retenção escolar nos Institutos Federais. Esse relatório trouxe a premissa de que aqueles alunos com problemas de retenção e com maior nível de atraso, relacionado à idade/série, são os mais propensos a evadir do sistema escolar (OLIVEIRA, 2019).

Somente em 2014 foi lançado o documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Este relatório apresentou subsídios e propôs a elaboração de um plano estratégico de intervenção e monitoramento. Nesse contexto, seu objetivo era subsidiar cada instituição da Rede Federal a elaborar e desenvolver o seu próprio plano estratégico (BRASIL, 2014). O referido documento, ao demonstrar o número de alunos em seus ciclos de matrículas de 2004 a 2011, trouxe a constatação de que seria necessário focar nas taxas de evasão e de retenção nos cursos ofertados pela Rede Federal. Como exemplo, temos o caso dos cursos técnicos integrados para estudantes em idade própria. Nesse contexto, a taxa de evasão apresentava-se em 6,4%, a de retenção em 44,42% e, por último, o índice de conclusão de apenas 46,8% (BRASIL, 2014).

O documento organiza os fatores ou categorias motivadores da evasão e da retenção, adaptando-as às especificidades da contemporaneidade e das próprias instituições de ensino da Rede Federal. Dentre estes aspectos apontados estão: os fatores individuais ou relacionados à vida do estudante, os fatores internos às instituições, como as problemáticas relacionadas à infraestrutura, ao currículo, à gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição. Por fim, o documento ressalta os fatores externos às instituições, a exemplo das dificuldades financeiras dos estudantes de permanecer no curso e às questões inerentes à futura profissão (BRASIL, 2014).

Os estudos de Brito (2017) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), *Campus Avançado Formoso do Araguaia* também apontaram a preocupação com o combate à evasão e retenção nos cursos técnicos em agricultura e em informática subsequentes ao ensino médio, com estudantes matriculados no período de 2015 a 2017. Na pesquisa, o autor levantou dados de alunos em situação de êxito escolar, considerando aqueles que haviam concluído dentro do prazo previsto pela instituição. No mesmo estudo, foram analisados os dados de estudantes em situação de fracasso escolar (os evadidos, desligados, transferidos e em retenção por falta e/ou nota). Constatou-se que, nos dois cursos avaliados, a situação de êxito foi de aproximadamente 40%, enquanto o índice de fracasso escolar chegou a 60%.

Destaca-se que o documento orientador recomenda que cada instituição da Rede Federal elabore e desenvolva um Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção. Nessa direção, em 2017, o Instituto Federal do Ceará (IFCE), campo de estudo dessa pesquisa, lançou o plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE 2017-2024, com o intuito de fortalecer a qualidade do ensino por meio de ações de incentivo à permanência e à promoção acadêmica (IFCE, 2017).

Silva, Rodrigues e Brito (2014, p. 78) destacam a importância de se compreender a retenção na escola, fator que pode colaborar “com o autoconhecimento da instituição sobre seu sistema de ensino, planejamento, avaliação, entre outros.” Diante desses apontamentos, é possível observar que a retenção está inserida no contexto social da vida dos estudantes dos IFs. Porém, que muitos fatores interferem no processo formativo: portanto, torna-se imprescindível na efetivação da política de EPT, enquanto política pública, que se possibilite maior acesso, permanência e conclusão nos cursos ofertados pelos Institutos Federais.

### 3.4 Fatores e causas da retenção escolar

O processo de retenção escolar envolve uma diversidade de fatores sendo necessária a compreensão de que não há um único fator ou causa responsável para a ocorrência do fenômeno. Logo, são inúmeros os determinantes que interferem no processo ensino-aprendizagem dos estudantes nas instituições escolares, inclusive nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Com efeito, os fatores e as causas da retenção escolar estão intrinsecamente ligados ao fenômeno da evasão.

Dore e Lüscher (2011) salientam a dificuldade de se identificar as prováveis causas da evasão, pois são influenciados por diversos fatores e causas. Ressalte-se o fato de que o contexto social é dinâmico e possui diferentes determinantes, políticos, sociais, econômicos e culturais incidentes na realidade do aluno. Rosa (2019, p. 65) coaduna com o pensamento das autoras mencionadas ao afirmar que se tal análise se faz “levando-se em consideração todos os fatores e causas que podem estar relacionados tanto ao estudante, quanto à família, à escola, à comunidade em que vive e até mesmo ao professor.”

Martinho *et al.* (2019, p. 3.437) observaram em seus estudos com a retenção no ensino médio, que “podem haver fatores que sejam de responsabilidade do aluno, outros que sejam da competência da família, há aqueles que dizem respeito à escola e ainda variados outros que fazem parte do contexto social e cultural”. Daitx, Loguercio e Strack (2016) apontaram como causa da retenção a reprovação dos estudantes nas disciplinas em um curso de Licenciatura em Química noturno, do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa evidenciou que, entre 2009 e 2013, a retenção atingiu cerca de 65% dos alunos. Desse total, cerca de 60% estão retidos na primeira ou segunda etapa do curso. Na realidade, na maioria dos casos, estes alunos não conseguem retornar à etapa, de modo a prolongar o período para sua graduação.

Em relação às possíveis causas da retenção, a pesquisa de Silva, Rodrigues e Brito (2014, p. 92) no curso de Educação Física da Universidade Federal do Piauí revelou a seguinte categorização de fatores:

a condição socioeconômica; não identificação com o curso; pouca integração acadêmica e consequente falta de motivação do aluno; dificuldade em conciliar as atividades do trabalho com as exigências do curso acarretando reprovações; e/ou ingresso em outro curso.

Ainda merece destaque o estudo de Pereira (2013), por trazer a reflexão sobre a retenção discente nos cursos superiores de graduação na Universidade Federal do Espírito

Santos (UFES). Os objetivos da pesquisa eram a identificação de fatores associados à retenção dos estudantes dos cursos em análise e a proposição de ações de intervenção na problemática. O autor constatou enquanto principais fatores para ocorrência da retenção: coeficiente de rendimento acumulado, número de reprovações, relação candidato/vaga do vestibular, área do conhecimento, desempenho na segunda etapa do vestibular e trancamento de curso.

Gama (2015) e Moraes (2015) tomaram por referência os estudos de Pereira e deram continuidade às pesquisas sobre retenção na UFES. Gama (2015) direcionou seus levantamentos a fim de conhecer os motivos que levam os estudantes a prolongarem sua formação. Para isto, o autor utilizou modelos multivariados de análise fatorial na avaliação dos principais fatores determinantes da retenção dos discentes.

Nessa avaliação, Gama categorizou três tipos de aspectos motivacionais: individuais, institucionais e socioeconômica externa. O referido autor estabeleceu os fatores causadores de retenção em grupos: característica de aluno-trabalhador; currículos dos cursos; estrutura dos cursos e da Universidade; mercado de trabalho. Dentre estes fatores, o de maior incidência para retenção discente relaciona-se à dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo.

A pesquisa de Moraes (2015) utilizou enquanto método de coleta de dados a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com estudantes em situação de retenção. O estudo buscou apresentar os fatores motivadores do fenômeno, apresentados por meio das categorias referentes às características individuais dos estudantes, bem como fatores externos e internos à instituição. Nesse sentido, destacaram-se fatores relacionados ao estudante que trabalha e estuda; às disciplinas cursadas que impossibilitam os horários de outras disciplinas, além de entraves pessoais - que variam desde a dificuldade de se dedicar aos estudos a problemas de ordem psicológica.

Pereira (2013) e seus seguidores apresentam o mesmo conceito de retenção (sinônimo de permanência prolongada na instituição). O grupo entende que os fatores associados à retenção são internos e externos às instituições e individuais dos estudantes e visa contribuir com reflexões sobre o estudo do tema e estratégias de enfrentamento à problemática. Lima (2018) apresentou uma perspectiva diferente de análise da retenção por meio de um estudo preliminar do perfil dos estudantes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia *campus* São Paulo.

O estudo tomou por base os dados disponibilizados pelo sistema de matrícula daquela instituição no período de 2014 a 2017. O relatório mensurou que, de um modo geral, os estudantes sob análise eram oriundos de escola pública estadual e/ou municipal. Sobre a etnia

do grupo, observou-se a predominância de indivíduos negros e/ou pardos, principalmente no ano de 2016. A pesquisa concluiu que o conhecimento e a compreensão do perfil desses estudantes são capazes de contribuir para a formulação de estratégias de ação para minimizar a retenção.

A análise de perfil de estudantes retidos também foi investigada por Silveira e Maraschin (2018) com os estudantes do Instituto Federal Farroupilha. O levantamento dos dados se deu a partir de entrevistas com os coordenadores da instituição e a aplicação de questionários aos alunos dos cursos integrados e subsequentes. O levantamento obteve os seguintes resultados: 70%, dos alunos não trabalham; 94% dos estudantes são oriundos de escola pública. Outros interessantes dados coletados apontam que 42% dos pais e 33,7% das mães daqueles estudantes possuem o ensino fundamental incompleto e que 58,36% daquelas famílias recebem menos de 0,5 até 1,5 salários per capita.

Salientam os autores que, mediante a análise desses dados, foi possível observar que os estudantes dos *campi* pesquisados são filhos da classe trabalhadora e não concluem o curso no tempo previsto pela instituição. Esta situação pode levar ao abandono escolar, fator que contribui para a manutenção da desigualdade no acesso e permanência nessas instituições, o que segue na contramão dos objetivos dos Institutos Federais em relação à promoção de uma educação de qualidade.

Ainda considerando os fatores causais da retenção, Rios *et al.* (2018) analisaram as ocorrências de evasão, retenção e colação de grau de estudantes de uma instituição federal de ensino em Florianópolis, multicampi, formada por dez unidades acadêmico-administrativas. Na coleta de dados desse estudo, foram aplicados questionários semiestruturados aos estudantes beneficiários do plano de permanência da instituição no período de 2009 a 2015. Os resultados relacionados à retenção foram adotados pelos autores nas seguintes categorias: reprovação, dificuldade de aprendizagem e trancamento do curso. Os percentuais mais elevados foram os de reprovação, visto que 67,4% dos entrevistados haviam enfrentado algum tipo de reprovação (nota, frequência e ambas).

Um aspecto relevante apontado como causa para as reprovações naquela instituição foi a metodologia de ensino adotada pelos professores. Contudo, nas outras categorias analisadas, a maioria dos estudantes afirmou não possuir dificuldades de aprendizagem e não ter realizado trancamento do curso em seu percurso acadêmico.

Ressalta-se com base nos resultados obtidos pelos autores, que os estudantes não reconhecem suas próprias dificuldades de aprendizagem. Esses alunos associam suas reprovações, e consequente retenção, a questões didático pedagógicas e metodologias dos

professores. Por este motivo, se faz essencial o acompanhamento social e pedagógico junto aos alunos, bem como o planejamento de estratégias de intervenção pelos docentes e profissionais que atuam no processo de ensino.

Nesse contexto da reprovação escolar, Melo e Saldanha (2020) em sua pesquisa no IFCE, *campus* Quixadá, com o curso de Licenciatura em Química, analisaram a retenção ocasionada por reprovações. O levantamento identificou os principais fatores influenciadores deste processo, como a falta de conhecimentos prévios e de identidade com o curso. Os resultados encontrados pelos autores enfatizam que a dificuldade na aprendizagem dos conteúdos traz como consequência a desmotivação do aluno na sua trajetória acadêmica. Neste sentido, torna-se imprescindível a implementação de ações de intervenção das instituições federais para a garantia do êxito estudantil e prevenção da saída definitiva do estudante da instituição.

O estudo realizado por Evangelista (2020) identificou aspectos importantes no processo de retenção nos cursos superiores de graduação do IFCE *campus* Maracanaú. A autora pontuou os fatores mais relevantes associados à ocorrência da retenção, tais como: dificuldades na conciliação do horário das disciplinas com o trabalho, dificuldades para se dedicar aos estudos; curso ofertado em horário incompatível. A pesquisadora ressalta que as condições financeiras interferem demasiadamente na trajetória dos discentes. Nesse caso, sabe-se que muitos destes precisam trabalhar para garantia de sua sobrevivência enquanto frequentam o curso – e, na realidade, esse fator possui maior influência para a constituição da retenção.

Em relação ao exposto nesse tópico, evidencia-se a relação de causalidade entre os fatores apontados. Por representarem eventos interrelacionados, não se pode apontar um único elemento para a ocorrência da retenção escolar. Esse fenômeno, complexo e multifacetado, se relaciona com a aprendizagem dos estudantes, bem como à forma com que estes lidam com o saber, além das suas próprias particularidades e singularidades de inserção nas relações sociais.

O conhecimento da realidade da retenção nas instituições federais se torna essencial quando a aprendizagem não ocorre para todos os estudantes. Em casos como estes faz-se necessário investigar os fatores causais da retenção em cada realidade. Tal observação advém do contexto, de modo a não se esgotar o conhecimento: desta maneira, nos aproximamos da concretude de cada realidade investigada.

## **4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM CAMINHO PARA O COMBATE À RETENÇÃO ESCOLAR E PROMOÇÃO DA PERMANÊNCIA E DO ÊXITO ESTUDANTIL**

O presente capítulo elucida a discussão sobre o percurso histórico da assistência estudantil até o *status* de política nacional pública, instituída pela portaria normativa 39/2007, regulamentada pelo decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010. O documento representa o direito dos estudantes na garantia do acesso, permanência e êxito na formação e conclusão dos cursos. Ainda discorre-se sobre a importância da política de assistência estudantil na redução de incidência da retenção escolar nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. De fato, a assistência estudantil visa oferecer apoio na formação dos estudantes, além de buscar a garantia da permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de modo a possibilitar o acesso à educação de qualidade.

### **4.1 Breve reflexões sobre a trajetória histórica da assistência estudantil**

A assistência estudantil, enquanto política pública nos marcos constitucionais em que ganhou legitimidade, ocorreu no âmbito federal com a portaria normativa 39, de 12 de dezembro de 2007. Esse documento foi direcionado para os estudantes das instituições federais de ensino superior e de cursos presenciais de graduação de todo o país. Entretanto, a norma foi implementada apenas em 2008 e tornou obrigatória a organização e a normatização da política em suas ações e programas.

Para Imperatori (2017), a assistência estudantil brasileira não representa iniciativa recente, uma vez que o movimento teve início nos anos de 1930 com ações de assistência ao estudante com foco em programas de alimentação e moradia na universidade. Na realidade, durante toda a sua trajetória, a assistência aos estudantes foi marcada por continuidades e descontinuidades, tanto na perspectiva da ajuda quanto do contexto de lutas e disputas políticas. A criação e expansão das universidades federais no Brasil nas décadas de 1970 até 1980 demandou maior atendimento das necessidades sociais para estudantes desprovidos de recursos financeiros.

A década de 1980 representa um marco de grande relevância para a assistência estudantil com a criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Essas ações se deram frente ao contexto de lutas

por uma educação pública de qualidade no processo de redemocratização e da promulgação da Constituição Federal de 1988. Segundo Imperatori (2017, p. 293), ancorada no pensamento de Vasconcelos (2010), estas instituições

defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, visando garantir igualdade de oportunidades para os estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) na perspectiva do direito social. Isso inclui a permanência e conclusão do curso e a prevenção da retenção e evasão escolar por motivos socioeconômicos.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a Educação enquanto direito social e incumbência estatal, bem como elevou-a à condição de política pública no mesmo patamar de outras políticas sociais. Nesta legislação, a assistência ao educando se apresentou como dever do Estado positivado no inciso VII, art. 208, a saber: “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988). Entretanto, somente alguns anos depois, a assistência estudantil foi regulamentada para o ensino superior.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) instituído pela portaria normativa 39/2007 foi regulamentado pelo decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010. O documento sofreu várias alterações que visavam ampliar as condições de permanência dos estudantes da Educação superior pública em todo território nacional. Segundo Imperatori (2017, p. 294), “a partir do PNAES, a assistência estudantil se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos de graduação”.

Partindo desse pressuposto, cada Instituição Federal de Ensino Superior (IES) deve normatizar seu Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com base no que dispõe o decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. O PNAES tem por objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010a)

O PNAES mostra-se um programa complexo, porém, representa um avanço no tocante à política para os estudantes. Tal progresso torna-se evidente por meio do reconhecimento da assistência estudantil na condição de direito, uma vez que a ação visa ampliar as condições de permanência dos alunos frente a ampliação do acesso às IES.

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Essas ações devem atuar preventivamente nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010a). Segundo Araújo (2018, p. 87), o PNAES significou “garantia de condições de permanência para os estudantes que, apesar de conseguirem ingressar nas instituições escolares brasileiras [...], não conseguem permanecer por falta de condições socioeconômicas.”

É importante refletirmos sobre a política de assistência estudantil nas instituições federais. Ademais, esta reflexão deve abranger a forma como tal assistência se desenvolve na educação profissional e contribui para permanência do estudante. Com efeito, essa análise deve também fortalecer o combate a problemáticas que interferem no processo de ensino-aprendizagem, a exemplo da retenção escolar.

#### **4.2 A política de assistência estudantil no contexto de enfrentamento a retenção escolar na educação profissional**

A promulgação do decreto nº 7.234/2010, promoveu a notoriedade dessa política governamental, expandindo a cobertura da assistência estudantil para todas as IEs, inclusive os Institutos Federais. Para Taufick (2014, p. 184), o programa “foi instituído por uma demanda muito mais significativa por parte das universidades federais do que pelos institutos, o que explica sua dedicação em contemplar os estudantes da graduação”. A pesquisadora visou ressaltar que a ampliação dos IFs estava em curso, demandando uma maior atenção dessa política estudantil.

A autora acrescenta que os IFs permaneceram à margem dessa iniciativa: havia um direcionamento para os estudantes de graduação, mas não restou evidente o atendimento para os estudantes dos cursos técnicos, que representam a maioria de seu público. Apesar disso, as instituições federais puderam elaborar sua política de assistência estudantil. No olhar de Ramalho (2013, p. 35-36), os “alunos com baixa condição socioeconômica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pode ser contemplada com recursos destinados à assistência estudantil”.

Na realidade, os IFs se diferenciam das universidades na construção de sua política para os estudantes. Nestas há muito debatem a fim de consolidar sua Política de Assistência Estudantil. Em contrapartida, os IFs iniciaram suas discussões a este respeito apenas a partir

de 2010, com a promulgação do Decreto do PNAES. Sobre o contexto do Instituto Federal do Ceará (IFCE), Araújo (2018, p. 89) ressalta que

a regulamentação interna referente à política de assistência estudantil preconizada pelo PNAES foi realizada a partir da aprovação da Resolução 008/2014 que dispunha sobre os programas, serviços, projetos e ações e assistência estudantil a serem ofertadas pela instituição. Posteriormente, a referida resolução foi desmembrada em duas, quais sejam a Resolução 024, de 22 de junho de 2015 (Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFCE) e a Resolução 052, de 24 de outubro de 2016 (Aprova o Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no IFCE).

Além dessas normativas apresentadas pela autora, atualmente há a resolução nº 14, de 18 de fevereiro de 2019, que aprova o Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no âmbito do IFCE. Entretanto, é possível observar que o IFCE priorizou os auxílios estudantis em pecúnia, de modo a não haver mais alterações na Política no âmbito das ações e Serviços. Neste contexto, a pesquisa desenvolvida por Araújo revela a importância dos auxílios estudantis no IFCE *Campus* Iguatu. Assim, observou-se a taxa de permanência dos beneficiários do Programa de Auxílios dos cursos analisados: Serviço Social (79,5%), Química (68,7%) e Irrigação e Drenagem (60,2%). Esses índices de permanência estudantil se mostram superiores à taxa de permanência dos não beneficiários - 35,4%, 25,4% e 14,2% para os mesmos cursos em questão.

A política de assistência estudantil do IFCE, expressa na resolução nº 008/2014, elaborou seus objetivos em consonância com o PNAES. O documento elucida a importância do enfrentamento à retenção, como busca a diminuição de suas taxas e a colaboração para que os discentes concluam sua formação acadêmica no tempo regular. A resolução postula em dois eixos as ações para os alunos regularmente matriculados nos cursos ofertados pela instituição, bem como oferece determinados serviços aos alunos, tais como: Psicologia, alimentação e nutrição, saúde, apoio pedagógico e Serviço Social. Os auxílios pecuniários atualmente encontram-se subdivididos em duas modalidades: universais (para toda comunidade) e aqueles para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

O regulamento em questão dispõe sobre a composição de uma equipe multiprofissional mínima a fim de atender aos discentes nos *Campi* do IFCE, são eles: psicólogo, assistente social, pedagogo, nutricionista e enfermeiro. Por fim, a resolução apresenta os programas de apoio estudantil a serem adotados nas áreas de Educação e Cidadania, Trabalho, Cultura, Arte, Desporto e Lazer, Alimentação e Nutrição, além dos Auxílios em Forma de Pecúnia.

A disponibilização desta assistência ao estudante parte do pressuposto de que os estudantes precisam de assistência no seu processo formação, pois surgem obstáculos que perpassam o caminho dos estudantes. Sabe-se que estas dificuldades podem acarretar, inclusive, a ocorrência de retenção: isto pode acontecer por múltiplos fatores, de acordo com a realidade em que o aluno está inserido. A assistência estudantil necessita atuar com “ações que complementem as atividades pedagógicas [...] como a oferta de ações voltadas para saúde, cultura, esporte e inclusão digital, que vão além do atendimento socioassistencial” (TAUFICK, 2014, p. 187).

Vale ressaltar que há inúmeros fatores causais da retenção escolar elencados nos estudos das instituições, documentos oficiais e análises de pesquisadores da temática. Dentre esses aspectos, o fator socioeconômico é dominante, uma vez que muitos estudantes precisam trabalhar para garantir do sustento da família. Essa realidade influi na continuidade dos estudos desses indivíduos e representa um obstáculo para o acesso e permanência dos estudantes nas instituições públicas. Nesse contexto, figuram percalços que ultrapassam a capacidade individual do estudante, normalmente materializadas em problemas de moradia, transporte, saúde e alimentação.

Não se pode ignorar que o acesso à educação no Brasil está atrelado a um contexto de desigualdades sociais. Neste cenário, muitos estudantes encontram-se em situação de vulnerabilidade econômica e social e sequer possuem acesso a uma gama mínima de direitos sociais fundamentais, a exemplo de alimentação e moradia adequada. É de essencial importância a articulação com as ações de assistência estudantil para permanência e êxito dos estudantes. Essas iniciativas devem garantir a melhoria do desempenho acadêmico e apoiar o desenvolvimento de outras ações similares, bem como fortalecer as ações de assistência estudantil existentes na instituição de ensino.

Pereira e Passos (2017) em sua pesquisa sobre a política de assistência estudantil realizada no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, *Campus Teresina Central* avaliou os dados de estudantes retidos dos cursos técnicos a fim de comparar essas informações com dados anteriores à implantação da política estudantil. Neste sentido, observou-se um decréscimo nas taxas de retenção após o desenvolvimento dessa política na instituição investigada.

No mesmo raciocínio, Góis (2020) investigou a análise da política estudantil no que concerne à concessão de bolsas e auxílios aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A avaliação se deu mediante a investigação do suporte do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE) aos estudantes matriculados nos Cursos Técnicos

Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal da Bahia – *Campus* Porto Seguro, no período de 2015 a 2018. Os resultados da pesquisa evidenciaram a importância das ações do Programa na promoção da permanência dos estudantes. Entretanto, a iniciativa enfrenta problemas estruturais e operacionais: seus recursos humanos e financeiros mostram-se insuficientes para o suprimento da demanda dos alunos que solicitam os auxílios e bolsas. Essa escassez de recursos financeiros tende à seletividade e à focalização na escolha dos alunos a serem contemplados.

As pesquisas realizadas no Instituto Federal da Bahia, Santos (2019, p. 80) analisou a política de assistência estudantil por meio de um estudo comparativo entre diversos *campi*. O estudo pontuou que “a política tem como finalidade prover os recursos necessários aos estudantes de baixa renda, tendo em vista o seu desenvolvimento, diminuindo o percentual de retenção e evasão”. No entanto, os resultados apontaram para a necessidade de fortalecer a assistência estudantil nas instituições pesquisadas, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento dos alunos e à ampliação de investimentos públicos a fim de possibilitar o apoio no percurso formativo dos estudantes.

Por último, destaca-se os estudos de Bezerra (2020) no lócus de pesquisa da presente dissertação, o IFCE *campus* Cedro. O estudo avaliou a implementação da Política de Assistência Estudantil no ano de 2019 por meio de indicadores de qualidade da política ofertada no *campus*. O referido autor partiu do pressuposto de que a política estudantil objetiva a redução das desigualdades sociais presentes na educação no Brasil. Por este motivo, a pesquisa indicou que os fenômenos de retenção e evasão podem estar associados às condições socioeconômicas dos alunos. Neste sentido, observa-se uma grande demanda em torno desta política, apesar de seus recursos parcos para um atendimento universal. A política estudantil implementada no *campus* não consegue atingir os objetivos de efetivação da política nas necessidades educacionais e/ou biopsicossociais dos estudantes.

Compreende-se que a assistência estudantil contribui para minimizar a ocorrência da retenção, o que permite ao estudante melhorar seu desempenho acadêmico e concluir seus estudos com êxito na formação. Corroborando com tal pensamento, Amaral e Nascimento (2010, p. 3) afirmam que a assistência estudantil em seus programas e projetos podem ser desenvolvidos “como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão.”

Neste sentido, A assistência estudantil representa uma política fundamental para o acesso, permanência e êxito dos discentes. Contudo, ainda é necessário um maior aporte de

recursos humanos e financeiros para a concretização da política de assistência estudantil. Desta maneira, a iniciativa poderia se fortalecer enquanto política pública para o direito à educação e seriam ampliados os seus mecanismos de ações por meio dos programas e projetos implementados. Ratifica-se o raciocínio de Santos (2019) ao afirmar a necessidade de ampliação, regulamentação e fortalecimento da Assistência Estudantil no âmbito dos Institutos Federais.

## 5 PERCURSO METODOLÓGICO

Descreve-se nesta seção o caminho percorrido para a realização da presente pesquisa. Elucida-se as fases metodológicas que compreenderam a explanação da caracterização da pesquisa, bem como o local de estudo, os indivíduos participantes, além dos procedimentos de coleta e análise dos dados. Desta maneira, apresenta-se a metodologia como a direção do pensamento e a prática exercida para abordar a realidade investigada. Nas palavras de Minayo (2009, p. 14), a metodologia traz “simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).”

### 5.1 Caracterização da pesquisa

A presente dissertação se caracteriza como um estudo de caso, uma vez que objetiva analisar a problemática da retenção, bem como suas causas e relações no contexto dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFCE *Campus* Cedro. Dessa forma, compreende-se que

[...] os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados. (GIL, 2008, p. 55).

Para a apreensão do objeto de estudo, a presente pesquisa utilizou-se de abordagem qualitativa, a qual permite uma aproximação maior com a realidade dos sujeitos, de modo a inferir dimensões subjetivas que se configuram como significativas na compreensão do tema estudado. De acordo com Minayo (2009, p. 21), a pesquisa qualitativa “responde a questões particulares [...] ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, e das atitudes.”

Em razão dos objetivos propostos, os tipos de pesquisa abordados neste trabalho foram as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa bibliográfica foi adotado os referenciais teóricos de autores que tratam da temática abordada em artigos, livros, dissertações e teses. Gil (2008) aponta que a pesquisa bibliográfica proporciona ao pesquisador a possibilidade de aquisição do conhecimento com uma infinidade de fenômenos em uma amplitude maior do que poderia na investigação de forma direta.

A pesquisa documental ocorreu durante toda a pesquisa: neste contexto, foram analisados documentos oficiais públicos de abrangência nacional, regional e local. Assim, todos os documentos analisados estão interligados à temática de retenção escolar (leis, decretos, resoluções, entre outros). Neste material constam instrumentos como o Plano de Permanência e Êxito do IFCE, planos de curso e o banco de dados presente no Sistema de Registro Acadêmico (Q-acadêmico) na Instituição pesquisada. Foi possível analisar relatórios gerais e de dados de diversos segmentos a fim de fundamentar a análise da temática estudada. É importante salientar que a pesquisa bibliográfica e documental permitiu o entendimento das relações gerais, descrições e conceitos acerca do tema investigado.

Após iniciou-se a pesquisa de campo, a qual possibilitou a obtenção de dados para analisar a retenção nos cursos Técnico em Eletrotécnica e Licenciatura em Matemática do IFCE *Campus* Cedro em consonância com os objetivos propostos neste estudo. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 83), essa modalidade de pesquisa é “utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta”. Portanto, a pesquisa de campo permite a aproximação do pesquisador com os fenômenos da realidade. Neste contexto, ao pesquisador é permitido observar, analisar e interpretar os dados coletados tendo por base a fundamentação teórica para a construção do conhecimento.

Finalmente, no que diz respeito à coleta de dados, esta foi realizada por meio da aplicação de um questionário eletrônico enviado por *e-mail* aos participantes da pesquisa. O formulário possuía o intuito de obter respostas capazes de subsidiar o conhecimento da população pesquisada para a compreensão do fenômeno da retenção.

## **5.2 Local da pesquisa**

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE *Campus* Cedro, que iniciou suas atividades em 11 de setembro de 1995. Inicialmente, a instituição ofertava curso Pró-Técnico e formação preparatória para ingresso nos cursos de Mecânica e Eletrotécnica, além de fazer parte do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC). O *campus* se configurava como uma Unidade de Ensino Descentralizada de Cedro (UNED – Cedro) e permanecia integrada à, então, Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE). No ano de 1999, a unidade foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE). Por fim, a instituição foi

oficialmente designada como Instituto Federal em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, de criação da Rede Federal (IFCE, 2020).

Atualmente, o IFCE *Campus* Cedro oferta para a população local e oriunda de municípios circunvizinhos (Iguatu, Icó, Várzea Alegre e Lavras da Mangabeira) os cursos técnicos em Eletrotécnica e Mecânica Industrial, técnicos integrados em Eletrotécnica, Informática e Mecânica Industrial. A instituição conta ainda com os cursos superiores de Tecnologia em Mecatrônica Industrial, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Física e Sistemas da Informação. Ao todo, a unidade possui uma média de 1.231<sup>7</sup> alunos matriculados e, ao desenvolver de forma articulada as atividades de ensino, pesquisa e extensão, representa uma instituição de grande relevância para o desenvolvimento econômico, social e cultural do município e da microrregião.

### 5.3 Instrumentos de coleta de dados

No processo de coleta de dados utilizou-se a observação direta da realidade investigada para delimitação do objeto de estudo, formulação das perguntas do estudo e objetivos propostos da pesquisa. Conforme Marconi e Lakatos (2003), esta metodologia auxilia na formulação do problema, das hipóteses da coleta e análise dos dados.

A análise documental ocorreu durante todo o processo de pesquisa em que foram analisados leis, decretos, resoluções que se relacionam com o objeto de estudo. Também, analisou-se o Plano de Permanência e Êxito do IFCE, Projeto Pedagógico dos cursos em análise e os históricos escolares presentes no Sistema de Registro Acadêmico (Q-acadêmico) da instituição.

Também, priorizou-se como técnica de investigação o questionário com a finalidade de obtenção de informações sobre conhecimentos, crenças, valores, expectativas e aspirações dos sujeitos da pesquisa em relação ao objeto de estudo (GIL, 2008).

Dessa forma, foram aplicados três questionários, sendo um para cada grupo de sujeitos da pesquisa. Todos os formulários foram elaborados por meio do serviço gratuito de formulários *online* (*Google Forms*) e compostos por questões abertas e de múltipla escolha. Os participantes receberam o material via endereço eletrônico (*e-mail*) e enviaram suas respostas pelo mesmo canal de comunicação.

O primeiro questionário (Apêndice A) foi destinado aos estudantes retidos, com o intuito de conhecer a situação de retenção. Esse formulário compõe-se de duas partes: a

---

<sup>7</sup> Número de estudantes coletado no Q - Acadêmico do IFCE *campus* Cedro no período dezembro de 2020.

primeira investigou o perfil socioeconômico dos estudantes e abordou questões como sexo, idade, etnia e renda mensal familiar dos participantes. A segunda parte do material tratava das principais causas da retenção, como o motivo para não conclusão dos cursos e as dificuldades para a conclusão, além de aspectos relacionados à Assistência Estudantil no *Campus*.

O segundo questionário (Apêndice B) foi direcionado aos servidores que coordenam as ações referentes ao Plano de Permanência e Êxito do IFCE (2017) no *Campus* Cedro. Esse formulário, também composto por duas partes, buscou investigar a articulação entre as ações desenvolvidas com os estudantes retidos. A primeira etapa desse questionário relacionava-se ao perfil dos questionados (cargo/função ocupada, sexo, idade e raça); a segunda parte continha questões relacionadas ao conhecimento sobre as ações de intervenção no Plano.

O formulário em questão também sondava a frequência de realização de planejamento de estratégias no combate à retenção discente e suscitava questionamentos a respeito do cadastro das atividades e os tipos de ações realizadas naquele contexto. Finalmente, o relatório questionou sobre as dificuldades para a realização das ações e aspectos relacionados às principais causas da retenção e sobre permanência e êxito estudantil.

Por fim, foram aplicados questionários aos profissionais da assistência estudantil (Apêndice C). Esse material visava avaliar a contribuição das ações para atendimento dos estudantes em situação de retenção escolar. Neste sentido, foram abordadas questões sobre o perfil dos profissionais (cargo/função ocupada, sexo, idade e raça), bem como a respeito do conhecimento destes indivíduos sobre as ações de intervenção presentes no Plano de Permanência e Êxito do IFCE.

Tais questionamentos referiam-se ao exercício profissional, ao planejamento de estratégias no setor de assistência estudantil e aos tipos de ações realizadas por esses sujeitos em sua atuação profissional. O último formulário ainda abordou questões como as dificuldades para realização das ações de intervenção na retenção dos estudantes e a avaliação dos serviços e benefícios da assistência estudantil no que concerne a aspectos relacionados à permanência e êxito, bem como as possíveis causas da retenção de discentes dos cursos ofertados no *Campus*.

#### **5.4 Sujeitos da pesquisa**

Os participantes da pesquisa foram selecionados entre os estudantes em situação de retenção matriculados nos cursos de Técnico em Eletrotécnica e Licenciatura em Matemática. Esse grupo de alunos ultrapassou o limite do tempo de conclusão previsto pelo IFCE *Campus*

Cedro. Salienta-se que a escolha dos cursos se deu por dois fatores: em primeiro lugar, havia o intuito de verificar a problemática nas duas modalidades de ensino (técnico e superior). Além disso, a escolha se deu por conta dos índices elevados de retenção no semestre letivo 2019.1<sup>8</sup>.

É importante ressaltar que esta pesquisa não possui na condição de objeto de estudo os cursos de graduação de criação recente (Licenciatura em Física e Sistemas de Informação). Tal exclusão se deu porque tais cursos não seriam capazes de contemplar a amplitude dos dados na questão temporal. Ademais, muitos alunos das turmas de técnicos integrados são menores de 18 anos, aspecto que poderia dificultar o processo de coleta de dados proposto nessa pesquisa.

Além do conceito de “aluno retido” adotado nesta pesquisa, utilizam-se também as seguintes definições da base conceitual do Plano de Permanência e Êxito do IFCE (2017): a) **Matriculado**: estudante que frequenta regularmente seu curso no período letivo; b) **Ingressante**: estudante que ingressou em um dado semestre considerado; c) **Concludente**: estudantes que já cumpriram toda a carga-horária de disciplinas necessárias à conclusão do curso, mas ainda estão na dependência de alguma etapa final; d) **Formado**: para os que concluíram a graduação; e) **Concluído**: para os que concluíram os cursos técnicos; f) **Evasão**: se refere a toda e qualquer saída do estudante de seu curso sem êxito (abandono do curso antes de sua conclusão); g) **Abandono**: situação onde o estudante deixou de frequentar o curso naquele período letivo.

Em relação à seleção dos estudantes, o estudo foi realizado mediante os dados obtidos junto ao Sistema de Registro Acadêmico (Q-acadêmico), no período de outubro a novembro de 2020. Nesse processo, foram adotados três procedimentos: inicialmente, foram produzidos os relatórios dos estudantes regularmente matriculados no semestre letivo 2020.1. Após essa etapa, identificaram-se os alunos ingressantes em determinado semestre até o prazo previsto de conclusão, conforme as matrizes curriculares de cada curso.

E o terceiro procedimento desta etapa consistiu na verificação do semestre de ingresso em que o aluno seria considerado retido. Considerando-se que estes estudantes se mantinham matriculados além do tempo de integralização do curso, estabeleceu-se como limite de conclusão o semestre 2020.1 para todos os cursos analisados, conforme apresentado no Quadro 2.

---

<sup>8</sup> Dado coletado no IFCE números com referência ao semestre letivo 2019.1.

Quadro 2 — Cursos e semestres limites considerados para a amostra

| Curso                             | Duração do curso | Quantidade de Semestres | Semestre máximo de ingresso | Conclusão do curso Prevista | Semestre base para retenção |
|-----------------------------------|------------------|-------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <b>Técnico em Eletrotécnica</b>   | 2 anos           | 4                       | 2018.2                      | 2020.1                      | 2017.2                      |
| <b>Licenciatura em Matemática</b> | 4 anos           | 8                       | 2016.2                      | 2020.1                      | 2016.1                      |

Fonte: Q - Acadêmico, 2020.

Conforme exposto no quadro acima, considera-se o semestre letivo 2018.2 do curso técnico e o 2016.2 para o curso superior, com o período de previsão de conclusão regular em 2020.1. Os estudantes com matrículas ingressantes até as turmas de 2017.2 (Técnico em Eletrotécnica) e 2016.1 (Licenciatura em Matemática) excluídos da condição de formados/concluídos foram considerados em situação de retenção escolar. Portanto, esta pesquisa considerou como amostra um quantitativo de 17 (dezessete) discentes<sup>9</sup> retidos do Técnico em Eletrotécnica e 43 (quarenta e três) do curso de Licenciatura em Matemática, totalizando 60 (sessenta) estudantes. Esse quantitativo de discentes retidos integrantes da referida amostra foi selecionado entre o total de alunos matriculados em cada curso, sendo 99 (noventa e nove) estudantes no curso técnico e 183 (cento e oitenta e três) no curso superior.

Além disso, foram selecionados enquanto sujeitos da pesquisa, 10 (dez) servidores compreendendo gestores e coordenadores responsáveis por coordenar as ações e aptos a preencher a ferramenta de acompanhamento do Plano de Permanência e Êxito do IFCE<sup>10</sup> no *Campus* Cedro. Ainda participaram da pesquisa, os profissionais que atuam na Assistência Estudantil do *Campus* e compõem a equipe multiprofissional. Portanto, o universo amostral desta dissertação abrangeu a todos os profissionais que prestam assistência aos discentes no

<sup>9</sup> Inicialmente foram selecionamos 23 discentes retidos do curso técnico em análise, porém, havia seis estudantes com status de matriculado que não possuíam nenhuma informação de contato (e-mail/telefone) e nem o histórico acadêmico do percurso formativo desses estudantes, sendo, portanto, excluídos da amostra da pesquisa. Segundo informações da Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA), sob o processo nº 23262.001284/2020-28 no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), esses seis alunos foram inseridos no sistema Q-Acadêmico de forma tardia e inadequada, ficando com problemas de fechamento que a Coordenadoria não consegue resolver. Trata-se de alunos de um período anterior à implantação do sistema, sendo alunos muito antigos (evadidos) que representam um erro técnico de lançamento no sistema Q-Acadêmico. E seus períodos foram criados fora do ciclo e os lançamentos de notas feitos de uma maneira que impossibilitou o processamento online via Q-acadêmico.

<sup>10</sup> O acompanhamento do Plano de Permanência e Êxito (PPE) do IFCE é realizado pela Pró Reitoria de Ensino através dos dados disponibilizados pelos *campi*. Assim, para possibilitar o acompanhamento da execução do Plano, a Pró-reitoria de Ensino disponibilizou o projeto "Acompanhamento PPE" em sua ferramenta de gestão de projetos, no qual os usuários para utilizá-la, precisam se logar como usuário para cadastrar as atividades realizadas (BRASIL, 2020).

âmbito de atuação na Política estudantil da unidade educacional sob análise. Importante frisar que, por compor a equipe mencionada, esta pesquisadora participou apenas da elaboração ativa dos questionários. Portanto, a autora desta dissertação representa a única integrante do grupo que não foi convidada a participar do formulário em questão.

#### **5.4.1 Critérios de inclusão**

A amostra dos participantes da pesquisa, conforme exposto anteriormente, segue a especificidade dos objetivos da presente pesquisa. Escolheu-se os cursos em dois níveis de ensino: técnico e superior. Tal seleção se deu em virtude dos índices elevados de retenção nesse universo amostral. Outro motivo para esta escolha é o fato de que estes cursos de técnico e de licenciatura são os mais antigos na instituição. Este fator possibilitou a obtenção dos dados de retenção e conclusão nos cursos com melhor exatidão temporal. Os seguintes critérios de inclusão foram adotados nesta pesquisa:

- Maior de idade;
- Interesse e participação voluntária;
- Estudante com matrícula regular e situação de retenção escolar no curso Técnico em Eletrotécnica ou Licenciatura em Matemática;
- Profissionais da equipe multiprofissional que atuam na Assistência Estudantil no *Campus Cedro*;
- Servidores (gestores e coordenadores na instituição) responsáveis pelo gerenciamento da execução do Plano de Permanência e Êxito do IFCE no *Campus Cedro* e cadastro das ações em ferramenta específica do plano.

#### **5.4.2 Critérios de exclusão**

Foram excluídos do universo amostral desta pesquisa os sujeitos que, de alguma forma, se enquadrassem em qualquer dos critérios a seguir:

- Menor de idade;
- Não ter interesse e não se voluntariar para participar da pesquisa;
- Estudantes regularmente matriculados nos cursos escolhidos, mas excluídos da situação de retenção escolar;
- Estudantes matriculados em cursos distintos do objeto de análise;

- Servidores na instituição que não são responsáveis pelo gerenciamento e cadastro das ações referentes ao Plano de Permanência e Êxito do IFCE.

### 5.5 Procedimentos para coleta de dados

A coleta de dados ocorreu após o recebimento das devidas autorizações junto à gestão do IFCE *campus* Cedro e da aprovação do estudo por parte do Comitê de Ética e Pesquisa do IFCE (Anexo A), uma vez que há o envolvimento de seres humanos nesta abordagem. Os questionários foram encaminhados individualmente para os *e-mails* dos participantes da pesquisa. Por sua vez, anexo ao questionário, constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O termo buscava esclarecer os objetivos da pesquisa aos participantes, de modo a oferecer-lhes a garantia de liberdade e autonomia pessoal na adesão desse ato voluntário, conforme pode ser observado no Apêndice D.

Durante o período de aplicação dos questionários, foram realizados contatos telefônicos com os estudantes retidos participantes da pesquisa. Tal ação teve como intuito confirmar se estes indivíduos haviam recebido o instrumento de coleta. Caso esta comunicação não houvesse ocorrido, os formulários seriam reenviados para os endereços de *e-mail* informados pelos participantes. Na realidade, este contato ainda visava esclarecer a importância da pesquisa para estes estudantes no intuito de se alcançar um quantitativo satisfatório de adeptos para compor o corpo amostral da análise. Apesar desta iniciativa, foram vivenciadas algumas dificuldades nestas comunicações, pois a maioria dos dados referentes a telefone e *e-mail* dos alunos encontravam-se desatualizados ou mesmo ausentes no sistema Q-Acadêmico da instituição.

Diante desses entraves, estabeleceu-se contato com as coordenações dos cursos em análise, a fim de se obter os contatos telefônicos atualizados dos discentes. De fato, por causa da execução das atividades do ensino remoto em razão da pandemia da COVID-19, houve a necessidade da criação de grupos de *WhatsApp* a fim de facilitar o acompanhamento dos discentes nas atividades remotas. No entanto, não obtivemos êxito na obtenção dos contatos dos alunos de um dos cursos, por não haver tais grupos virtuais e/ou articulação da coordenação com a maioria dos estudantes.

Em relação à devolutiva dos questionários eletrônicos por parte dos sujeitos pesquisados, obteve-se uma taxa de devolução total de 80% (08 respondentes) para os gestores e coordenadores, 90% (09 respondentes) dos profissionais da Assistência Estudantil,

86,04% (37 respondentes) dos estudantes retidos do curso de Licenciatura em Matemática e 41,17% (07 respondentes) do curso técnico em Eletrotécnica.

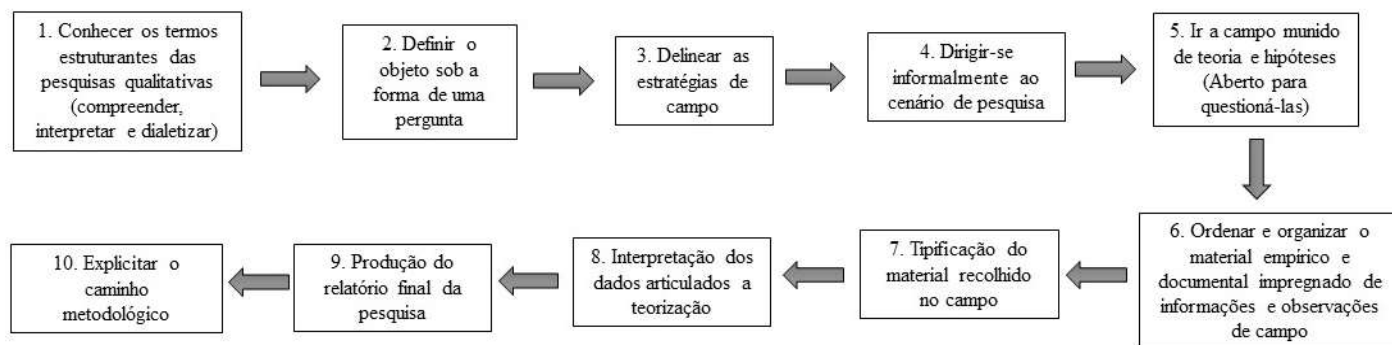
A peculiaridade deste último percentual do curso técnico, pois de modo geral, não houve a possibilidade de confirmação junto a estes estudantes sobre o recebimento da pesquisa. Isto se deu devido aos fatos expostos de desatualização dos contatos no sistema acadêmico da instituição. Além disso, não se obteve todos os dados da coordenação do referido curso. Minayo (2017, p. 8) afirma que “o número de pessoas é menos importante do que o empenho de enxergar todas as possibilidades de se aproximar do objeto empiricamente, prestando-se atenção a todas as suas dimensões e interconexões.”

Nesta etapa, os dados coletados foram armazenados no arquivo pessoal da pesquisadora (arquivos de computador e no armazenamento de arquivos *online*) para posterior análise, de modo a respeitar as condições éticas e técnicas exigidas em tal tarefa. Dentre os diversos aspectos legais que permeiam esta pesquisa, esclarece-se que os nomes dos participantes não foram identificados, sendo substituídos por codinomes, letras e/ou números. Elucida-se, por fim, que os dados obtidos na pesquisa serão mantidos no arquivo pessoal da autora durante 5 (cinco) anos.

## **5.6 Análise dos dados**

O processo de avaliação dos dados coletados nesta dissertação utilizou a análise qualitativa proposta por Minayo (2012). De acordo com esta abordagem, é possível desvendar determinados códigos sociais por meio da análise de informações, a exemplo de falas e símbolos expressos na realidade social investigada. A análise vincula pensamento e ação, de maneira a produzir conhecimento e gerar novas indagações a respeito do tema pesquisado. Assim, o procedimento de compreensão da análise qualitativa dos dados colhidos na presente pesquisa seguiu um esquema de 10 (dez) passos, conforme exposto na Figura 1.

**Figura 1 — Análise qualitativa**



Fonte: Elaborada pela autora com base em Minayo (2012).

De acordo com Minayo (2012), o **primeiro passo** da abordagem consiste no conhecimento dos termos estruturantes das pesquisas qualitativas. Tal análise tem por base verbos no tempo infinitivo, a exemplo das expressões “compreender, interpretar e dialetizar”. O pesquisador deve partir da ideia de que as experiências e vivências de um indivíduo representam, na realidade, expressões do coletivo e contêm elementos contextualizados e envoltos de cultura do grupo em que este sujeito encontra-se inserido.

No **segundo passo** desse processo, o cientista deve buscar a definição e a delimitação do objeto de estudo a ser desenvolvido teórico e metodologicamente. Nesta etapa, surgem hipóteses, pressupostos, conceitos e categorias de pesquisa. No **terceiro passo** delimitam-se as estratégias que serão utilizadas na pesquisa. Para isto, o autor descreve os instrumentos de operacionalização selecionados em seu trabalho.

O **quarto passo**, refere-se à aproximação do autor da pesquisa com o campo selecionado para a coleta e a análise dos dados. Esta fase da pesquisa demanda que o pesquisador lance um olhar analítico para a ocorrência dos processos. Sobre o **quinto passo** deste processo, Minayo (2012) salienta que este representa, enfim, o momento de imersão no campo de pesquisa. Esta etapa pressupõe a interlocução com os atores e a busca de informações previamente determinadas. O pesquisador deve estar aberto às novidades que possam ocorrer no campo amostral. De fato, esta fase da pesquisa demanda do autor a realização de novas observações, indagações e interpretações. Em seguida, no **sexto passo**, a autora orienta que se deve iniciar um processo de ordenação e organização do material empírico e documental. Esta etapa consiste em um trabalho organizativo dos referenciais teóricos, das observações do campo, dos documentos analisados, além dos conteúdos expressados pelos pesquisados.

Nesta sequência, o **sétimo passo**, representa o momento de classificação dos dados. Segundo Minayo (2012), é necessário que o pesquisador esquadrinhe as homogeneidades e

diferenciações entre os dados obtidos. Nesta etapa, se estabelecem conexões e comparações, elementos que subsidiam a compreensão das categorias de relevância apresentadas no material de campo. O **oitavo passo** desta abordagem compreende a interpretação dos dados articulados à teoria que fundamentou o projeto. Neste sentido, podem ser acolhidos novos referenciais teóricos na demanda da análise crítica do objeto estudado. Este movimento significa um novo processo de teorização apto a enriquecer a análise com outros elementos históricos e conceituais.

A produção do relato final da pesquisa caracteriza o **nono passo** deste método de análise científica. Nesta etapa há a construção do texto, que deve manter fidelidade às informações coletadas em campo, de forma a torná-las contextuais e acessíveis para o seu público-alvo. Isto significa que a “análise qualitativa deve apresentar um texto capaz de transmitir informações concisas, coerentes e, o mais possível fidedignas” (MINAYO, 2012, p. 625). Finalmente, no **décimo passo** desta trilha, deve ocorrer a explicitação do percurso metodológico utilizado. Para isto, o cientista elucida a teoria, o método, as técnicas e os instrumentos adotados na pesquisa. Tais aspectos devem ser facilmente descritos e avaliáveis por qualquer pesquisador da área de estudo em questão, de modo a garantir os critérios de autenticidade e validade dos dados expostos.

Seguindo os princípios da abordagem qualitativa de Minayo (2012), conforme exposto, tem-se que os dados coletados na presente pesquisa foram ordenados e classificados mediante a utilização de gráficos, quadros e tabelas. Esta abordagem destaca as categorias com maior incidência (semelhanças, diferenças, conexões) no material empírico e documental alinhadas aos objetivos propostos nesta pesquisa. Conforme Marconi e Lakatos (2003), essas etapas permitem a verificação dos aspectos mais importantes do estudo realizado. Desse modo, torna-se possível categorizar os dados interligados: estas informações podem ser transformadas em símbolos, os quais podem ser tabelados e contabilizados. Tais ações mostram-se capazes de sintetizar e representar graficamente o conhecimento coletado e obtido por meio de diferentes categorias de pesquisa.

Em seguida, realizamos a análise, ou seja, a compreensão e interpretação dos dados articulados ao marco teórico adotado no estudo, junto com as informações adquiridas na etapa da análise documental, o qual serviram como base para a elaboração de uma síntese com a apropriação das reflexões e interpretações acerca do objeto investigado. Finalmente, a avaliação dos dados possibilitou a elaboração de um produto educacional no formato de uma proposta de intervenção para ações voltadas à prevenção da retenção e acompanhamento dos estudantes retidos.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção expõe-se a análise dos dados coletados pela pesquisa em relação ao objeto de estudo. Inicialmente, apresentam-se os resultados obtidos em relação à realidade da retenção de dois cursos do IFCE *campus* Cedro: o curso Técnico em Eletrotécnica e Licenciatura em Matemática. Nesta etapa, evidenciam-se os dados concernentes ao perfil do discente retido dos cursos supracitados, descrito a partir de tabelas e de interlocuções com a realidade investigada. Na sequência, descreve-se a classificação dos resultados da análise global acerca dos principais fatores associados à retenção escolar na percepção dos alunos do *campus* Cedro. Também aborda-se a percepção sobre a contribuição da assistência estudantil para a superação da retenção escolar sob a ótica dos estudantes retidos participantes da pesquisa.

Na sequência, figuram as ações para a redução da retenção desenvolvidas na instituição sob a ótica dos gestores, coordenadores e profissionais da assistência estudantil. Tal análise discursiva e comparativa teve como fundamento o Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFCE (2017), bem como estudos selecionados desenvolvidos por pesquisadores brasileiros sobre a temática.

### 6.1 A retenção escolar nos cursos do IFCE *campus* Cedro: conexões e comparações

As informações apresentadas a seguir referem-se à realidade da retenção escolar em dois cursos do IFCE *campus* Cedro: o curso Técnico em Eletrotécnica e a Licenciatura em Matemática. Esses dados advêm do sistema de registro acadêmico da instituição e dos questionários aplicados aos sujeitos selecionados para a pesquisa. O levantamento teve por objetivo conhecer, interpretar e estabelecer algumas conexões e comparações a partir da análise de dados e informações constantes em documentos internos disponíveis na instituição. A partir da análise destes materiais, tornou-se possível a avaliação dos cursos pesquisados, bem como das características e respostas fornecidas pelos estudantes retidos sob análise.

Para uma melhor compreensão do contexto do curso Técnico em Eletrotécnica ancoramo-nos nas informações presentes no atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do ano de 2018. Segundo o PPC (2018), verificou-se que o curso possui a denominação Curso Técnico em Eletrotécnica com Ênfase em Sistemas Elétricos Industriais. O curso em questão teve sua abertura autorizada pela Resolução N° 004, de 26 de março de 2007. As aulas foram

ofertadas na modalidade presencial, sob a forma concomitante/subsequente<sup>11</sup>. Ressalte-se que a duração do referido curso é de 2 (dois) anos e o regime de matrículas de alunos tem frequência semestral.

A resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O documento afirma que tal oferta de cursos deve ser desenvolvida de forma articulada e subsequente ao Ensino Médio. Conforme o diploma legal, esta educação caracteriza-se como

I - a articulada, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas:

- a) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclue a última etapa da Educação Básica;
- b) concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino;
- c) concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado;

II - a subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio (BRASIL, 2012, p. 3).

Segundo o PPC (2018), o referido curso possui turno de funcionamento vespertino e noturno, com forma de ingresso a partir de processo seletivo, que consiste na análise do histórico escolar do estudante. Este curso dispõe de carga horária de 1.380 horas/aula destinadas à formação profissional específica em eletrotécnica. Por conter disciplinas específicas, são acrescentadas 400 horas/aula do estágio obrigatório que deve ser cumprido pelo estudante matriculado. Neste sentido, o aluno pode atingir uma carga horária total de 1.780 horas/aula - entretanto, o diploma de Técnico em Eletrotécnica somente pode ser concedido aos discentes que concluírem todos os componentes curriculares estabelecidos na matriz curricular do curso.

Conforme o PPC (2018), o curso tem como objetivo geral a formação de profissionais com ampla compreensão da atividade produtiva em seu conjunto e entorno. Aos estudantes é oportunizado o desempenho de atividades técnicas de eletrotécnica, de modo a atender à demanda do mercado e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região. Após

---

<sup>11</sup> Segundo informações coletadas junto a Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA) este se apresenta na forma concomitante (destinados para aqueles que cursam ensino médio em outra instituição) nos processos seletivos e no momento da matrícula dos alunos selecionados são aceitos também a forma subsequente, assim, temos as duas formas de oferta na mesma turma ingressante no semestre.

a conclusão do Curso Técnico em Eletrotécnica com Ênfase em Sistemas, o estudante deve possuir sólida competência técnica, ética e política, além de elevado grau de responsabilidade social. Ainda se espera que este discente demonstre domínio do saber, do saber fazer e do gerenciamento dos processos produtivos. Portanto, esse indivíduo deve utilizar técnicas, métodos e procedimentos a fim de garantir a qualidade e a produtividade dos processos industriais, da área de eletrotécnica, sem perder de vista a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Demonstra-se o contexto do curso superior de Licenciatura em Matemática (autorizado pela Portaria CEFETCE nº 299/GDG, de 1º de outubro de 2003) mediante as informações do PPC vigente do ano de 2012. Segundo o projeto, o curso se enquadra na área de conhecimento de Ensino de Ciências e Matemática, com nível de graduação em modalidade presencial, ofertados no turno matutino/noturno e duração de 4 (quatro) anos distribuídos em 8 (oito) semestres, incluindo a carga horária total de 3.500 horas/aula, considerando as disciplinas optativas e o estágio.

O projeto pedagógico expõe que os ingressantes do curso podem ser admitidos a partir de processo seletivo público/vestibular<sup>12</sup>, normatizado por edital, que determina especificações como número de vagas, os critérios de seleção para cada curso e o respectivo nível de ensino. Ademais, o referido documento deve especificar pormenores deste processo seletivo público pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU) para graduados ou transferidos, tais como número de vagas, critério de seleção para cada curso e nível de ensino.

O PPC (2012) traz como objetivo geral do referido curso proporcionar ao licenciando uma formação ampla, diversificada e sólida. Isto se dá mediante a aquisição de competências relacionadas ao desempenho docente para o exercício crítico e competente da prática pedagógica, pautado nos valores e princípios estéticos, políticos e éticos. Neste contexto, o perfil idealizado para o egresso do Curso não se limita apenas ao domínio do conteúdo da Matemática, mas também abrange a compreensão das ideias básicas que o fundamenta. Este processo se desenvolve por meio do uso da articulação entre ensino e pesquisa na produção e difusão do conhecimento em ensino de Matemática e na sua prática pedagógica.

Levando-se em consideração tudo o que foi exposto, ressalta-se que os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Essa realidade requer práticas pedagógicas alinhadas a cada modalidade, além de ensejar desafios para

---

<sup>12</sup> O PPC do curso vigente é do ano 2012 e necessita de um trabalho de revisão/atualização, visto que no contexto atual não há a forma de ingresso de estudantes por meio de vestibular.

estruturar os conhecimentos socioculturais pertinentes a seu âmbito de atuação regional e local. Para Ferreti (2014, p. 70), essa rede “implica a promoção de processos de verticalização que integrem a educação básica à profissional e ambas associadas aos cursos superiores de graduação e pós-graduação.”

Apresenta-se a seguir dados do sistema acadêmico do *campus* dos cursos em questão, coletados no período de outubro e novembro de 2020. Estas informações referem-se ao número de ingressantes e matriculados no semestre letivo 2020.1, bem como aos estudantes retidos, evadidos, concludentes, concluintes ou formados.

**Quadro 3 — Contexto dos cursos técnico e superior do IFCE-Cedro**

| Curso           | Ingressantes | Matriculados | Retidos | Concludentes | Evadidos | Formados |
|-----------------|--------------|--------------|---------|--------------|----------|----------|
| <b>Técnico</b>  | 35           | 99           | 17      | 52           | 391      | 251      |
| <b>Superior</b> | 36           | 183          | 43      | 09           | 297      | 123      |
| <b>Total</b>    | 71           | 282          | 60      | 61           | 688      | 374      |

Fonte: Q- Acadêmico, 2020.

Na análise dos dados constantes no Quadro 3, é possível verificar que o número de estudantes retidos gera uma taxa de retenção<sup>13</sup> de 17,17% para o Técnico em Eletrotécnica e de 23,49% no curso superior de Licenciatura em Matemática. O estudo pioneiro da comissão de estudos das universidades brasileiras realizado em 1996 afirma que se uma instituição apresenta taxas de retenção superiores a 10% merece análise cuidadosa por parte das instituições, uma vez que esses números podem somar-se aos da evasão.

Observa-se que o curso técnico possui um número expressivo de estudantes concludentes que não concluíram o estágio supervisionado<sup>14</sup>. Entretanto, na avaliação das matrículas desses estudantes, percebe-se a maior parte desses ingressos se deu há muito tempo e, portanto, deveriam ser consideradas como situação de abandono no sistema acadêmico, fator que elevaria os números da evasão.

Outro aspecto a ser considerado é que os estudantes em situação de retenção nos cursos em destaque permanecem na instituição. Essa situação facilita o trabalho de intervenção junto a esse grupo de discentes, visto que alguns evadidos e até mesmo os

<sup>13</sup> Taxa de retenção % = número de estudantes retidos no curso/número total de estudantes matriculados no semestre específico de um dado curso x 100, com base no manual para cálculo dos Indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (BRASIL, 2016).

<sup>14</sup> Segundo o PPC (2018) do curso técnico em Eletrotécnica, o estágio supervisionado é concebido como uma prática educativa e como atividade curricular intencionalmente planejada, integrando o currículo do curso e com carga horária mínima de 400h. No curso Técnico em Eletrotécnica do *Campus Cedro*, o estágio supervisionado é obrigatório e poderá ser realizado a partir do segundo semestre.

concludentes<sup>15</sup> do curso técnico podem não estar mais na instituição. Moraes (2015) salienta a relevância dos estudos sobre a retenção e a evasão nas instituições de ensino com o objetivo de obter dados para subsidiar ações pedagógicas. O autor defende que tais estudos podem, inclusive, intervir nos fatores institucionais associados à retenção dos estudantes.

A análise documental dos históricos escolares dos discentes retidos dos cursos pesquisados, realizada no mês de novembro de 2020 no Q-acadêmico, revelou que as reprovações em ambos os cursos analisados, bem como as situações de pendência na disciplina monografia (Trabalho de conclusão do Curso) no curso superior e a não realização do estágio supervisionado durante o período previsto de conclusão do curso técnico contribuem para a permanência prolongada dos estudantes na instituição.

No que diz respeito ao percentual de reprovações, a referida análise dos históricos acadêmicos demonstrou que 53% dos estudantes retidos no curso Técnico em Eletrotécnica e 46,51% no curso de Licenciatura em Matemática possuem média entre 6 (seis) e 15 (quinze) reprovações no histórico escolar. Esses dados apontam que a reprovação está associada à retenção, situação que possui impacto na taxa de concluídos dos cursos. De fato, o estudante precisa conciliar as disciplinas a serem repetidas com as outras que se seguem na matriz curricular. Nesse contexto, o aluno pode enfrentar dificuldades de conciliar questões como os horários das aulas e os pré-requisitos que o impedem cursar novas disciplinas. A carga horária a ser cumprida para a conclusão do curso pode ultrapassar o tempo previsto no projeto pedagógico.

Em relação aos dados referentes à disciplina monografia do curso de Licenciatura em Matemática, 51,16% dos estudantes retidos possuem situação de pendência na disciplina - e no âmbito desse percentual, há estudantes que cursam a disciplina por mais de duas vezes. Essa situação se enquadra no contexto de reprovação, pois ao final do semestre, o estudante não cumpre o requisito final para conclusão da disciplina (apresentação Trabalho de Conclusão de Curso) e precisa novamente se matricular na disciplina de Monografia no semestre seguinte, uma vez que o encerramento desta é obrigatório para a integralização do currículo do curso e conclusão do mesmo.

A pendência na conclusão do curso Técnico em Eletrotécnica se materializa de forma diferente no estágio supervisionado, uma vez que nenhum dos estudantes em retenção

---

<sup>15</sup> Conforme informações obtidas junto a Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA), há concludentes que já possuem 4 ou mais semestres nessa condição, configurando-se como situação de abandono, porém há a orientação da Pró reitoria de Ensino (PROEN) é que esses alunos sejam contatados para ver se não há interesse em concluir o curso, porém, faltam informações de contato no sistema Q-Acadêmico da instituição e ainda não houve solução para essa problemática.

cumpriu o estágio obrigatório. Em contraste com essa realidade, o PPC (2018) do curso preconiza a imprescindibilidade desse estágio, que pode ser realizado a partir do segundo semestre. Esses estudantes cumpriram mais de 70% da carga horária de créditos exigidos e, nesse contexto, o estágio representaria uma situação de atraso para a conclusão do curso, fator que pode explicar o alto número de concludentes no período analisado.

Face a esse contexto, faz-se necessária a elaboração de estratégias visando a aprendizagem do aluno. Tal situação envolve um trabalho coletivo e colaborativo de todos os envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem na instituição de ensino de modo a minimizar a retenção dos estudantes nos cursos. Dessa forma, “vários aspectos devem ser abordados, visando melhorar o rendimento escolar dos estudantes, especialmente a necessidade de aprimorar o processo de acompanhamento pedagógico e torná-lo mais efetivo” (SILVA *et al.*, 2015, p. 43).

Oliveira (2019, p. 34) salienta que os Institutos Federais se destacam pela “possibilidade da formação e atuação dessas instituições na formação humana [...] e ainda a formação de jovens que possam por meio do conhecimento científico e tecnológico, colaborar para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país”. É de fundamental importância a investigação dos fenômenos que interferem na aprendizagem do estudante por parte das instituições de forma a facilitar o processo de formação estudantil.

### **6.1.1 Perfil dos discentes pesquisados**

As categorias abordadas no questionário para a composição do perfil de discentes retidos foram: sexo, idade, raça/etnia/cor e renda mensal da família. Em relação ao sexo dos alunos, o questionário apontou que, o curso Técnico em Eletrotécnica compõe-se em 14,3% por indivíduos do sexo feminino e os demais 85,7% representam alunos do sexo masculino. No curso superior de Licenciatura em Matemática, 56,8% dos respondentes eram do sexo feminino e 43,2%, do sexo masculino. É interessante ressaltar que a opção “Não quero declarar o sexo” não foi assinalada por qualquer dos questionados. Observa-se que, diferente do curso técnico, no de licenciatura, o sexo feminino representa maioria entre os alunos retidos no curso de Licenciatura em Matemática. Percebe-se a tendência histórica das mulheres na escolha por cursos ditos *femininos*, como Pedagogia, Serviço Social e Licenciaturas em geral, tendência confirmada em nossa pesquisa. Nos estudos de Evangelista (2020) acerca da retenção discente no IFCE *campus* Maracanaú, a tendência também é

verificada no curso Licenciatura em Química, que conta com percentual de 53, 81% de estudantes do sexo feminino.

Sobre a idade dos participantes da pesquisa, verificamos que no Curso Técnico em Eletrotécnica houve a prevalência da faixa etária de 25 a 29 anos: esse perfil representa 57,1% dos estudantes que responderam ao questionário. Na Licenciatura em Matemática, a maioria dos respondentes apresentou intervalo com variação de 18 a 24 anos, um índice de 59,5% conforme exposto na Tabela 1.

| <b>Tabela 1 — Percentual dos discentes retidos por curso e faixa etária</b> |                 |                                 |                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------------------------|-----------------------------------|
|                                                                             |                 | <b>Técnico em Eletrotécnica</b> | <b>Licenciatura em Matemática</b> |
| <b>Faixa etária</b>                                                         | 18 a 24 anos    | 42,9%                           | 59,5 %                            |
|                                                                             | 25 a 29 anos    | 57,1%                           | 21,6%                             |
|                                                                             | 30 a 34 anos    | 0%                              | 2,7%                              |
|                                                                             | 35 a 39 anos    | 0%                              | 5,4%                              |
|                                                                             | 40 a 49 anos    | 0%                              | 8,1%                              |
|                                                                             | 50 anos ou mais | 0%                              | 2,7%                              |

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise da Tabela 1, constata-se a predominância de indivíduos jovens entre os alunos em retenção no curso de Licenciatura em Matemática. Esses dados revelam o ingresso dessa faixa etária pelo ensino superior (INEP, 2013). Por outro lado, no curso técnico em Eletrotécnica, os dados apontam para um ingresso um pouco tardio dos estudantes. De forma similar, Oliveira (2019, p. 61) afirma que sua pesquisa “apontou a presença maior de um público jovem e adultos, dentre aqueles que abandonam a educação profissional na modalidade subsequente e concomitante.”

Ressalte-se que os estudantes retidos no curso Técnico em Eletrotécnica apresentaram três categorias de Raça/Etnia/Cor predominantes na autodeclaração dos questionados, sendo elas respectivamente, pardo, branco e amarelo, todos com 28,6%. No curso superior de Licenciatura em Matemática, 64,9 % se autodeclararam pardos, tal como apresentado na Tabela 2. De maneira adicional, em nenhum dos cursos houve a marcação da opção “Não quero declarar.”

**Tabela 2 — Percentual dos discentes retidos por curso e raça/etnia/cor**

|                       |          | <b>Técnico em Eletrotécnica</b> | <b>Licenciatura em Matemática</b> |
|-----------------------|----------|---------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Raça/etnia/cor</b> | Preto    | 14,2%                           | 16,2%                             |
|                       | Pardo    | 28,6%                           | 64,9%                             |
|                       | Branco   | 28,6%                           | 16,2%                             |
|                       | Amarelo  | 28,6%                           | 2,7%                              |
|                       | Indígena | 0%                              | 0%                                |

Fonte: Elaborado pela autora

Com base na tabela, percebe-se que no curso técnico não se pode afirmar a presença de uma categoria predominante em relação à raça/etnia/cor. Tal fato observado pode indicar a dificuldade dos alunos na autoidentificação de pertencente a alguma etnia. Silva *et al.* (2015) encontraram realidade distinta nos cursos técnicos em Eventos, Informática e Serviços Públicos no Instituto Federal do Paraná, em que os estudantes se identificaram predominantemente como pertencentes à etnia parda.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019 apontam que a maioria dos brasileiros se declararam como pardos (46,8%). Por sua vez, 42,7% dos entrevistados se declararam brancos, 9,4% como pretos e apenas 1,1% como amarelos ou indígenas. Essa predominância da categoria parda revelou-se no curso de Licenciatura em Matemática analisado nessa pesquisa. Os dados coletados condizem com os resultados de Evangelista (2020): naquele contexto, todos os cursos superiores analisados do IFCE *campus* Maracanaú apresentaram a mesma predominância nos estudantes retidos.

Das opções elencadas sobre a renda mensal familiar dos estudantes na situação objeto do presente estudo, 57,1% dos estudantes do curso Técnico em Eletrotécnica informaram ter renda de até 1/4 de salário-mínimo vigente no período da pesquisa, valor equivalente a R\$ 261,25. No curso superior de Licenciatura em Matemática, 48,6% afirmaram possuir rendimento familiar mensal na faixa de R\$ 522,50 até R\$ 1045,00. Todos os percentuais descritos de ambos os cursos encontram-se na tabela a seguir.

**Tabela 3 — Percentual dos discentes retidos por curso e renda mensal familiar**

|                              |                                                                            | <b>Técnico em Eletrotécnica</b> | <b>Licenciatura em Matemática</b> |
|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Renda mensal familiar</b> | Até 1/4 do salário-mínimo R\$ 261,25                                       | 57,1%                           | 5,4%                              |
|                              | Superior a 1/4 do salário-mínimo R\$ 261,25                                | 0%                              | 24,4%                             |
|                              | Superior a 1/2 salário-mínimo R\$522,50 até 1 salário-mínimo R\$ 1045,00   | 42,9%                           | 48,6%                             |
|                              | Superior a 1 salário-mínimo R\$ 1045,00 até 2 salários-mínimos R\$ 2090,00 | 0%                              | 5,4%                              |
|                              | Mais de dois salários-mínimos R\$ 2090,00                                  | 0%                              | 10,8 %                            |
|                              | Não possui renda                                                           | 0%                              | 5,4%                              |
|                              | Renda familiar advinda de programas sociais.                               | 0%                              | 0%                                |

Fonte: Elaborado pela autora.

A renda mensal familiar de maior incidência entre os respondentes dos dois cursos em destaque na Tabela 3 revelam a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos discentes retidos que ingressam nos cursos ofertados pelos Institutos Federais. Essa realidade reforça com os estudos de Silveira e Maraschin (2018, p. 47) sobre o perfil do estudante do Instituto Federal Farroupilha (RS). Tal estudo estabeleceu possíveis conexões com os índices de evasão e retenção, de modo a indicar que “esse dado demonstra as características socioeconômicas dos estudantes que acessam o IF Farroupilha, configurando em grande maioria de estudantes com famílias de baixa renda.”

Perante os dados expostos sobre o perfil dos discentes retidos dos cursos pesquisados e respeitando as particularidades de cada um, podemos considerar que o estudante retido do curso Técnico em Eletrotécnica possui predominantemente os seguintes aspectos: sexo masculino; faixa etária de 25 a 29 anos; pertencente a raça/cor/etnia distribuídas igualmente entre brancos, pardos, amarelos e renda mensal familiar de até 1/4 do salário-mínimo (R\$ 261,25). O estudante retido do curso superior de Licenciatura em Matemática, apresenta majoritariamente as características: pertence ao sexo feminino; insere-se na faixa etária de 18 a 24 anos; raça/cor/etnia parda e renda mensal familiar superior a 1/2 salário-mínimo (R\$522,50) até 1 salário-mínimo (R\$ 1045,00). Neste sentido, a análise dos aspectos relativos ao perfil do estudante em situação de retenção pode colaborar para a formulação de

estratégias para minimizar a problemática na instituição de ensino, inclusive nos Institutos Federais.

### ***6.1.2 Principais fatores associados a retenção escolar na percepção dos discentes do IFCE campus Cedro***

A análise global dos fatores associados à retenção dos estudantes dos cursos Técnico em Eletrotécnica e Licenciatura em Matemática apresenta-se por meio das seguintes categorias: as causas da retenção escolar no seu curso; principal motivo de sua retenção escolar e não conclusão do curso; principal dificuldade para conclusão do curso; participação em ações de intervenção; permanência e êxito dos estudantes; contribuição da assistência estudantil para superação da retenção escolar. Essa última categorização mostra-se imprescindível para se indicar em que medida a assistência estudantil contribui para minimizar a retenção discente.

Inicialmente, o presente estudo sondou as principais causas da retenção escolar no curso: neste ponto, os alunos respondentes poderiam marcar mais de uma opção. Além disso, abrimos espaço para que os estudantes expusessem outras causas não constantes na lista de opções. Das respostas apresentadas nos questionários, 42,9% dos respondentes retidos do curso Técnico em Eletrotécnica consideraram o déficit de aprendizagem dos estudantes nas disciplinas como uma das causas predominantes para a retenção dos estudantes no curso. Por outro lado, entre os respondentes do curso de Licenciatura em Matemática houve o predomínio do apontamento de problemas pessoais, familiares e sociais, além de excessivas reprovações nas disciplinas, ambas apresentando o índice de 54,1%. Os dados do curso técnico e superior estão detalhados a seguir, no Quadro 4.

**Quadro 4 — Causas da retenção escolar na percepção dos discentes retidos**

| <b>Causas da retenção escolar</b>                                                                          | <b>Cursos</b>                   |                                   |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|
|                                                                                                            | <b>Técnico em Eletrotécnica</b> | <b>Licenciatura em Matemática</b> |
| Dificuldade de adaptação à vida acadêmica                                                                  | 28,6%                           | 24,3%                             |
| Questões psicológicas e de adoecimento mental dos estudantes                                               | 0%                              | 27%                               |
| Déficit de aprendizagem dos estudantes nas disciplinas                                                     | 42,9%                           | 48,6%                             |
| Problemas pessoais, familiares e sociais                                                                   | 14,3%                           | 54,1%                             |
| Excessivas reprovações nas disciplinas                                                                     | 14,3%                           | 54,1%                             |
| Metodologia dos professores                                                                                | 28,6%                           | 32,4%                             |
| Relação entre professor e aluno                                                                            | 28,6%                           | 10,8%                             |
| Falta de ações preventivas quanto à retenção e evasão                                                      | 0%                              | 16,2%                             |
| Acompanhamento pedagógico e multidisciplinar frágil                                                        | 0%                              | 8,1%                              |
| Auxílios estudantis financeiros insuficientes para atender a demanda de todos os estudantes que necessitam | 14,3%                           | 16,2%                             |
| Infraestrutura física, material e tecnológica                                                              | 14,3%                           | 2,7%                              |
| Outros                                                                                                     | 14,3%                           | 10,8%                             |

Fonte: Elaborado pela autora.

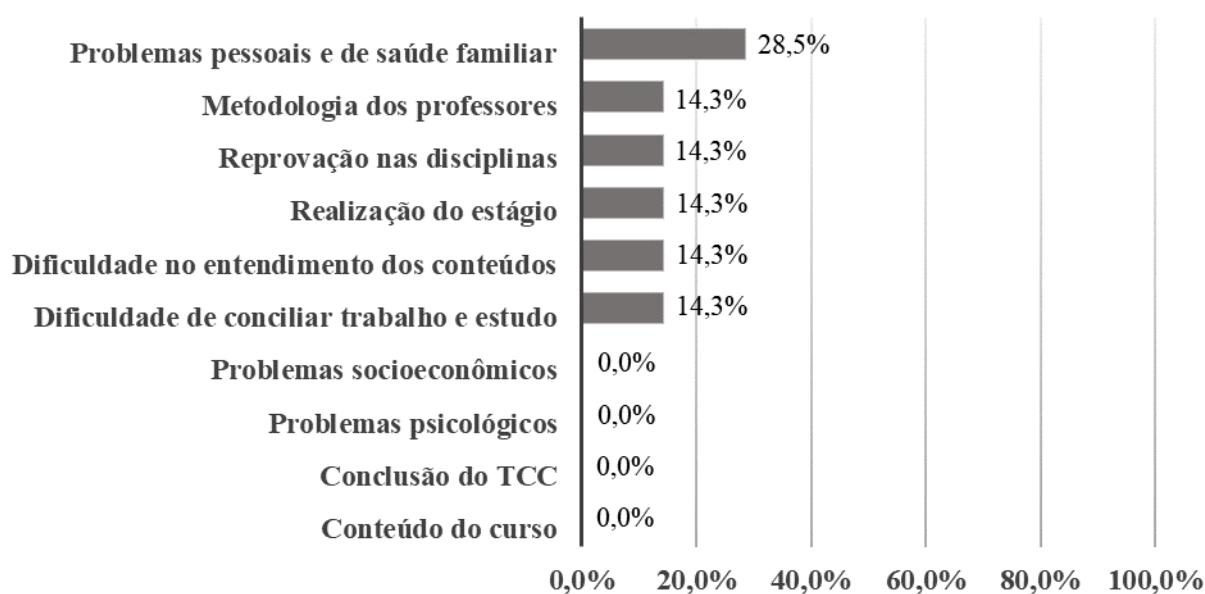
Nesse caso, no curso Técnico em Eletrotécnica predominou nas respostas dos questionados a causa relacionada ao déficit de aprendizagem (42,9%). No curso de Licenciatura em Matemática sobressaíram problemas pessoais, familiares e sociais, bem como excessivas reprovações nas disciplinas, obtendo-se o mesmo percentual (54,1). No mesmo curso, a taxa de déficit de aprendizagem dos estudantes nas disciplinas representa o significativo índice de 48,6%.

Diante das causas da retenção predominantes na percepção dos estudantes retidos, destacam-se questões didático-pedagógicas relacionadas às disciplinas dos cursos. Essa situação pode se materializar nas dificuldades de aprendizagem das disciplinas e em reprovações, como também podem representar causas ligadas a fatores pessoais dos alunos. Em seus estudos sobre retenção escolar, Rios *et al.* (2018, p. 36) constataram que a maioria dos alunos nessa situação possuem reprovações por nota e/ou faltas. A pesquisa ainda apontou dentre as motivações para a reprovação o fato de os estudantes enfrentarem dificuldades didático-pedagógicas em relação aos currículos dos cursos e à metodologia de ensino abordada pelos professores.

Os autores salientam que “a reprovação pode implicar em retenção e posteriormente na evasão e ambas as situações causam danos ao estudante e a sociedade.” Conforme os pesquisadores, é necessário que se dedique atenção aos projetos pedagógicos dos cursos, que devem ser acompanhados e autoavaliados. Esse acompanhamento tem o intuito de observar se os conteúdos e as disciplinas condizem com a formação profissional e científica e tecnológica para os estudantes.

Os estudantes foram questionados acerca do principal motivo da retenção escolar e não conclusão do curso, conforme apresentado nos Gráficos 1 e 2. Adicionalmente, informou-se que o questionário contava com a opção “outros”, para aqueles que não se sentissem contemplados pelos motivos elencados e desejassem expor outros motivos.

**Gráfico 1 — Motivos de retenção e não conclusão do curso Técnico em Eletrotécnica**



Fonte: Elaborado pela autora.

**Gráfico 2 — Motivos de retenção e não conclusão do curso de Licenciatura em Matemática**



Fonte: Elaborado pela autora.

Com base dos dados expostos, observa-se que a opção “Problemas pessoais e de saúde familiar” mostrou-se como o principal motivo da retenção escolar para os questionados do curso Técnico em Eletrotécnica. Esse dado fortalece-se com o resultado apresentado por Terra (2015), o qual apresentou como um dos principais entraves para a integralização do curso determinados fatores de ordem pessoal dos estudantes, que decorreram de falta de motivação para os estudos, distância da família, trabalho, relacionamento professor-aluno e problemas de saúde.

Entre os respondentes do curso de Licenciatura em Matemática, o motivo predominante para a retenção possui relação com a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Alguns estudantes afirmaram dificuldades para produzir sua monografia. Ainda figuram como fatores preponderantes nesse cenário o cansaço psicológico seguido de desmotivação em escrever o TCC.

Diante das respostas apresentadas pelos questionados, podemos verificar que esse dado majoritário sobre a conclusão do TCC enquanto principal motivo dos estudantes retidos da Matemática pode estar relacionado à dinâmica do processo de pesquisa. Há a predominância da problemática do tempo disponibilizado para coleta e análise dos dados, fator que inviabiliza a realização do TCC em um semestre letivo. Some-se a isto a dificuldade para desenvolvimento desse processo por parte do aluno, bem como pode inviabilizar a orientação por parte do professor. A este respeito, descreve Moraes (2015, p. 72) que

deve-se ter em mente que quer seja por motivos pessoais, pela falta de tempo disponível ou até pelas dificuldades com a pesquisa, o TCC demonstra um potencial de retenção do alunado que deve ser considerado pela instituição. Essa deve elaborar com cuidado a grade de disciplinas do final da graduação, já prevendo a necessidade da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo e, ainda, preparar o estudante para essa fase, com orientações a respeito do desenvolvimento do TCC e de como organizar tempo, realizar a pesquisa, entre outras necessidades apresentadas.

Em outro questionamento buscou verificar a principal dificuldade que os estudantes do *Campus Cedro* têm enfrentado para concluir seu curso na percepção dos alunos retidos dos cursos em análise (Quadro 5). As dificuldades de aprendizagem em matérias e conteúdos ministrados representam aspecto predominante apontado pelos discentes respondentes do curso Técnico em Eletrotécnica (57,1%). No curso de Licenciatura em Matemática, predominaram as dificuldades relacionadas às excessivas reprovações nas disciplinas do curso (59,5%).

**Quadro 5 — Dificuldades para conclusão do curso na percepção dos discentes retidos**

| <b>Dificuldades</b>                                                                       | <b>Cursos</b>                   |                                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|
|                                                                                           | <b>Técnico em Eletrotécnica</b> | <b>Licenciatura em Matemática</b> |
| Dificuldade de deslocamento para a instituição                                            | 14,3%                           | 24,3%                             |
| Dificuldade de conciliar trabalho e estudo                                                | 28,3%                           | 37,8%                             |
| Dificuldades de aprendizagem com as matérias e conteúdos ministrados.                     | 57,1%                           | 43,2%                             |
| Desmotivação para concluir o curso                                                        | 0%                              | 48,6%                             |
| Dificuldades financeiras                                                                  | 0%                              | 29,7%                             |
| Dificuldades com a metodologia dos professores, relação professor aluno                   | 28,6%                           | 45,9%                             |
| Excessivas reprovações nas disciplinas do curso                                           | 42,9%                           | 59,5%                             |
| Problemas psicológicos                                                                    | 0%                              | 16,2%                             |
| Trabalho de conclusão de curso, estágio                                                   | 14,3%                           | 48,6%                             |
| Falta de acompanhamento e incentivo da instituição para reduzir a retenção dos estudantes | 14,3%                           | 13,5%                             |
| Falta de ações de intervenção com os estudantes retidos e que não concluíram o curso      | 14,3%                           | 13,5%                             |
| Outros                                                                                    | 0%                              | 5,4%                              |

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à dificuldade revelada pela maior parte dos estudantes do curso Técnico em Eletrotécnica, percebe-se que esse dado se relaciona com a principal causa para a retenção apontada pelos alunos desse curso. De fato, esse contexto aponta para o déficit de aprendizagem nas disciplinas: provavelmente, os motivos predominantes apontados (problemas pessoais, familiares e de saúde) foram decisivos para a aprendizagem deficiente dos conteúdos estudados. Essa dificuldade pode se materializar em reprovações nas disciplinas, dado constatado pelo segundo percentual da dificuldade, aspecto também predominante entre os alunos retidos (42,9%) e observado na análise documental da situação acadêmica dos referidos estudantes.

Ribeiro (2019) aponta um grande contingente de estudantes com aprendizagem deficitária nas instituições. As reprovações nas disciplinas que retêm os alunos nos seus ciclos escolares são capazes de ocasionar distorções em suas trajetórias acadêmicas, além de fenômenos como retenção, evasão, abandono e desmotivação para continuidade dos estudos. Sobre esta temática, a autora ressalta a importância da execução de ações pedagógicas no sentido de minimizar as dificuldades de aprendizagem dos discentes.

Em relação aos alunos retidos do curso de Licenciatura em Matemática, a presente pesquisa verificou que a ocorrência de excessivas reprovações nas disciplinas do curso foi a dificuldade mais pontuada entre os respondentes. Esse fator foi igualmente apontado como uma das causas da retenção. Com efeito, esta informação foi confirmada a partir da análise documental nos históricos escolares. Também salienta-se que a desmotivação para a conclusão do curso e atividades como o estágio e a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentaram percentual significativo entre as dificuldades destacadas entre os questionados do curso (48,6%).

Os referidos resultados assemelham-se aos demonstrados por Pereira (2013) em seu estudo com alunos retidos dos cursos superiores de graduação da UFES. O referido estudo elencou o número de reprovações como um dos fatores preponderantes no processo de retenção. Neste sentido, uma alternativa para a resolução dessa problemática seria a centralidade das ações institucionais na melhoria do desempenho acadêmico dos discentes, além da busca por metodologias de ensino pertinentes a abordar os conteúdos ministrados de maneira interdisciplinar.

Ressalta-se que a elaboração do TCC representa o principal motivo de retenção escolar indicado pelos alunos retidos no curso de Licenciatura em Matemática. Este aspecto, possivelmente, guarda íntima ligação com as causas da retenção e dificuldades para conclusão do curso. Efetivamente, o desenvolvimento de pesquisa científica que envolve o TCC

representa processo complexo, que exige a reelaboração do conhecimento da realidade investigada. Nesse contexto, muitos estudantes não conseguem realizar o referido trabalho no prazo previsto de seis meses e, por este motivo, podem repetir a disciplina pendente várias vezes. Esta informação pode ser comprovada por meio da análise documental no Q-Acadêmico, realidade apta a somar-se às reprovações preexistentes no histórico escolar dos alunos, de modo a desmotivá-los para prosseguir em seus estudos.

Gama (2015), em seu trabalho sobre a retenção discente nos cursos de graduação na UFES, destacou que o trabalho final de curso foi apontado pelos professores e alunos como um dos fatores que favorecem a retenção. A conclusão a que chegou o referido estudo ratifica com os resultados encontrados acerca do curso de Licenciatura em Matemática investigado neste estudo.

Deve-se ressaltar que o questionário aplicado na presente dissertação permitia a marcação de mais de uma opção nesse campo, inclusive com a opção “outros.” Nesse contexto, somente os alunos do curso de Licenciatura em Matemática optaram por expor seu pensamento na referida opção. Os referidos estudantes comentaram que suas dificuldades na conclusão do curso também envolvem o constrangimento da falta de compreensão por parte de profissionais da instituição. Outro fator apontado nesse sentido é que o período de 4 anos mostra-se insuficiente para boa parte dos alunos concluírem o curso. Ressalte-se que o ensino superior exige uma maior preparação por parte dos estudantes que acabaram de sair do ensino médio, frente às demandas da vida acadêmica.

A retenção possui influência sobre o aprendizado do estudante e sua relação com saber. Na realidade, há muitos fatores associados à ocorrência desse fenômeno, configurando-se como obstáculos no percurso formativo desses estudantes. Libâneo (2013, p. 88) afirma que a aprendizagem escolar “é um processo de assimilação de determinados conhecimentos e modos de ação física e mental, organizados e orientados no processo de ensino.”

Em seguida, o questionário aplicado buscou averiguar a participação dos respondentes em alguma ação de intervenção promovida pelo *Campus* para os estudantes retidos e não concludentes. Dentre os questionados do curso Técnico em eletrotécnica, 71,4% afirmaram não haver participado de tais iniciativas, enquanto 28,6% informaram a participação nessas ações. Em referência aos respondentes do curso de Licenciatura em Matemática, a ausência de participação em ações de intervenção para situação de retenção também foi predominante. Neste contexto, apenas 5,4% responderam positivamente para a questão, número de acentuado contraste com os 94,6% de alunos que pontuaram nunca haver participado das referidas ações.

Pode-se inferir a partir das respostas coletadas que a maior parte dos respondentes demonstrou não haver sido parte em qualquer ação interventiva na problemática da retenção escolar, o que representa um dado preocupante para a instituição. Tal levantamento desafia a efetividade do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (PPE) atualmente em vigor, uma vez que a orientação visa a superação da evasão e a retenção mediante ações de intervenção (gerais e específicas) acerca das referidas problemáticas. O referido documento reconhece a necessidade do fortalecimento das ações em que os discentes participem de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos *campi* do IFCE.

Em relação aos fatores que favorecem a permanência e o êxito escolar na percepção dos discentes retidos, o questionário aplicado possibilitou a marcação concomitante de diversas opções, como também, a utilização da alternativa “outros” (Quadro 6). Dessa forma, os programas de monitoria e as bolsas acadêmicas e de iniciação científica representaram as variáveis predominantes para permanência e êxito na visão dos estudantes do curso Técnico em Eletrotécnica. Por outro lado, entre os respondentes do curso de Licenciatura em Matemática, a maior parte apontou na condição de incentivos os serviços e auxílios da assistência estudantil do *campus*.

**Quadro 6 — O que favorece a permanência e êxito na percepção dos discentes retidos**

| O que favorece a permanência e êxito                                                                            | Cursos                   |                            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------|
|                                                                                                                 | Técnico em Eletrotécnica | Licenciatura em Matemática |
| Serviços e auxílios da assistência estudantil                                                                   | 42,9%                    | 73%                        |
| Bolsas acadêmicas, monitorias, bolsas de iniciação científica                                                   | 57,1%                    | 29%                        |
| Atendimento das necessidades de formação dos alunos                                                             | 28,6%                    | 32,4%                      |
| Acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento, reprovações, retidos no curso | 28,6%                    | 45,9%                      |
| Metodologia dos professores e os conteúdos de ensino                                                            | 42,9%                    | 35,1%                      |
| Estrutura física, material e tecnológica da instituição                                                         | 42,9%                    | 40,5%                      |
| Outros                                                                                                          | 0%                       | 5,4%                       |

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da análise das informações expostas, torna-se evidente que predomina entre os respondentes dos cursos pesquisados a opinião de que os valores em pecúnia advindos de bolsas e auxílios estudantis favorecem a permanência e o êxito na unidade de ensino sob

análise. Esse aspecto sugere a alta vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, realidade também observada acerca do perfil dos discentes retidos em relação à faixa de renda mensal familiar auferida em seus lares.

A assistência estudantil na forma de serviços e auxílios foi majoritariamente apontada pelos alunos questionados do curso superior de Licenciatura em Matemática enquanto aspecto favorável para sua permanência na instituição. Com efeito, esse levantamento afirma-se com as informações obtidas no Sistema Informatizado de Assistência Estudantil do IFCE (SISAE). O referido banco de dados indica que a maior parte dos alunos atendidos na Assistência Estudantil do *campus* encontram-se matriculados nos cursos de ensino superior. Nesse sentido, Garcia (2020, p. 85) salienta que a Assistência Estudantil representa “aspecto interno à Instituição essencial para a permanência de alunos em vulnerabilidade social, tanto por meio dos auxílios, como por meio de projetos vinculados aos referidos recursos.”

O PPE (2017) do IFCE confirma a relevância dos programas de assistência estudantil na condição de incentivo para a permanência e êxito discente nas instituições. Apesar da iniciativa, se faz necessário o fortalecimento da qualidade do ensino por meio da implementação de ações de ensino, pesquisa e extensão. Tais ações devem incluir a ampliação da oferta de bolsas de estudo e monitorias, responsáveis por estimular a formação acadêmica dos alunos.

Em seguida, o formulário aplicado questionou sobre os serviços ou benefícios da Assistência Estudantil que mais contribui na minimização da retenção escolar dos estudantes nos cursos da unidade sob análise. Nesse sentido, a pesquisa apresentou opções de serviços e benefícios estudantis disponíveis na unidade de ensino. Ademais, o questionário permitiu aos alunos a oportunidade da utilização da opção “outros”, caso preferissem expandir suas respostas, conforme exposto nos gráficos 3 e 4.

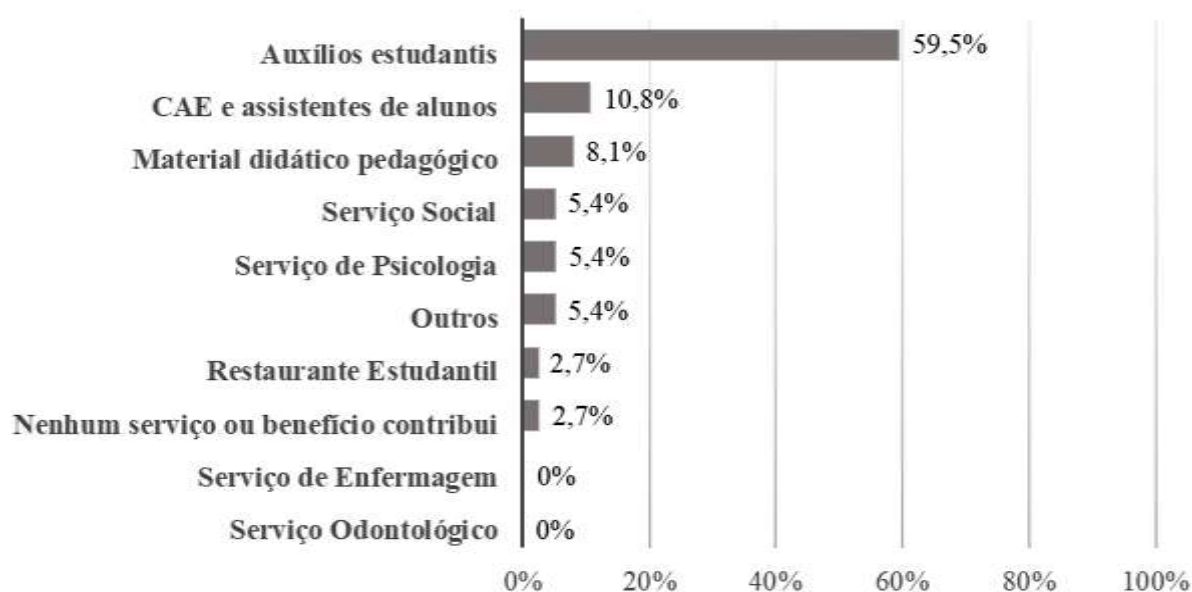
Assim, sobressaiu entre os respondentes do curso Técnico em Eletrotécnica a visão de que os auxílios estudantis representam os fatores que mais contribuem para a redução nas taxas de retenção. Curiosamente, também prevaleceu nas respostas colhidas entre o mesmo grupo de estudantes a ideia de que nenhum serviço ou benefício possui real impacto na redução dos índices de retenção na instituição em questão.

**Gráfico 3 — Contribuição do Serviço ou benefício da Assistência Estudantil na percepção dos estudantes do Técnico em Eletrotécnica**



Fonte: Elaborado pela autora.

**Gráfico 4 — Contribuição do Serviço ou benefício da Assistência Estudantil na percepção dos estudantes da Licenciatura em Matemática**



Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os questionados do curso de Licenciatura em Matemática, preponderou a opinião de que os auxílios estudantis ostentam maior impacto na diminuição da retenção dos alunos no âmbito da instituição. Neste aspecto, é interessante ressaltar que a opção “outros” recebeu

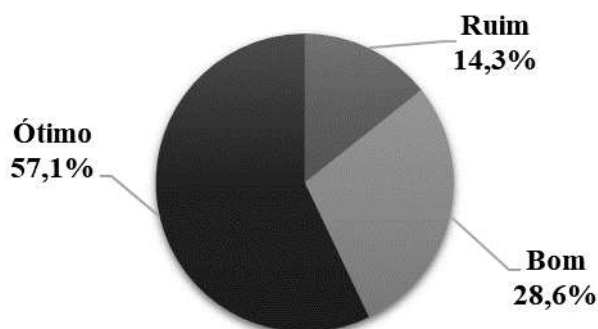
comentários afirmativos de que todo e qualquer serviço/benefício torna atrativa e possível a permanência e conclusão do curso, bem como os profissionais compreendem a situação dos alunos retidos.

A análise dos dados coletados indica que a assistência estudantil, principalmente sob a forma de auxílios estudantis, contribui na redução da retenção de acordo com a percepção dos estudantes retidos de ambos os cursos em questão. Portanto, esse fator ratifica os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) de 2010 no sentido de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão dos cursos, além de reduzir as taxas de retenção e evasão escolar.

Araújo (2018) também constatou que todos os serviços e programas ofertados no âmbito da política em questão atendem aos objetivos propostos pelo PNAES. A pesquisa observou que a taxa de permanência dos beneficiários do Programa de Auxílios Pecuniários de todos os cursos analisados, mostra-se superior à taxa de permanência dos estudantes não beneficiários.

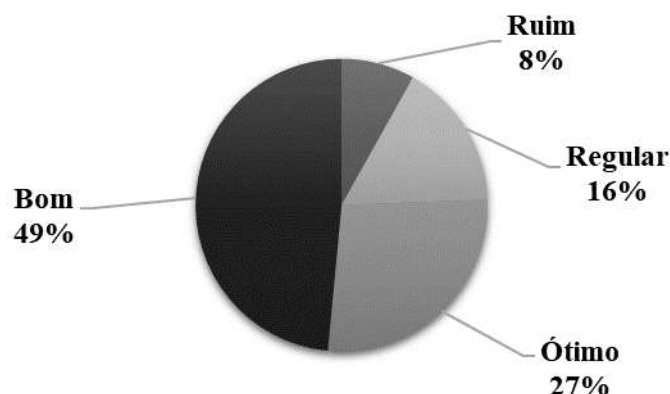
Em última análise, os pesquisados na presente dissertação foram questionados sobre sua avaliação pessoal acerca dos serviços e benefícios da Assistência Estudantil para superação da retenção escolar. Deste modo, os dados dos Gráficos 5 e 6 evidenciam que 57,1% dos respondentes do curso Técnico em Eletrotécnica avaliaram as iniciativas da assistência estudantil como ótimas. Em contrapartida, 49% dos respondentes da Licenciatura em Matemática consideraram tais ações como boas no combate à retenção dos estudantes nos cursos.

**Gráfico 5 — Avaliação dos serviços e benefícios da Assistência Estudantil na percepção dos estudantes do Técnico em Eletrotécnica**



Fonte: Elaborado pela autora.

**Gráfico 6 - Avaliação dos serviços e benefícios da Assistência Estudantil na percepção dos estudantes da Licenciatura em Matemática**



Fonte: Elaborado pela autora.

A Assistência Estudantil impacta na permanência e êxito do estudante na instituição de ensino. Acerca desta evidência, pontua-se que os pesquisados de ambos os cursos reconheceram a importância do programa e avaliaram-no positivamente na superação da retenção escolar. Reconhece-se que é uma política pública a qual objetiva reduzir as desigualdades socioeconômicas mediante seus programas, serviços e auxílios em pecúnia para apoiar o percurso formativo dos estudantes. Entretanto, as informações colhidas na presente pesquisa apontam para a necessidade de ampliação e fortalecimento dessa política nos *campi* do IFCE. Segundo Santos (2019, p. 82), “há a necessidade de investimentos públicos capazes de assegurar a manutenção e ampliação dos Programas Assistenciais voltados para os estudantes em situação de vulnerabilidade social.”

Em síntese, verificou-se no estudo que a retenção escolar nos cursos Técnico em Eletrotécnica e Licenciatura em Matemática na percepção dos estudantes retidos possui singularidades e associa-se a aspectos tais como categorizados no PPE do IFCE (2017): fatores individuais dos alunos, os quais se referem aos aspectos inerentes ao próprio estudante; os fatores internos, quais sejam: fatores institucionais de ordem pedagógica ou administrativa que influenciam direta ou indiretamente no processo de evasão e de retenção e os fatores externos à instituição, que dizem respeito a fatores de cunho econômico, social e do mundo do trabalho, também responsáveis por interferir na permanência e êxito discente na instituição.

## **6.2 Ações para redução da retenção desenvolvidas no IFCE *campus* Cedro sob a ótica dos gestores e coordenadores**

De acordo com os dados obtidos a partir da aplicação dos questionários, os respondentes indicam possuir funções gratificadas de direção e coordenação no *campus*. A amostra compõe-se de 25% de diretores e 75% de coordenadores, distribuídos nos cargos de professores e técnicos administrativos. A maioria desses questionados são do sexo masculino, apresentam a faixa etária de 40 a 49 anos, autoidentificados, de modo geral, pela raça/cor/etnia parda. Vale salientar que a opção “não quero declarar” disposta neste formulário para as categorias de sexo e etnia não foi utilizada pelos pesquisados.

Ao analisar sobre o conhecimento das ações de intervenção para superação da evasão e retenção escolares presentes no Plano de Permanência e Êxito do IFCE (2017), verificou-se que 100% desse grupo de respondentes afirmam conhecer o plano. Tal resultado era esperado, dada a relevância do referido plano estratégico. Nesse sentido, o IFCE (2017) afirma que o referido plano foi construído de forma coletiva em todos os *campi* do IFCE com o objetivo de fortalecimento da qualidade do ensino por meio de ações de incentivo à permanência e à promoção acadêmica.

Os questionados foram indagados sobre a frequência do planejamento de estratégias no combate à retenção escolar dos estudantes no *Campus*. Neste aspecto, percebe-se que há predominância das opções das respostas “frequentemente” e “às vezes”, ambas com percentual de 37,5%, conforme demonstrado na Tabela 4.

**Tabela 4 — Percentual da medida que há planejamento de estratégias**

| Medida de planejamento | %          |
|------------------------|------------|
| Às vezes               | 37,5       |
| Frequentemente         | 37,5       |
| Poucas Vezes           | 25         |
| Nunca                  | 0          |
| Sempre                 | 0          |
| <b>TOTAL</b>           | <b>100</b> |

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados obtidos neste aspecto do questionário não permitiram a aferição da frequência do planejamento de combate à problemática da retenção escolar. Sabe-se que esse planejamento é fundamental para orientar as práticas educativas a serem adotadas para a atuação na retenção dos alunos. Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2005), o planejamento deve ser contínuo e envolver uma ação global da escola. Neste ambiente, as atividades devem

ser previstas, organizadas e coordenadas de acordo com os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem. Essa preparação também diz respeito às decisões que devem ser tomadas na busca por tais objetivos.

Com referência ao cadastro das atividades na plataforma do Plano de Permanência e Êxito para minimizar a problemática da retenção, constatou-se que esse grupo de questionados, de modo geral, realiza o cadastro na plataforma às vezes ou frequentemente (Tabela 5). Os resultados apontam a falta de definição sobre a frequência do registro das atividades realizadas, fator que indica inconstância na realização dessa atividade. Ressalte-se que compete aos diretores e coordenadores da instituição a realização desse registro<sup>16</sup> na ferramenta de gestão (Monitoramento do Plano de Permanência e Êxito do IFCE) da PROEN-IFCE<sup>17</sup>.

**Tabela 5 — Percentual de frequência do cadastro das atividades**

| <b>Frequência do cadastro</b> | <b>%</b>   |
|-------------------------------|------------|
| Às vezes                      | 37,5       |
| Poucas vezes                  | 37,5       |
| Frequentemente                | 25         |
| Nunca                         | 0          |
| Sempre                        | 0          |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>100</b> |

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao acessar as informações públicas disponíveis na ferramenta de gestão da PROEN-IFCE, pode-se constatar que o cadastro das atividades em âmbito geral no ano de 2020 no *campus* Cedro foi realizado de modo pouco frequente. A última movimentação dessa natureza foi registrada no mês de março do mesmo ano. Essa baixa frequência de registro se deve, provavelmente, ao contexto atípico advindo da pandemia da Covid 19 e a realidade do ensino remoto<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> Segundo IFCE (2017), a alimentação das ações registradas inclui toda documentação que evidencie as ações que contribuem para a permanência e êxito discente, executadas pela instituição.

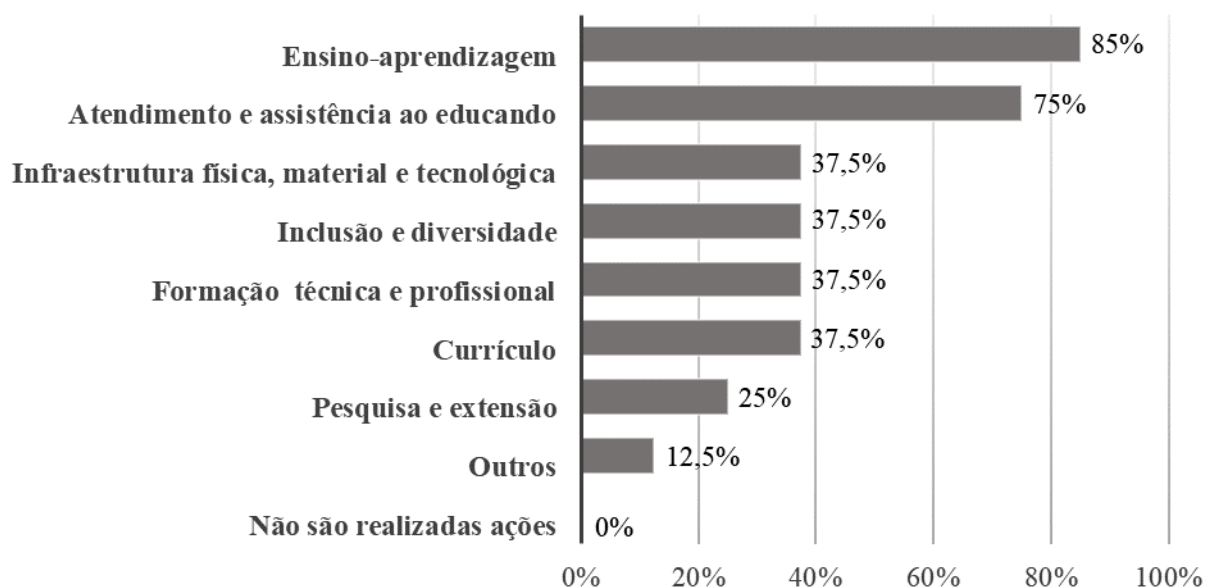
<sup>17</sup> A ferramenta está disponível por meio do link <http://gestaoproen.ifce.edu.br>, o qual para acessar o projeto "Acompanhamento PPE" é preciso logar-se utilizando as credenciais recebidas por e-mail.

<sup>18</sup> Conforme informações observadas nos documentos normativos sobre o ensino remoto no IFCE, o calendário letivo foi suspenso nos meses de março e abril de 2020, sendo retomado o ensino de forma remota no mês de maio (24 de maio no *campus* Cedro) e perdura até os dias atuais, janeiro de 2021.

Salienta-se que ao selecionarmos o filtro com as palavras “retenção” e “retidos” o sistema retornou apenas uma atividade registrada e não concluída que data do ano de 2018. Neste contexto, concorda-se com Pereira (2013) sobre a necessidade de avaliação e acompanhamento de elementos do processo de retenção nas instituições. Esta necessidade se soma à urgência da proposição de ações institucionais que visem à redução desses índices e elevação das taxas de conclusão nos cursos.

Quanto aos tipos de ações realizadas para combater a retenção dos estudantes no âmbito da gestão/coordenação dos questionados, mais de uma opção poderia ser marcada, bem como aos respondentes foi permitido selecionar a opção “outros” e comentar sua percepção. O item “Ensino-aprendizagem” mostrou-se como a atividade realizada com maior frequência entre os participantes do estudo (Gráfico 7). O dado corrobora com o resultado apresentado na pesquisa de Evangelista (2020) em que os níveis elevados de retenção apontaram para fatores associados ao ensino aprendizagem. Naquele contexto da autora, a aferição sobre o processo de ensino-aprendizagem foi uma das áreas sugeridas pela pesquisadora, pois teve maior incidência de fatores críticos de influência para retenção.

**Gráfico 7 — Tipo de ações realizadas no âmbito da gestão/coordenação**



Fonte: Elaborado pela autora.

Contudo, deve-se pontuar que o tipo de ação de atendimento e assistência ao educando teve um percentual significativo entre os respondentes (75%). Ambos os tipos de ações mais realizadas pelos respondentes mostram-se em consonância com uma das dimensões das ações

gerais de intervenção expostas no Plano de Permanência e Êxito do IFCE de 2017 (Ensino-aprendizagem, permanência e êxito).

O PPE (2017) apresenta nas suas ações gerais a importância das seguintes dimensões: vínculo do corpo discente com o IFCE; melhoria da prática educativa; assistência social<sup>19</sup>; currículo; pesquisa e extensão; projetos e programas com bolsas; mundo do trabalho e prática profissional; incentivo à qualificação; estrutura e equipamentos; ações inclusivas e diversidade; saúde; divulgação e valorização dos cursos; marketing institucional; comunicação interna e deslocamento do estudante.

No que diz respeito à descrição das ações são desenvolvidas para prevenção e acompanhamento dos estudantes retidos no âmbito de sua gestão/coordenação, a maioria das respostas apresentadas mostraram ações de atendimento e acompanhamento em relação ao rendimento acadêmico dos alunos, como podem ser verificadas nas respostas reproduzidas a seguir:

Atendimento aos alunos em casos de baixo rendimento (Participante 01).

Acompanhamento pedagógico por meio dos sistemas acadêmicos, diários e relatórios individuais de frequência e desempenho acadêmicos (Participante 02).

Reuniões com Docentes sobre rendimento das turmas e estudantes; Planejamento de atividades de Recuperação da Aprendizagem; Programa de Monitoria Voluntária e Remunerada; Promoção do atendimento do docente aos alunos (Participante 07).

A partir dessas informações obtidas, percebe-se a relação com os tipos de ações realizadas para combater a retenção mais apontada pelos questionados, contexto no qual se destacou o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, outras ações devem também ser propostas em relação às problemáticas que envolvem as estruturas dos cursos, projetos de melhoria do ensino e da formação acadêmica. Todas essas iniciativas visam que um maior contingente de alunos conclua seus cursos (MORAIS, 2015).

Em seguida, o questionário aplicado buscou verificar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais respondentes nas ações de intervenção na retenção escolar. Dentre as várias respostas relatadas no questionário, as mais apontadas foram a falta de integração/articulação entre os setores de ensino para planejamento e execução de ações. Ainda se destacou o fator de desatualização do sistema acadêmico e a falta de registro pelos docentes sobre a retenção. Tais informações podem ser confirmadas em respostas apresentadas por alguns dos questionados:

---

<sup>19</sup> Termo utilizado de forma errônea no plano, pois os Institutos Federais realizam uma política específica, a assistência estudantil, isto é, assistência ao estudante.

O planejamento de ações integradas entre os setores do ensino, ausência de planejamentos docente de forma sistemática (Participante 01).

A [...] está pouco integrada a essa discussão. O sistema que utilizamos não dá conta de fornecer relatórios com informações precisas sobre retenção (Participante 02).

Registro acadêmico atrasado por parte de alguns professores (Participante 06).

Um trabalho intersetorial articulado com foco nesse público específico, com trabalho de mapeamento, identificação e direcionamento de ações (Participante 08).

A análise das informações coletadas evidencia que os obstáculos para a realização das ações de intervenção na retenção discente estão relacionados à falta de um trabalho integrado, com fluxo de atendimento e acompanhamento entre os setores da instituição. Neste contexto, também sobressai a problemática da falta de atualização de informações concisas sobre os estudantes no sistema acadêmico da instituição para subsidiar a análise do fenômeno da retenção. De fato, observou-se a desatualização do sistema Q-acadêmico na análise documental de nosso estudo ainda na etapa de coleta dos dados sobre os estudantes. Em contraste com essa realidade, o PPE (2017) salienta que os dados são cruciais para a compreensão e posterior intervenção nas instituições. Morais salienta que

Mais importante, entretanto, é que a questão da retenção tenha destaque no planejamento da instituição, não só com citação, mas também com o apontamento de ações específicas, em nível macro, de modo a formalizar a importância do assunto e a preocupação da Universidade, e também direcionar os esforços de todos os setores para a superação da problemática (MORAIS, 2015, p. 83).

As informações supracitadas sinalizam que determinadas providências são necessárias no sentido de minimizar esses tipos de dificuldades presentes na instituição. Torna-se indispensável o estudo sobre as possibilidades de ações efetivas junto aos profissionais e alunos, de forma a minimizar e prevenir a retenção.

O questionário aplicado visou obter dos gestores e coordenadores informações acerca das principais causas da retenção escolar identificadas nos cursos ofertados pelo *Campus Cedro*. Neste quesito, 75% dos questionados responderam que as causas para o fenômeno relacionam-se com as dificuldade de adaptação à vida acadêmica, além de questões psicológicas e de adoecimento mental dos estudantes. Outros fatores apontados foram a deficiência de aprendizagem dos estudantes e problemas pessoais, familiares e sociais, como pode ser observado no Quadro 7. Na opção “outros”, um dos participantes da pesquisa expressou que as causas para a retenção escolar na unidade estariam relacionadas à “ausência

de um programa que articule diferentes profissionais para ajudar o aluno ingressante a se adaptar à instituição. Programa esse que considere a bagagem do aluno e suas especificidades.”

**Quadro 7 — Causas da retenção escolar na percepção dos gestores e coordenadores**

| <b>Causas da retenção escolar</b>                                                                          | <b>Percentual</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Dificuldade de adaptação à vida acadêmica                                                                  | 75%               |
| Questões psicológicas e de adoecimento mental dos estudantes                                               | 75%               |
| Déficit de aprendizagem dos estudantes nas disciplinas                                                     | 75%               |
| Problemas pessoais, familiares e sociais                                                                   | 75%               |
| Excessivas reprovações nas disciplinas                                                                     | 50%               |
| Metodologia dos professores                                                                                | 50%               |
| Relação entre professor e aluno                                                                            | 50%               |
| Acompanhamento pedagógico e multidisciplinar frágil                                                        | 50%               |
| Falta de ações preventivas quanto à retenção e evasão                                                      | 37,5%             |
| Auxílios estudantis financeiros insuficientes para atender a demanda de todos os estudantes que necessitam | 37,5%             |
| Outros                                                                                                     | 12,5%             |
| Infraestrutura física, material e tecnológica                                                              | 0%                |

Fonte: Elaborado pela autora.

De modo geral, os dados coletados apontam que a maioria dos questionados se deteve aos fatores individuais elencados como opção de escolha. De alguma maneira, os respondentes associaram a retenção a aspectos relacionados ao próprio estudante. Essa informação sugere que os questionados devem ampliar as reflexões acerca da temática como um fenômeno complexo e multifacetado, pois, inúmeros determinantes podem interferir no processo ensino-aprendizagem dos estudantes. Vale ratificar que os discentes respondentes do questionário também apontaram como causas da retenção os fatores individuais, porém, estes também reconheceram fatores associados internos e externos à instituição.

Evangelista (2020) aponta que os fatores individuais não são determinantes para a retenção, mas interagem com os demais elementos inseridos no contexto educacional. Neste aspecto, sobressaem o ambiente institucional e os fatores considerados externos, que podem

variar desde o campo de influência do indivíduo e da instituição, até os aspectos culturais, sociais e econômicos influentes sobre os indivíduos.

O questionário buscou analisar as percepções dos respondentes sobre fatos que podem contribuir acerca da permanência e o êxito dos estudantes. Dentre os respondentes, 62,5% apontam para a predominância do acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento, reprovações, retidos no curso, conforme informações constantes no Quadro 8.

**Quadro 8 — O que contribui para permanência e êxito na percepção dos gestores e coordenadores**

| <b>O que contribui para permanência e êxito</b>                                                                 | <b>Percentual</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento, reprovações, retidos no curso | 62,5%             |
| Metodologia dos professores e os conteúdos de ensino                                                            | 25%               |
| Serviços e auxílios da assistência estudantil                                                                   | 12,5%             |
| Bolsas acadêmicas, monitorias, bolsas de iniciação científica                                                   | 0%                |
| Atendimento das necessidades de formação dos alunos                                                             | 0%                |
| Estrutura física, material e tecnológica da instituição                                                         | 0%                |
| Outros                                                                                                          | 0%                |

Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, os resultados obtidos entre o grupo de gestores mostraram-se distintos do que foi informado pela maioria dos alunos retidos pesquisados. Nesse caso, os estudantes respondentes apontaram como importantes fatores para o êxito e a permanências dos discentes na instituição iniciativas como assistência estudantil e bolsas acadêmicas, monitorias, além de bolsas de iniciação científica. Esse dado indica a alta vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes. Nas palavras de Garcia (2020, p. 85):

A Assistência Estudantil é um aspecto interno à Instituição essencial para a permanência de alunos em vulnerabilidade social, tanto por meio dos auxílios, como por meio de projetos vinculados aos referidos recursos. Já promoção de eventos/atividades culturais, desportivos e tecnológicos, bem como participação em projetos contribui para a contextualização com a formação, integração e o sentimento de pertencimento do aluno com a instituição.

É importante enfatizar que o PPE (2017) estabelece o acompanhamento sociopedagógico aliado à ampliação de programas de monitoria, projetos e auxílios estudantis

enquanto medidas de intervenção importantes para promoção da permanência e do êxito estudantil e combate aos índices de evasão e retenção escolar. Somente a execução de metodologias acessíveis e bem planejadas no propósito de aprendizagem mostra-se capaz aumentar as possibilidades do êxito e formação dos estudantes.

### **6.3 Ações para redução da retenção desenvolvidos no IFCE *campus* Cedro sob a ótica dos profissionais da assistência estudantil**

As informações expostas na seção foram obtidas a partir da aplicação dos questionários aos profissionais da assistência estudantil que prestam assistência aos discentes matriculados no *campus*. Todos os respondentes são técnicos administrativos atuantes nos setores de Enfermagem, Psicologia, Gabinete Odontológico, Serviço Social, Restaurante Estudantil e Coordenação de Assuntos Estudantis. O grupo compõe-se, em sua maioria, por indivíduos do sexo feminino, compreendidos na faixa etária de 30 a 49 anos e se autoidentificam, de modo geral, como pertencentes à raça/cor/etnia branca. Ressaltamos que a opção “não quero declarar” disposta na opção de sexo não foi selecionada pelos pesquisados. Entretanto, em relação à etnia, 11,1% dos respondentes optaram pela não declaração.

Em relação ao conhecimento das ações interventivas relacionadas a seu exercício profissional presentes no Plano de Permanência e Êxito do IFCE de 2017 para superação da evasão e retenção escolar, observou-se que 88,9% confirmaram conhecer tais ações. Por outro lado, 11,1% dos respondentes pontuaram não ter conhecimento sobre as referidas iniciativas. Neste aspecto, o PPE (2017) recomenda que todos os segmentos dos *campi* devem se apropriar do plano e conhecê-lo para que se obtenha participação ativa para incentivar a permanência e êxito estudantil.

Em seguida, o questionário abordou a frequência de planejamento de estratégias no setor de assistência estudantil para o combate à retenção dos estudantes. Neste quesito, a maioria dos questionados afirmou que há o desenvolvimento dessa atividade de modo frequente, de acordo com o disposto na Tabela 6.

**Tabela 6 — Percentual da medida que há planejamento de estratégias no setor de assistência estudantil**

| <b>Medida de planejamento</b> | <b>%</b>   |
|-------------------------------|------------|
| Frequentemente                | 44,5       |
| Às vezes                      | 33,3       |
| Poucas Vezes                  | 22,2       |
| Nunca                         | 0          |
| Sempre                        | 0          |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>100</b> |

Fonte: Elaborado pela autora.

O PPE (2017) do IFCE eleva o planejamento como um dos pilares para o monitoramento das ações de intervenção para superação da evasão e retenção para equipes profissionais atuantes nos Institutos Federais do Ceará. Dessa forma, o planejamento de atividades é primordial para a prática educativa. Nesse sentido, tal atividade deve ser contínua e sistemática, de modo a atuar em especial na prevenção à retenção discente no *campus*.

O questionário verificou a frequência de realização de atividades para minimizar a problemática da retenção no âmbito da atuação profissional. Constatou-se que os itens “frequentemente” e “às vezes” predominaram nas respostas dos profissionais, conforme apresentado na Tabela 7.

**Tabela 7 — Percentual de frequência de atividades no âmbito da atuação profissional**

| <b>Frequência</b> | <b>%</b>   |
|-------------------|------------|
| Frequentemente    | 44,5       |
| Às vezes          | 44,5       |
| Poucas vezes      | 11         |
| Nunca             | 0          |
| Sempre            | 0          |
| <b>TOTAL</b>      | <b>100</b> |

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar os dados da tabela acima, percebe-se a falta de definição sobre a periodicidade da realização das atividades no combate à retenção na atuação dos profissionais pesquisados, uma vez que a pesquisa apontou a falta de constância nessa atividade específica. Tal informação havia sido constatada em relação aos gestores e coordenadores questionados.

Esse aspecto foi confirmado pela maioria dos alunos retidos dos cursos em análise sobre não haver participado de ações interventivas. Ramalho (2013) comenta que os serviços e iniciativas da assistência estudantil devem ser organizados para apoio ao discente no caminho para a democratização do ensino e favorecimento da permanência do estudante no âmbito escolar.

Em seguida, o questionário buscou verificar os tipos de ações realizadas para combater a retenção no âmbito da atuação dos profissionais. Dentre as tipificações apresentadas no questionário, a proteção social a estudantes em situação de vulnerabilidade social e o acompanhamento acadêmico de estudantes foram os quesitos apontados como os mais realizados pelos questionados, conforme pode ser visualizado no Quadro 9. Vale salientar que mais de uma opção poderia ser marcada e os respondentes, caso desejassem, poderiam se expressar com mais detalhes na opção “outros.”

**Quadro 9 — Tipos de ações realizadas âmbito da atuação profissional**

| <b>Tipos de ações</b>                                                              | <b>Percentual</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Proteção social a estudantes em situação de vulnerabilidade social                 | 77,8%             |
| Acompanhamento acadêmico de estudantes                                             | 77,8%             |
| Promoção a saúde e alimentação saudável                                            | 66,7%             |
| Acompanhamento de estudantes que estão ultrapassando o tempo de conclusão do curso | 44,4%             |
| Outros                                                                             | 11,1%             |

Fonte: Elaborado pela autora.

Os tipos de ações predominantes entre os questionados demonstram consonância com os objetivos da assistência estudantil, como também no que estabelece o Plano de Permanência do IFCE (2017). No entanto, a ação específica “acompanhamento de estudantes que estão ultrapassando o tempo de conclusão do curso” deveria ser uma das mais realizadas entre os profissionais da assistência estudantil, uma vez que representa ação específica de atuação na retenção discente de modo a evitar uma possível evasão. De acordo com Imperiatori (2017, p. 294), a assistência estudantil “se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos.”

O questionário indagou sobre o desenvolvimento de ações para prevenção e acompanhamento dos estudantes retidos na atuação dos profissionais investigados. Os

respondentes afirmaram a predominância de ações de acompanhamento acadêmico, bem como a falta de ações direcionadas no âmbito de sua atuação junto a esses estudantes, conforme pode-se observar a partir das informações fornecidas a seguir:

realizamos o acompanhamento acadêmico, observando notas e frequências dos discentes com auxílios estudantis, e de forma esporádica realizamos atendimentos de situações que nos são encaminhadas, realizando ações de nossa competência, e caso necessário encaminhamos aos setores competentes para intervenção (Profissional B).

Não há ações específicas para esse público, porém quando identificado durante um atendimento é realizada a escuta e o estudante é orientado procurar ajuda em setores específicos, a depender do caso (Profissional C).

As ações são universais. Não há esse diagnóstico (Profissional F).

Acompanhamento de frequência e desenvolvimento acadêmico do aluno (Profissional G).

Diante das ações realizadas, percebeu-se que há algum tipo de atividade que de alguma forma aborda os estudantes em retenção. Contudo, são escassas as ações direcionadas para acompanhamento desses alunos mediante uma atuação articulada e integrada entre os profissionais da equipe de assistência estudantil, como também, com outros setores, inclusive o pedagógico. O plano do IFCE salienta em suas medidas de intervenção a importância da realização de reuniões sistemáticas de planejamento e avaliação da Gestão máxima do ensino com os demais setores. Dessa forma, tal articulação mostra-se essencial para a sensibilização do acompanhamento ao estudante como ação de responsabilidade de todos. É importante ressaltar que as atribuições em questão podem ser compartilhadas em planejamento.

Os profissionais foram questionados sobre as dificuldades enfrentadas na realização de ações interventivas no combate à retenção dos alunos. Neste aspecto, a maioria dos respondentes apontaram a ausência de um trabalho interdisciplinar e intersetorial, bem como a falta de integração e articulação nos atendimentos e acompanhamentos dos alunos retidos, fator que pode ser vislumbrado nas respostas dos participantes:

a carência de ações intersetoriais visando ao combate da retenção e evasão (Profissional A).

Falta planejamento, primeiro não nos é encaminhado de forma organizada e frequente um relatório com os discentes e as possíveis razões identificadas para a retenção, depois não ocorre de forma multidisciplinar e com frequência o planejamento das ações a serem desenvolvidas com esse público. Outra questão é que atualmente a instituição não dispõe de um fluxo, no qual oriente todos os profissionais os caminhos que devem ser seguidos nessa situação, tipo qual o primeiro setor deve ser encaminhado o discente, e ainda não conseguimos realizar

um atendimento integrado ao discente, muitas vezes o discente nos é encaminhado sem histórico dos atendimentos previamente realizados, como também muitas vezes não nos é dada devolutiva da situação do discente ao encaminharmos para outro setor (Profissional B).

Falta socialização e articulação por parte dos setores/profissionais que atuam de forma mais direta com essa demanda (Profissional C).

O trabalho não é interdisciplinar/ intersetorial e não há acompanhamento sistemático para identificar os alunos nessa situação (Profissional F).

A falta de um trabalho multissetorial com planejamentos estratégicos que foquem nesse público (Profissional I).

O depoimento dos profissionais a respeito do tema evidencia a dificuldade da realização de ações com estudantes em situação de retenção. Neste contexto, essa abordagem revelou a ausência de diagnósticos e de planejamento de ações sistematizadas e integradas. Ressalte-se a importância de um trabalho multidisciplinar na equipe da assistência estudantil, assim como o desenvolvimento de uma atuação intersetorial direcionada aos objetivos de acompanhamento da trajetória do estudante na instituição. Essas ações são capazes de pontuar os possíveis obstáculos que interferem nessa trajetória de formação estudantil, como a retenção.

Essas informações reforçam-se com a análise e a interpretação dos dados da pesquisa desenvolvida por Santos no Instituto Federal da Bahia. O estudo indica a “dificuldade de acompanhar o (a) estudante de forma integrada e sistêmica, desde sua entrada no Instituto, sua trajetória, até a conclusão do curso, gera uma incapacidade de se avaliar a efetividade da Política de Assistência Estudantil” (SANTOS, 2019, p. 74).

Enfatiza-se a importância da existência de um fluxo de acompanhamento dos estudantes entre os mais diversos setores estabelecidos na instituição, bem como de um plano de intervenção na retenção discente alinhado à realidade do *campus* Cedro. Iniciativas dessa natureza indicam o caminho a ser seguido nos atendimentos e acompanhamento sistemático dos alunos, possibilitando a execução de ações coordenadas, colaborativas e articuladas entre os profissionais de diferentes esferas de atuação profissional. Araújo (2018, p. 189), ao pesquisar sobre a efetivação da política de assistência estudantil no IFCE *campus* Iguatu constatou que “a atuação intersetorial no atendimento às demandas apresentadas também foi apontada como um desafio significativo no processo de implementação da política.”

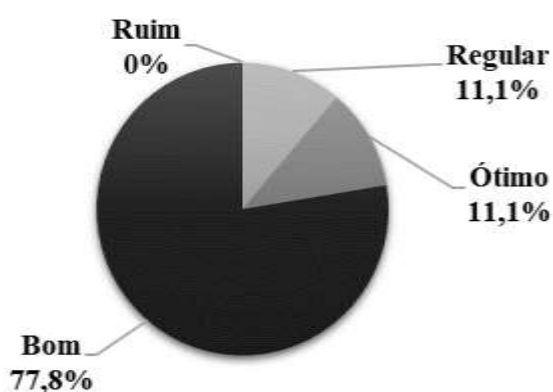
O PPE (2017) representa um plano que contém as ações de intervenção e monitoramento (planejamento, acompanhamento, avaliação) para superação da evasão e retenção. O documento apresenta um rol de medidas de intervenção a serem seguidas pelos

mais diversos setores da instituição nos *campi* do IFCE, com foco nos fatores da retenção individuais do aluno, internos e externos à instituição. A elaboração desse plano teve por objetivo fortalecer o processo de inclusão social e a garantia das condições de permanência e êxito. O PPE enfatiza que devem ser implementadas no âmbito de cada *campus* determinadas ações que visem o fortalecimento da integração entre os mais diversos setores no acompanhamento do desempenho dos estudantes de modo a promover as ações preventivas indicadas no combate à evasão e retenção.

É provável que esse plano seja pouco utilizado e articulado na atuação dos profissionais da assistência estudantil, como também, no âmbito dos gestores e coordenadores dos demais setores de ensino, pesquisa e extensão no *campus* Cedro. Tal evidência se mostra ao levarmos em consideração a baixa frequência de registro de atividades na ferramenta de gestão da PROEN- IFCE. Essa realidade foi observada desde o início do registro dessas atividades (no ano de 2018) até os dias atuais (janeiro 2021) comparada a outros *campi* com características similares às da instituição sob análise na presente pesquisa.

O questionário sondou a avaliação dos serviços e benefícios da Assistência Estudantil sob a perspectiva dos profissionais respondentes. De modo geral, os questionados avaliaram como bom os serviços e benefícios no combate à retenção escolar dos estudantes nos cursos. Tal informação pode ser observada no Gráfico 8, fator que corrobora com a avaliação dos estudantes retidos pesquisados do curso de Licenciatura em Matemática, visto que os estudantes do curso técnico eletrotécnica responderam a esse quesito e consideraram como ótimo essa avaliação.

**Gráfico 8 — Avaliação dos serviços e benefícios da Assistência Estudantil na percepção dos profissionais da assistência estudantil**



Fonte: Elaborado pela autora

No geral, pode-se afirmar que tanto os profissionais da Assistência quanto os estudantes analisados avaliaram positivamente os serviços e benefícios da assistência estudantil na instituição. Esse dado demonstra o reconhecimento da importância da política para combate e prevenção das situações de retenção discente enquanto iniciativa capaz de propiciar a permanência e o êxito estudantil nos cursos. De acordo com o que estabelece o regulamento da Assistência Estudantil do IFCE (2014), constituem-se como um dos princípios da política da instituição a valorização das condições de permanência, êxito e conclusão de curso dos estudantes do ensino técnico e superior, mediante serviços e/ou auxílios.

O questionário aplicado abordou as principais causas da retenção nos cursos de acordo com a visão dos profissionais questionados, conforme demonstrado no Quadro 10. Do total de profissionais respondentes, 88,9% afirmaram que a principal causa da retenção escolar na instituição é o acompanhamento pedagógico e multidisciplinar frágil. Ressalta-se que mais de uma opção poderia ser selecionada, bem como a opção “outros” estava disponível para comentários dos questionados.

**Quadro 10 — Causas da retenção na percepção dos profissionais da assistência estudantil**

| <b>Causas da retenção</b>                                                                                  | <b>Percentual</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Acompanhamento pedagógico e multidisciplinar frágil                                                        | 88,9%             |
| Déficit de aprendizagem dos estudantes nas disciplinas                                                     | 77,8%             |
| Problemas pessoais, familiares e sociais                                                                   | 77,8%             |
| Questões psicológicas e de adoecimento mental dos estudantes                                               | 66,7%             |
| Falta de ações preventivas quanto à retenção e evasão                                                      | 66,7%             |
| Excessivas reprovações nas disciplinas                                                                     | 55,6%             |
| Metodologia dos professores                                                                                | 44,4%             |
| Dificuldade de adaptação à vida acadêmica                                                                  | 44,4%             |
| Relação entre professor e aluno                                                                            | 22,2%             |
| Auxílios estudantis financeiros insuficientes para atender a demanda de todos os estudantes que necessitam | 22,2%             |
| Infraestrutura física, material e tecnológica                                                              | 11,1%             |

|        |    |
|--------|----|
| Outros | 0% |
|--------|----|

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante notar que os profissionais elegeram como principal causa para a retenção um fator interno à instituição, uma vez que o acompanhamento pedagógico e multidisciplinar vulnerável indica que a instituição deve elaborar alternativas para melhoria do acompanhamento ao aluno durante seu percurso acadêmico. Moraes (2015, p. 85) ressalta o fato de que “muitas ações podem ser desenvolvidas para superar os fatores internos, do ambiente institucional, que levam o aluno à retenção, sendo necessária, para tanto, a contribuição de todos os atores.”

Por sua vez, 77,8% dos respondentes consideraram como fator decisivo para a retenção escolar o déficit de aprendizagem dos estudantes nas disciplinas. Também obteve idêntica porcentagem a marcação de problemas pessoais, familiares e sociais. Esse resultado reforça-se com algumas das causas apontadas pelos discentes, gestores e coordenadores questionados nesse estudo dissertativo. Entretanto, é necessário destacar que, independentemente de quais aspectos mais influenciam a retenção discente, não pode-se associá-la a um único fator. Conforme apontado neste estudo, o fenômeno da retenção escolar relaciona-se ao contexto social de inserção do estudante e à forma como ocorre a aprendizagem. Pereira aponta que “a importância do estudo da retenção decorre da gravidade dos efeitos desse fenômeno sobre o estudante, a instituição e a sociedade” (PEREIRA, 2013, p. 139).

Por fim, de maneira similar ao que foi questionado aos gestores e coordenadores, aferiu-se sobre os aspectos de maior contribuição para a permanência e êxito dos estudantes na percepção dos profissionais da assistência estudantil. Acerca disso, aproximadamente 44,5% dos questionados ressaltaram a importância do acompanhamento dos estudantes com problemas como dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento escolar, reprovações e retenções, conforme pode-se depreender na análise do Quadro 11.

**Quadro 11 — O que contribui para permanência e êxito na percepção dos profissionais da assistência estudantil**

| <b>O que contribui para permanência e êxito</b>                                                                 | <b>Percentual</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento, reprovações, retidos no curso | 44,5%             |
| Serviços e auxílios da assistência estudantil                                                                   | 22,2%             |
| Bolsas acadêmicas, monitorias, bolsas de iniciação científica                                                   | 11,1%             |
| Atendimento das necessidades de formação dos alunos                                                             | 11,1%             |
| Estrutura física, material e tecnológica da instituição                                                         | 11,1%             |
| Metodologia dos professores e os conteúdos de ensino                                                            | 0%                |
| Outros                                                                                                          | 0%                |

Fonte: Elaborado pela autora.

Em geral, esse resultado predominante sob a ótica dos profissionais também foi apontado pelos gestores e coordenadores questionados. Essa ênfase no acompanhamento ao aluno destaca o papel da intervenção da instituição para que o aluno permaneça e possa concluir seus estudos com êxito.

Frente a essa problemática, é imprescindível que a gestão institucional garanta o acompanhamento do estudante em sua formação e elabore mecanismos para subsidiar os profissionais na realização das ações interventivas no contexto da retenção escolar. Nesse sentido, reafirma-se que o fenômeno em questão é capaz de interferir diretamente na permanência e conclusão dos alunos nos cursos, fator que pode ocasionar evasão do estudante da instituição.

## 7 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A percepção do discente acerca do fenômeno da retenção escolar possui fundamental importância na elaboração de estratégias de enfrentamento à referida problemática. Por outro lado, a visão dos profissionais atuantes no ambiente educacional sobre as ações desenvolvidas na instituição reforça a necessidade da implementação de ações para acompanhamento dos estudantes retidos. Neste sentido, a presente pesquisa constatou os principais fatores associados à retenção nos cursos analisados, bem como a dificuldade do desenvolvimento de ações no *campus* no combate à retenção discente. Tais aspectos devem ser minimizados por meio do acompanhamento multidisciplinar e intersetorial em favor do aluno retido.

Diante disso, elaborou-se um produto educacional intitulado “Proposta de intervenção educacional para minimizar a retenção escolar no IFCE *campus* Cedro”. O documento foi preparado e organizado com base nas demandas apontadas pelos resultados da pesquisa. A proposta trata-se de um Plano de Intervenção que visa contribuir com sugestões para o desenvolvimento de ações colaborativas para a permanência e o êxito dos estudantes do *campus* Cedro.

O desenvolvimento dessa proposta educacional seguiu as etapas de planejamento, execução, avaliação e validação definidas de acordo com os objetivos propostos e a metodologia adotada nesta pesquisa, conforme demonstrado no Quadro 12. A **etapa do planejamento** consistiu, inicialmente, na análise dos dados da pesquisa, a fim de apropriar-se das reflexões e interpretações sobre a problemática da retenção.

Em seguida, elencou-se as principais demandas para a elaboração do conteúdo da proposta de intervenção institucional. Nesta etapa, foram analisados os fatores associados à ocorrência da retenção na percepção dos discentes dos cursos analisados e as informações relacionadas à problemática da retenção sob a perspectiva dos gestores, coordenadores e profissionais da assistência estudantil em relação ao desenvolvimento das ações de combate a retenção no *campus* Cedro.

**Quadro 12 — Cronograma de atividades do desenvolvimento do produto educacional**

| <b>ETAPA</b>                 | <b>ATIVIDADES</b>                                            | <b>PERÍODO DE EXECUÇÃO</b>     |
|------------------------------|--------------------------------------------------------------|--------------------------------|
| <b>PLANEJAMENTO</b>          | Análise dos resultados da pesquisa                           | Dezembro 2020 á Fevereiro 2021 |
|                              | Seleção das principais demandas encontradas no resultados    | Fevereiro 2021                 |
|                              | Definição e estruturação das ações do plano de intervenção   | Março 2021                     |
|                              | Finalização da versão inicial do produto                     | Abril 2021                     |
| <b>EXECUÇÃO</b>              | Elaboração de convite de apresentação do produto educacional | Abril 2021                     |
|                              | Divulgação da apresentação do produto educacional            | Maio 2021                      |
|                              | Reunião de apresentação da proposta de intervenção           | Maio 2021                      |
| <b>AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO</b> | Construção de questionário de avaliação                      | Maio 2021                      |
|                              | Envio do questionário para os avaliadores                    | Maio 2021                      |
|                              | Análise das respostas do questionário de avaliação           | Junho 2021                     |

Fonte: Elaborado pela autora

Após a realização dessas ações, o produto educacional em questão estruturou e definiu as iniciativas a serem desenvolvidas no plano de intervenção junto aos estudantes retidos. A proposta de intervenção foi produzida em uma versão digital para disponibilização nos canais virtuais de comunicação da instituição. A seguir, a Figura 2 apresenta o exemplo da capa da proposta de intervenção.

**Figura 2 —Capa da proposta de intervenção**



Fonte: Elaborada pela autora

A estrutura do produto educacional corresponde a cada etapa de produção da proposta. O tópico da apresentação situa o leitor a respeito da elaboração da proposta no contexto da pesquisa, como requisito ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, do IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. O tópico da contextualização aborda o tema da retenção escolar na condição de problemática presente nos cursos do IFCE *campus* Cedro. Essa seção também explana o contexto situacional dos cursos pesquisados (conforme dados do Quadro 13), além dos principais resultados obtidos com a presente pesquisa. O material também ressalta a importância da proposta de intervenção no combate à retenção dos cursos do *campus* Cedro.

**Quadro 13 — Contexto situacional dos cursos do IFCE-Cedro**

| <b>Curso</b>                      | <b>Ingressantes</b> | <b>Matriculados</b> | <b>Retidos</b> | <b>Concludentes</b> | <b>Evadidos</b> | <b>Formados</b> |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------------|-----------------|-----------------|
| <b>Técnico em Eletrotécnica</b>   | 35                  | 99                  | 17             | 52                  | 391             | 251             |
| <b>Licenciatura em Matemática</b> | 36                  | 183                 | 43             | 09                  | 297             | 123             |
| <b>Total</b>                      | 71                  | 282                 | 60             | 61                  | 688             | 374             |

Fonte: Elaborado pela autora

Em seguida, o produto educacional elaborado expõe a proposta de ações definidas no combate à retenção. A sugestão de intervenção encontra-se estruturada nas 5 (cinco) propostas expostas a seguir, com um plano de intervenção para cada ação intitulada:

- Ação I - Diagnóstico e apoio ao processo de aprendizagem dos estudantes;
- Ação II- Acompanhamento e prevenção de discentes com reprovações;
- Ação III- Acompanhamento de discentes em conclusão de curso e estágio;
- Ação IV- Suporte à formação acadêmica do discente;
- Ação V - Acolhimento e integração à rotina acadêmica.

A proposta de Ação I aponta os fatores de intervenção na retenção discente, a exemplo do déficit de aprendizagem e das dificuldades de aprendizagem com as matérias e conteúdos ministrados pelo corpo docente da instituição. Na Ação II devem ser desenvolvidas estratégias de prevenção às excessivas reprovações nas disciplinas. Já a Ação III, há indicação de intervenção junto aos estudantes que desenvolvem o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e cumprem o estágio obrigatório. Por outro lado, a Ação IV versa sobre os fatores relativos aos problemas pessoais, familiares e sociais dos alunos e a alta vulnerabilidade social desses indivíduos. Finalmente, a proposta de Ação V aponta a dificuldade de adaptação à vida acadêmica enquanto fator que merece intervenção por parte da unidade de ensino.

No plano de intervenção de cada proposta, são delimitadas as ações sugeridas e a forma que podem ser realizadas. Neste sentido, sendo indicada a frente de atuação para desenvolvimento da intervenção, conforme demonstrado no Quadro 14.

**Quadro 14 — Plano de intervenção da proposta de ação II**

| <b>Fator de Intervenção</b>                   | <b>Ação sugerida</b>                                                                                                     | <b>Como pode ser feito</b>                                                                                                                                                 | <b>Frete de atuação</b>                                                                                         | <b>Período de execução</b> |
|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| <b>Excessivas reprovações nas disciplinas</b> | Diagnóstico das disciplinas com maior índice de reprovações nos cursos                                                   | Identificação das disciplinas com maiores índices de reprovação<br><br>Planejamento de monitorias e grupos de estudo para as disciplinas com maiores índices de reprovação | DIREN, coordenação de ensino, coordenação de curso, docentes                                                    | Semestral                  |
|                                               | Revisão das matrizes curriculares                                                                                        | Grupos de estudo e reuniões para avaliação e discussão dos conteúdos e disciplinas pré-requisitos                                                                          | Coordenação de cursos, Docentes                                                                                 | Anual                      |
|                                               | Verificação periódica dos estudantes com faltas recorrentes e/ou reprovações                                             | Levantamento junto ao sistema Q-Acadêmico do histórico e boletim dos estudantes<br><br>Encaminhamento para acompanhamento social e pedagógico                              | DIREN, coordenação de ensino, coordenação de curso, Docentes, equipe técnica pedagógica, Assistência Estudantil | Semestral                  |
|                                               | Promoção de capacitações com temáticas relacionadas a metodologias de intervenção junto a fatores de reprovação discente | Fóruns, Workshops, Seminários de capacitação para docente e setor pedagógico do campus                                                                                     | DIREÇÃO GERAL, DIREN, DEPPI                                                                                     | Semestral                  |

Fonte: Elaborado pela autora

Por fim, na última etapa de execução do plano elaborado pelo produto educacional em questão são apresentadas as considerações finais sobre todos os aspectos abordados ao longo da proposta. O referido produto apresenta possibilidades de ações e recomendações para melhoria da permanência e êxito dos estudantes na instituição, além das referências bibliográficas utilizadas no material.

Com a primeira versão do produto finalizado, passou-se para a **etapa de execução** da proposta de intervenção. Essa ação iniciou com a elaboração de convite de apresentação do produto educacional (Apêndice E). O referido material foi enviado por *e-mail* aos gestores, coordenadores e profissionais ligados ao ensino. A correspondência eletrônica continha em

anexo uma versão do produto educacional para apreciação prévia, a fim de possibilitar discussões e reflexões a respeito da proposta.

Devido à adoção da medida do distanciamento social em combate à pandemia da Covid 19, a apresentação do referido produto educacional foi realizada por meio de reunião virtual na plataforma *Google Meet*, no dia 05 de maio de 2021, às 9:00h. Neste sentido, optou-se por dividir a reunião em dois momentos: o primeiro para exposição da proposta de intervenção (Figura 3) e o segundo para o compartilhamento de considerações e sugestões acerca da proposta.

**Figura 3 — Tela de exposição da proposta de intervenção pela pesquisador**



Fonte: Elaborado pela autora

No segundo momento da reunião, a proposta foi aprovada por todos os presentes e apontada como uma importante ferramenta para minimizar a retenção no *campus* Cedro. Os presentes afirmaram o compromisso de executar as ações sugeridas na proposta, além de acompanhar a sua eficácia pela comissão de permanência e êxito existente no *campus*, a qual acompanha as medidas de intervenção do Plano de Permanência e Êxito do IFCE.

A aplicabilidade do produto educacional também considera a atuação da pesquisadora na instituição na função de assistente social vinculada ao setor de assistência estudantil. Nesse contexto, foram executadas e acompanhadas parte das ações interventivas contidas na proposta elaborada. Ressalte-se que o referido experimento inicial mostrou-se capaz de

favorecer a permanência e o êxito estudantil, além de demonstrar possibilidades de redução da retenção escolar no *campus* Cedro.

Posteriormente, iniciou-se a **etapa de avaliação e validação do produto** a partir da construção de questionário de avaliação do produto educacional na plataforma virtual de formulários *Google Forms*. O referido material era composto por quatro questões de múltipla escolha e uma questão discursiva, conforme disposto no Apêndice F. Os participantes receberam um *e-mail* convite (Apêndice G) com o *link* de acesso ao questionário eletrônico e a versão do produto educacional em anexo.

O produto foi avaliado por servidores ligados ao ensino inseridos no âmbito de atuação das ações da proposta de intervenção elaborada, incluindo docentes e técnicos administrativos atuantes nos setores técnico pedagógico e de assistência estudantil. O formulário foi enviado a um total de 15 (quinze) profissionais da unidade de ensino em questão; dentre estes, 11 (onze) questionados demonstraram adesão voluntária em responder às indagações constantes no referido material. Salienta-se o respeito ao sigilo e à confidencialidade dos participantes, tendo em vista que as informações obtidas foram utilizadas exclusivamente para o desenvolvimento do produto educacional.

Em seguida, realizou-se a análise das respostas do questionário em relação ao formato (*layout*) e a aparência visual do produto educacional. Nesse quesito, 90,9% dos respondentes da pesquisa avaliaram como ótimo e a opção bom revelou um percentual de 9,1% . Ressalte-se que nenhum dos participantes da avaliação classificou o produto educacional nesse quesito como regular ou ruim. No que diz respeito à linguagem e ao conteúdo apresentado no produto, verificou-se que todos os respondentes do questionário apontaram que a leitura do material permite a compreensão da temática exposta no produto educacional em questão.

Em relação à relevância da temática abordada na proposta de intervenção e a articulação dos objetivos propostos, os resultados demonstraram que esse quesito obteve avaliação positiva, pois a totalidade dos questionados escolheram a opção “sim”. No mesmo sentido, obteve resultado idêntico o quesito que buscou aferir a contribuição das propostas de ações sugeridas no produto educacional. Acerca disto, todos os respondentes indicaram que as propostas apresentadas contribuem para minimizar a problemática da retenção escolar no *campus* Cedro. Finalmente, o último quesito do questionário possibilitou um espaço para que os avaliadores pudessem expor sugestões e considerações acerca do produto educacional. Os resultados são apresentados no Quadro 15.

**Quadro 15 — Resultados da avaliação: sugestões e considerações sobre o produto educacional**

|                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Avaliador 3</b>  | <i>Que o produto educacional possa ser apresentado e divulgado amplamente no campo de aplicação.</i>                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Avaliador 5</b>  | <i>O produto educacional apresentado é um instrumento de fácil compreensão e tem viabilidade de aplicação. Neste momento, é de grande importância a sua aplicação visto que está sendo observado um aumento da retenção e evasão escolar.</i>                                                                       |
| <b>Avaliador 6</b>  | <i>Acredito que o produto educacional final irá contribuir bastante com os dados e a redução dos indicadores de retenção e abandono escolar, favorecendo o sucesso escolar dos discentes. Nesse sentido, considero a proposta inovadora.</i>                                                                        |
| <b>Avaliador 9</b>  | <i>Sugiro que na indicação dos atores para composição da "frente de atuação" sejam mais específicos, estabelecendo-se os responsáveis diretos pela organização/coordenação de cada ação, embora outros servidores participem, é importante estabelecer o(os) responsável(eis) por cada uma das ações propostas.</i> |
| <b>Avaliador 10</b> | <i>O presente produto educacional será um importante instrumento para a tomada de decisão e planejamento das ações futuras no IFCE campus Cedro e potencializa implementar um conjunto de ações que serão concebidas no percurso do trabalho pedagógico para permanência e êxito dos estudantes.</i>                |

Fonte: Elaborado pela autora

Perante os resultados obtidos no processo de avaliação e validação do produto, realizou-se os ajustes necessários na construção da proposta de intervenção. Essa adaptação considera as sugestões e apontamentos indicados no questionário de avaliação, como também as opiniões expostas pelos participantes da reunião de apresentação do produto supracitado, de modo a se finalizar a proposta de intervenção (Apêndice H).

Face ao exposto, observa-se que a proposta apresentada representa uma importante ferramenta para intervenção na problemática da retenção escolar na instituição, apresentando-se como instrumento de trabalho com vias a intervir na realidade da comunidade escolar em questão. Nota-se que a implementação dessa proposta educacional pode abrir espaço para a ampliação da reflexão e do debate acerca dos fatores que afetam diretamente a aprendizagem dos alunos, bem como incrementar os processos relacionados à formação acadêmica. Salienta-se a necessidade de constante acompanhamento e monitoramento das ações propostas no plano de intervenção pela comissão de permanência e êxito do *Campus Cedro*. Ademais, a execução da proposta elaborada deve ser monitorada em reuniões de planejamento e em momentos formativos relacionados à temática da retenção.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a partir da criação dos Institutos Federais possibilitou a interiorização e a ampliação da oferta de educação profissional e acesso ao ensino público no Brasil. A iniciativa proporcionou aos estudantes a aquisição de conhecimentos, saberes e competências profissionais necessárias ao exercício profissional e da cidadania tomando por base os fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais adquiridos em ambiente escolar. Em meio a este cenário destacam-se as problemáticas dos índices elevados de retenção estudantil. Nesse contexto, tal realidade aponta para o desafio institucional de garantia da permanência e êxito dos alunos nessas unidades de ensino.

A retenção escolar mostra-se como um fenômeno presente no âmbito educacional, inclusive nos Institutos Federais. Sabe-se que essa realidade pode levar o estudante a não concluir sua formação, bem como a uma possível evasão. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a retenção escolar nos cursos Técnico em Eletrotécnica e de Licenciatura em Matemática ofertados pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia IFCE *Campus Cedro*.

De acordo com as reflexões e a avaliação dos dados coletados na realização desta pesquisa, os principais fatores associados à retenção nos cursos analisados são capazes de interferir na trajetória acadêmica dos estudantes. A problemática em questão pode estar relacionada a uma diversidade de fatores como: o déficit de aprendizagem dos estudantes nas disciplinas; as dificuldades de aprendizagem com as matérias e conteúdos ministrados; os problemas pessoais, familiares e sociais; as excessivas reprovações nas disciplinas; dificuldades presentes na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso; a realização do estágio e a alta vulnerabilidade socioeconômica dos discentes.

Nota-se que a permanência prolongada dos alunos nos cursos Técnico em Eletrotécnica e Licenciatura em Matemática pode ser causada por diversos fatores individuais inerentes aos estudantes, fatores internos e externos ao ambiente institucional. É evidente que o fenômeno da retenção também guarda relação com o aprendizado do estudante em suas singularidades, bem como ao contexto social, político, econômico e cultural no qual o indivíduo está inserido.

A pesquisa em apreço apontou que gestores, coordenadores e profissionais da assistência estudantil possuem conhecimento do conteúdo e finalidade do plano na superação da evasão e retenção. Não há periodicidade de planejamento e execução de ações direcionadas

à problemática da retenção escolar. Sobressai a inconstância no preenchimento do cadastro das atividades relacionadas na plataforma de acompanhamento do PPE.

Os resultados da presente pesquisa indicam que a instituição sob análise tem seu foco em ações direcionadas apenas ao ensino, descentralizadas da situação de permanência prolongada dos estudantes. Esse aspecto evidencia a baixa frequência na realização de ações articuladas às medidas de intervenção propostas pelo PPE.

Os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários elaborados para este trabalho expõem a dificuldade de acompanhamento multidisciplinar e intersetorial dos alunos retidos na unidade de ensino. Ressalta-se nesse contexto a falta de integração/articulação entre os setores relacionados ao ensino, inclusive da assistência estudantil, para o planejamento estratégico e desenvolvimento de ações para redução do fenômeno da retenção escolar.

Os resultados e as relações obtidos a partir desta dissertação demonstram essencial importância para a análise da política de assistência estudantil ofertada no *campus* como forma de enfrentamento à ocorrência da retenção escolar. A presente investigação pontuou que esta ocorre por meio dos serviços de assistência ao discente prestados pelos profissionais e na forma de auxílios estudantis. A análise das respostas dos profissionais envolvidos evidencia que a atuação no âmbito dos serviços estudantis favorece aos indivíduos em retenção. Frisa-se que esta ação não é direcionada e articulada aos objetivos de prevenção e acompanhamento dos discentes retidos.

Tendo por base a análise da percepção dos discentes retidos dos cursos pesquisados, verificou-se que os auxílios estudantis exercem maior influência na garantia da permanência e do êxito dos alunos na instituição. Essas iniciativas almejam a mitigação dos efeitos da vulnerabilidade social enfrentada pelos alunos, de modo a reduzir as taxas de retenção e evasão escolar. No entanto, comprovou-se por meio da presente pesquisa que a cobertura do atendimento da assistência estudantil do *Campus* aos alunos retidos tem apresentado a tendência de se limitar apenas à proteção social do estudante. Neste cenário, resta evidente a ausência da aplicação de uma proposta de trabalho interdisciplinar/intersetorial na equipe da assistência estudantil capaz de combater a ocorrência da retenção discente.

Com base nas demandas apontadas nos resultados nesta dissertação, foi elaborado um plano de intervenção para o enfrentamento à retenção discente. A proposta tem como foco a problemática nos cursos do IFCE *Campus* Cedro e visa contribuir com sugestões para o desenvolvimento de ações colaborativas com a permanência e o êxito dos estudantes do *Campus*. Desta maneira, considera-se a possibilidade de implementação das ações propostas mediante um esforço coletivo e colaborativo de todos os que atuam na citada unidade

educacional. A execução de tais iniciativas representa tarefa essencial na construção do conhecimento e formação acadêmica dos estudantes. Também possuem fundamental importância o monitoramento e acompanhamento das ações realizadas no plano enquanto parte do planejamento estratégico institucional.

Em última análise há de se destacar que a assistência estudantil ostenta importante papel no combate e prevenção das situações de retenção discente, de modo a favorecer a permanência e o êxito estudantil nos cursos ofertados no *Campus Cedro*. Mostra-se necessária a superação dos entraves enfrentados para a realização desse trabalho intersetorial e multidisciplinar efetivo. É imprescindível a associação de ações de prevenção e acompanhamento dos estudantes em situação de permanência prolongada na instituição. Indicamos a realização frequente de reuniões de planejamento para o aperfeiçoamento da comunicação entre os serviços. Neste sentido, deve ser oportunizada a integração das ações propostas, bem como o apoio ao desenvolvimento de tecnologias da informação como ferramenta de integração no atendimento ao discente.

Cabe destacar para estudos futuros acerca da temática, investigar o impacto da retenção nos cursos de Licenciatura para discentes mulheres em sua trajetória de vida pessoal e profissional, tendo em vista que foi evidente em nossa pesquisa esse público ser maioria entre os retidos do curso de Licenciatura em Matemática. Pode-se ainda apontar como pesquisas futuras, o desafio de analisar o perfil socioeconômico e a influência deste no percurso formativo de jovens e a sua permanência prolongada na instituição, ensejando obstáculos para formação e conclusão dos cursos.

Aponta-se a necessidade de continuidade das discussões acerca do tema no contexto da crise social causada pela pandemia da Covid-19. Com efeito, o modo de vida e a existência na sociedade foram reorganizados e ressignificados em razão da necessidade de isolamento social para se combater a alta capacidade de contaminação e letalidade do novo coronavírus. A educação escolar foi impactada nas formas de ensino e aprendizagem, tendo na tecnologia, o seu principal meio de ofertar o ensino, ocasionando desafios sem precedentes para garantir o acesso e evitar a saída do estudante sem concluir sua formação, elevando mais os índices da evasão.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, W.J de; BRITO, R.A de; TENÓRIO, A.C. Reprovação escolar e implicações para a promoção de uma educação como direito. **VI Colóquio Internacional**, São Cristóvão- Ce, 2012.

AMARAL, Regiane da Silva; NASCIMENTO, Sara Diniz. Diagnóstico situacional da política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico. In: Anais. **Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica**, Maceió: IFAL, 2010.

ANGELUCCI, Carla Biancha; KALMUS, Jaqueline; PAPARELLI; PATTO, Maria Helena Souza. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 51-72, jan./abr. 2004.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor. **Análise da efetividade da política de assistência estudantil do Instituto Federal do Ceará *campus* Iguatu, na garantia das condições de permanência no ensino superior**. 2018. 210f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão do Ensino Superior) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BARBOSA, Raphael Franzoni. **Evasão e reprovação no ensino médio integrado do CEFET-MG *Campus* Leopoldina: uma proposta de manual para a Comissão de Permanência e Êxito**. 2019. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019.

BARCELOS JUNIOR, A. **Retenção discente nos cursos de graduação do centro universitário do norte do Espírito Santo implantados a partir do REUNI**. 2015. 116f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

BRAGA, L. F. H. V. **Fatores de influência no processo de retenção discente: um estudo com alunos de graduação em Ciências Contábeis em uma IES privada**. 2016. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) — Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: DF, 1988.

BRASIL. Decreto 2.734, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o programa nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jul. 2010a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7232.htm) . Acesso em: 02 de jun. de 2020.

BRASIL. Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 jul. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm) . Acesso: em 12 de jan. 2020.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 13 de dez. de 2019.

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 21 de jan. 2020.

BRASIL. Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 out. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm). Acesso em : 21 de jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual para produção e análise de indicadores da rede federal de EPCT**. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17929-analise-indicadores-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17929-analise-indicadores-2014&Itemid=30192). Acesso em: 09 de out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf). Acesso em: 26 de mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes**. MEC/SETEC, Brasília, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 12 de abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. MEC/SETEC, Brasília, 2014. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 12 de abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília (DF): Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/739>. Acesso em: 10 de nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **CORONAVÍRUS (COVID-19)**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 14 de nov. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> . Acesso em: 19 de abr. 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf) . Acesso em: 02 de jun. 2020.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha.** Ano base 2019. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 de mai. 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 6 /2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 06 set. 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192) . Acesso em: 10 de abr.2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria.** 2012. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>. Acesso em: 01 de dez. 2019.

BEZERRA, Carlos Winston Guedes. **Avaliação da política de assistência estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE): a inclusão social enquanto direito dos estudantes do *campus* Cedro.** 2020. 186f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

BRITO, Marlon Santos de Oliveira. Êxito e fracasso escolar nos cursos técnicos subsequentes do *campus* avançado formoso do araguaia, DO IFTO. **VIII Jornada de Iniciação Científica e Extensão do Instituto Federal do Tocantins**, 2017.

BORGES, Liliam Faria Porto. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Educação em Questão**, Natal, v.55, n.45, jul/set, 2017.

CARNEIRO, Adriane Piedade. **Evasão nos Cursos Técnicos Concomitantes: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Patos de Minas.** 2017. 175f. Dissertação (Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação) — Instituto Politécnico do Porto, Minas Gerais, 2017.

CISLAGHI, R. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação.** 2008. 273f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) — Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CORREIA, A. C.; NORONHA, A. B.: Avaliação da Evasão e permanência prolongada em um curso de graduação em Administração de uma Universidade Pública. In: **Seminário de Administração SEMEAD- FEA- USP**, Anais. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2004.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHARLOT, Bernard. **Relação com a escola e o saber nos bairros populares**. Perspectiva. Florianópolis, v.20, n.Especial, p. 17-34, jul./dez.2002.

DAITX, A.C; LOGUERCIO, R.Q; STRACK, R. Evasão e retenção escolar no curso de licenciatura em química do instituto de química da UFRGS. **Investigações em Ensino de Ciências** – v 21 (2), pp. 153-178, 2016. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/111>. Acesso em: 01 de dez. 2019.

DINIZ, Elza Magela Diniz; NOGUEIRA, Vera Lúcia; COSTA, Maria Adélia da Costa. Cursos técnicos subsequentes: Uma análise sobre o fracasso escolar nesta modalidade de Ensino no IFMG Campus Congonhas. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 12, 2019.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 770-89, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf>. Acesso em: 01 de dez. 2019.

EARP, Maria de Lourdes Sá. Antropologia e Educação: um estudo sobre a repetência. **Enfoques**, v. 9, n. 1, 2010.

ESCOTT, C. M.; MORAIS, M. A. C. de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.2012.

EVANGELISTA, Leiliane Lima Almeida. **Retenção discente em cursos de graduação: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2020. 122f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão do Ensino Superior) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al (Org.). **Contextos da educação profissional**. Trabalho público, sindicalismo e educação. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014, (Coleção Formação Pedagógica, v. 2).

FERRETI, Celso João. Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas. In: KUENZER, Acácia Zeneida et al (Org.). Educação profissional: desafios e debates. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014, (**Coleção Formação Pedagógica**, v. 1).

FORNARI, L. T. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, Passo Fundo, p. 112-124, jan./jun. 2010.

GAMA, Esther Nunes Klein. **Obstáculos à formação no ensino superior: um estudo da retenção discente na graduação presencial do Centro de Artes da UFES**. 2015. 213f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

GAIOSO, Natalicia Pacheco de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75f. Dissertação (Mestrado em Educação) —Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GARCIA, Fernanda. **Fatores da (não) permanência e êxito no instituto federal de santa catarina –câmpus tubarão na voz de alunos concluintes e evadidos**. 2020. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** .6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Natália Lacerda. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

GÓIS, Luana Santana. **A repercussão do programa de assistência e apoio aos estudantes na evasão escolar do Instituto Federal da Bahia - campus Porto Seguro**. 2020. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal da Bahia, Salvador, 2020.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> Acesso em: 20 de jan 2021.

IFCE. **IFCE em números**. Fortaleza: IFCE, 2016. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

IFCE. **Histórico do IFCE-Cedro**. Fortaleza: IFCE, 2020. Disponível em: [https://ifce.edu.br/cedro/campus\\_cedro/o-campus](https://ifce.edu.br/cedro/campus_cedro/o-campus) . Acesso em: 15 de jun. 2020.

IFCE. **Ofício-Circular nº 5/2020/PROEN/REITORIA-IFCE**. Fortaleza: IFCE, 2020. Disponível em: <https://ifce.edu.br/> . Acesso: em 14 de dez. 2020.

IFCE. **Ferramenta de Gestão da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)**. Fortaleza: IFCE, 2020. Disponível em: <http://gestaoproen.ifce.edu.br> . Acesso :em 16 de dez. 2020.

IFCE. **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE**. Fortaleza: IFCE, 2017. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proen/ensino/plano-de-permanencia-e-exito.pdf> . Acesso em: 22 de mai. 2020.

IFCE. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletrotécnica**. Cedro: IFCE, 2018. Disponível em: <https://ifce.edu.br/cedro/>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

IFCE. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática**. Cedro: IFCE, 2012. Disponível em Fortaleza: IFCE, 2020. Disponível em: <https://ifce.edu.br/cedro/>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

IFCE. **Resolução 008, 10 de março de 2014**. Aprova o Regulamento de Assistência Estudantil. Fortaleza: IFCE, 2014. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos->

[institucionais/resolucoes/2014/008-aprova-o-regulamento-da-assistencia-estudantil-pdf/view](#) . Acesso em: 02 de jun. 2020.

INEP. **Relatório Censo da Educação Superior 2013**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 03 de maio de 2020.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. **Educação e Pesquisa**, v. 35, n. 3, 2009.

KLEIN, Ruben. Como está a educação no Brasil? O que fazer? **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.51, abr./jun. 2006.

LIBÂNEO, José Calos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Calos. **Didática**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Lílían Martins de. O perfil da retenção nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do *Campus* São Paulo (2014-2017): um estudo preliminar. **IV Congresso de Educação Profissional e Tecnológica – CONEPT**. Araraquara, 2018.

LIMA, Tamara de; SOUZA, Leandro Aparecido de. O fracasso escolar à luz da teoria histórico-cultural: reflexões acerca da culpabilização do aluno. **Colloquium Humanarum**, v. 17, jan/dez, 2020.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

MARKONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Ed. Atlas, 6ª edição, 2003.

MARTINHO, Mailson; COSTA, Edna Maria Mendes Pinheiro; GOMES, Vera Rejane; OLIVEIRA, Lueny Amorim de; LIMA, Maria de Lourdes Silva. Retenção no ensino médio: problemáticas e consequências. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 4, 2019. Disponível em:

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/1496#:~:text=A%20reten%C3%A7%C3%A3o%20C3%A9%20um%20acontecimento,n%C3%ADveis%20e%20modalidades%20de%20ensino>. Acesso em: 22 de mai. 2020.

MEC. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/> . Acesso em: 05 de jun. 2020.

MELO, Ana Danielle de Queiroz; SALDANHA, Sabrina Maria Cordeiro. A retenção dos alunos da Licenciatura em Química do IFCE, campus Quixadá: uma análise. **Educação, Escola e Sociedade**, v. 13, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rees/article/view/1980>. Acesso em: 22 de mai. 2020.

MINAYO, C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26 ed, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MINAYO, Cecília de Sousa. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17(3), p.621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?lang=pt>. Acesso em: 22 de mai. 2020.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Hollos**, ano 23, v.2, 2007.

MORAES, Joana de Paula Boeno. **Retenção discente no centro de ciências humanas e naturais da UFES: o caso do curso de letras-português e geografia**. 2015. 11f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Flávia Alves de Castro. **Evasão no ensino Técnico Profissionalizante: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano- Campus Ceres**. 2019. 145f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal Goiano, Morrinhos, 2019.

PAULILO, André Luiz. A compreensão histórica do fracasso escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.47 n.166, out./dez. 2017.

PEREIRA, Alexandre Severino. **Retenção discente nos cursos de graduação presencial da UFES**. 2013. 164f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

PEREIRA, Tulyana Coutinho Bento; PASSOS, Guiomar de Oliveira. Avaliação da Política de Assistência Estudantil na educação profissional de nível técnico: análise dos indicadores de evasão e retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)-Campus Teresina Central. **Cadernos de Educação**, n.57, jul./dez 2017.

RAMALHO, Ludmila Eleonora Gomes. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. 2013. 164f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

RIBEIRO, Marivone Maria. **Sucesso escolar: desafio dos discentes dos cursos integrados do campus Porto Seguro do IFBA**. 2019. 160f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação ciência e Tecnologia da Bahia, Salvador, 2019.

RIBEIRO, Sérgio Costa. **A pedagogia da repetência**. Estudos Avançados, São Paulo, n.12, v.5, p.7-21, 1991.

RIOS, Rafaela; COSTA, Vânia Medianeira Flores; BIANCHIM, Bruna de Vargas; SANTOS, Rita de Cássia Trindade dos; RODRIGUES, Aline Mendonça. Evasão, retenção e diplomação: ocorrências e motivações. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 11, n. 4, p. 20-39, Edição Especial 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2018v11n4p20>. Acesso em: 01 de dez. 2019.

ROSA, Alcemir Horácio. **ECOS DA EPT- A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS TÉCNICOS: diagnóstico, números e propostas para o fortalecimento do ensino técnico- Um estudo de caso sobre a realidade do IFPI Parnaíba**. 2019. 285f. Dissertação (Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SANTOS, Deribaldo. **Educação profissional: crise e precarização**. Marília: Luta anticapital, 2019.

SANTOS, Felipe Flain Pires; SIMON, Landara Maitê; PINTO, Nelson Guilherme Machado. Retenção e evasão escolar em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **RCA – Revista Científica da AJES**, Juína/MT, v. 9, n. 18, Jan/jun. 2020.

SANTOS, Lília Campos dos. **Análise da política de assistência estudantil nos institutos federais: um estudo comparativo entre o Instituto Federal da Bahia, campus Salvador e do Amapá, campus Macapá**. 2019. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Salvador, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANTOS, T. S. dos; MEDEIROS, C. S.; VALLERIUS, D. M. “O que a escola (re)prova?” - algumas considerações sobre a reprovação escolar. ISSN: 2175-6325 **Vi. En. (Online)**, v.3, n.1, p. 117-131, Iporá, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ifgoiano.edu.br/>. Acesso em: 01 de dez. 2019.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: **Fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, jan./abr., 2007.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e. et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

SILVA, F.I. da; RODRIGUES, J. de P.; BRITO, A. K. A. Retenção escolar no curso de Educação física da Universidade Federal do Piauí. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 5, n. 2, p. 75-96, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6661>. Acesso em: 01 de dez. 2019.

SILVA, Tatiana Oliveira Couto; SANTOS, Álisson de Almeida; CUNHA, Priscila Campos; MAGRONE, Eduardo. Reprovação escolar no ensino médio integrado a educação profissional: uma análise do Instituto Federal Do Paraná (IFPR) – campus Ivaiporã. **Revista Pesquisa em debate e educação**, v. 5, n. 1, 2015.

SILVEIRA, Rozieli Bovolini; MARASCHIN, Mariglei Severo. A Educação Profissional e Tecnológica e as relações da evasão e da retenção: uma análise do perfil do estudante. **Tecnia**,

v.3, n.2, 2018. Disponível em: <http://revistas.ifg.edu.br/tecnia/article/view/247>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **RBPAE** - v. 30, n. 1, p. 181-201, jan/abr. 2014.

TERRA, G. N. **A retenção em cursos do Centro de Ciências Agrárias da UFES: uma análise da percepção da comunidade universitária**. 2015. 162f. Dissertação (Mestrado Gestão Pública) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

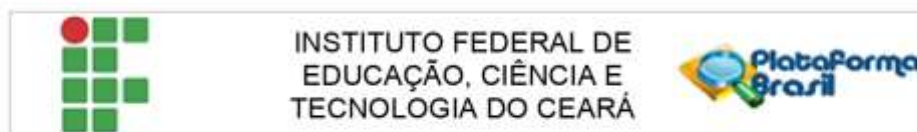
VANZ, Samile Andrea de Souza; PEREIRA, Patrícia Mallmann Souto; FERREIRA, Glória Isabel Sattamini; MACHADO, Geraldo Ribas. Evasão e retenção no curso de Biblioteconomia da UFRGS. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, jul. 2016.

VASCONCELOS, A. L. F. de S.; SILVA, M. N. da. Uma investigação sobre os fatores contribuintes na retenção dos alunos no curso de ciências contábeis em uma IFES: um desafio à gestão universitária. **Registro Contábil**, v. 2, n. 3, p9. 21-34, 2012.

VIEIRA, Alboni Maria Dudeque Pianovski; SOUZA JUNIOR, Antonio de. A Educação Profissional no Brasil. **Interacções**, n.40, 2016.

## ANEXOS

## ANEXO A — PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ANÁLISE DA RETENÇÃO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFCE.

**Pesquisador:** DENISE DE ARAUJO SILVA HOLANDA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 35719020.1.0000.5589

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.229.662

## Apresentação do Projeto:

O projeto está inserido na Área de Estudo de Ciências Humanas. A pesquisa considera que "A retenção escolar é uma problemática presente nas instituições de ensino de todo o país. O fenômeno requer atenção uma vez que interfere no processo ensino aprendizagem e na conclusão dos cursos, sendo um desafio para garantia da permanência e êxito dos estudantes. Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a retenção nos cursos técnico em Eletrotécnica na modalidade subsequente e licenciatura em matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia IFCE campus Cedro e elaborar um plano de intervenção com ações voltadas a prevenção e acompanhamento dos estudantes retidos. A pesquisa será de base qualitativa, cujo percurso metodológico incluirá pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Adotaremos como técnica de coleta de dados o questionário, articulado aos referenciais teóricos priorizados nesse estudo. Farão parte da amostra da pesquisa gestores, coordenadores, profissionais da Assistência Estudantil e estudantes dos cursos objeto de análise. Após coletados, os dados serão analisados e tabulados, destacando-se as categorias mais recorrentes e alinhadas aos objetivos propostos neste estudo. Posteriormente, tendo por base os resultados obtidos, será elaborado um plano de intervenção composto por ações com vias a sua aplicabilidade na retenção discente e contribuição na permanência e êxito dos estudantes do IFCE no campus Cedro."

**Crerios de inclusão:** - Maior de idade; - Interesse e participação voluntária; - Estar regularmente matriculados no Curso Técnico em Eletrotécnica na modalidade subsequente ou Licenciatura em

**Endereço:** Rua Jorge Dumas, nº 1703

**Bairro:** Jardim América

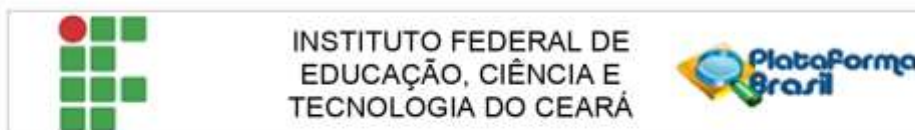
**UF:** CE

**Município:** FORTALEZA

**Telefone:** (85)3401-2332

**CEP:** 60.410-426

**E-mail:** cep@ifce.edu.br



Continuação do Parecer: 4.229.662

Matemática e que estejam em situação de retenção escolar; - Profissionais da equipe multiprofissional que atuam na Assistência Estudantil no campus Cedro; - Servidores (gestores e coordenadores na instituição) responsáveis pelo gerenciamento da execução do Plano de Permanência e Êxito do IFCE no campus Cedro e cadastro das ações em sistema específico do plano.

Crítérios de exclusão: - Menor de idade; - Não ter interesse e não se voluntarizar para participar da pesquisa; - Estudantes regularmente matriculados nos cursos escolhido para o estudo e que não esteja em situação de retenção escolar; - Estudantes que sejam de cursos distintos do objeto de análise; - Servidores na instituição que não são responsáveis pelo gerenciamento e cadastro das ações referentes ao Plano de Permanência e Êxito do IFCE.

#### Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral da pesquisa é "Analisar a retenção nos Cursos Técnico em Eletrotécnica na modalidade subsequente e Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia IFCE campus Cedro e elaborar um plano de intervenção com ações voltadas a prevenção e acompanhamento dos estudantes retidos. Os objetivos específicos daí recorrentes são:

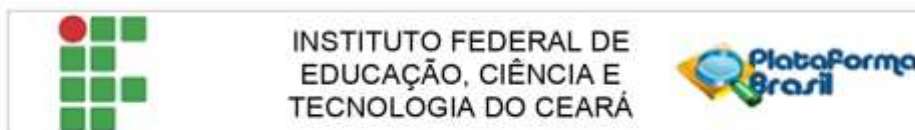
- Identificar e detalhar as causas de retenção dos Cursos Técnico em Eletrotécnica na modalidade subsequente e Licenciatura em Matemática do IFCE - campus Cedro;
- Verificar a articulação entre as ações desenvolvidas com os estudantes retidos e o Plano de Permanência e Êxito do IFCE na realidade do campus Cedro;
- Avaliar até que ponto a assistência estudantil pode contribuir com suas ações para atendimento dos estudantes em situação de retenção escolar."

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a pesquisadora:

"Você não deve participar deste estudo se for menor de 18 anos de idade, não ter interesse e não se voluntarizar para participar da pesquisa, como também, se você considerar que os conteúdos expressos causem algum desconforto em responder as perguntas do questionário. Os riscos advindos desta pesquisa são mínimos, pois preza pelo sigilo ético das informações prestadas pelos participantes e por seu anonimato. Mesmo sendo mínimos, são riscos para a invasão de privacidade e a tomada do tempo ao responder ao questionário. Serão tomadas medidas de minimizar efeitos e possíveis condições adversas, pois será garantido o compromisso em sanar quaisquer dúvidas antes, durante e após aplicação dos questionários, bem como, só realizá-los mediante o expresso consentimento do participante, sendo prestado todas as informações e

|                                           |                                |
|-------------------------------------------|--------------------------------|
| <b>Endereço:</b> Rua Jorge Dumar, nº 1703 | <b>CEP:</b> 60.410-426         |
| <b>Bairro:</b> Jardim América             |                                |
| <b>UF:</b> CE <b>Município:</b> FORTALEZA |                                |
| <b>Telefone:</b> (85)3401-2332            | <b>E-mail:</b> osp@ifos.edu.br |



Continuação do Parecer: 4.229.662

acompanhamentos necessários aos questionados, zelando pela confidencialidade e privacidade das informações e pelo anonimato dos participantes, não divulgando resultados da pesquisa que possam comprometer esses princípios. Permitindo o acesso ao projeto da pesquisa se assim for solicitado, e ainda o esclarecimento da não obrigatoriedade em participar desta pesquisa e seu direito de a qualquer momento encerrar sua participação.”

Eis o benefício apresentado pela pesquisadora:

“O maior conhecimento sobre as especificidades da retenção e compreensão do fenômeno no âmbito acadêmico, contribuindo com dados e informações necessárias para construção de estratégias que sejam realmente efetivas no combate a retenção escolar, permitindo o aprimoramento dos processos de acompanhamento e monitoramento dos estudantes retidos, a fim de contribuir na permanência e êxito dos estudantes do campus Cedro. Assim, haverá o retorno da análise da problemática da retenção, bem como, será proporcionado conhecimento e as bases para subsidiar o desenvolvimento de ações de intervenção para o incentivo à permanência e à promoção acadêmica dos estudantes na instituição.”

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto é uma proposta para uma dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Profept do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os Termos de Apresentação Obrigatória foram anexados à Plataforma Brasil.

#### **Recomendações:**

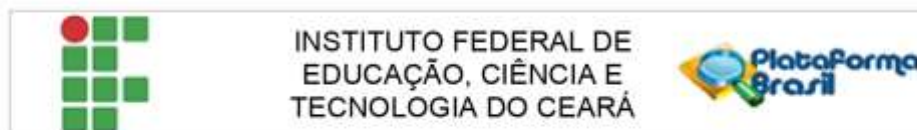
1. Seria interessante que os documentos passassem por uma revisão (em especial no que concerne à pontuação e uso de maiúsculas).
2. No documento intitulado “Informações Básicas do Projeto”, no item “Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro”, lê-se que 98 voluntários participarão da pesquisa. Nas demais seções do documento, afirma-se que 100 voluntários participarão da pesquisa. Solicita-se que haja coerência entre as informações disponibilizadas.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

|                                           |                                |
|-------------------------------------------|--------------------------------|
| <b>Endereço:</b> Rua Jorge Dumar, nº 1703 | <b>CEP:</b> 60.410-426         |
| <b>Bairro:</b> Jardim América             |                                |
| <b>UF:</b> CE <b>Município:</b> FORTALEZA |                                |
| <b>Telefone:</b> (85)3401-2332            | <b>E-mail:</b> osp@ifce.edu.br |



Continuação do Parecer: 4.229.662

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento                                            | Arquivo                                       | Postagem            | Autor                          | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|---------------------|--------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1596792.pdf | 20/07/2020 17:10:25 |                                | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | projeto.pdf                                   | 20/07/2020 17:09:42 | DENISE DE ARAUJO SILVA HOLANDA | Aceito   |
| Outros                                                    | declaracaocompromisso.pdf                     | 20/07/2020 15:50:17 | DENISE DE ARAUJO SILVA         | Aceito   |
| Outros                                                    | declaracaogarantiaresultados.pdf              | 20/07/2020 15:49:20 | DENISE DE ARAUJO SILVA         | Aceito   |
| Outros                                                    | questionarios.pdf                             | 20/07/2020 15:47:27 | DENISE DE ARAUJO SILVA         | Aceito   |
| Outros                                                    | Termo.pdf                                     | 20/07/2020 15:46:03 | DENISE DE ARAUJO SILVA         | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf                                      | 20/07/2020 15:45:36 | DENISE DE ARAUJO SILVA HOLANDA | Aceito   |
| Orçamento                                                 | orcamento.pdf                                 | 20/07/2020 15:44:49 | DENISE DE ARAUJO SILVA         | Aceito   |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | autorizacao.pdf                               | 20/07/2020 15:43:00 | DENISE DE ARAUJO SILVA HOLANDA | Aceito   |
| Cronograma                                                | cronograma.pdf                                | 20/07/2020 15:37:43 | DENISE DE ARAUJO SILVA         | Aceito   |
| Folha de Rosto                                            | folhaderosto.pdf                              | 20/07/2020 15:35:51 | DENISE DE ARAUJO SILVA         | Aceito   |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 21 de Agosto de 2020

Assinado por:  
**PAULO HENRIQUE NOBRE PARENTE**  
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

CEP: 60.410-426

E-mail: osp@ifce.edu.br

## APENDICES

### APÊNDICE A — QUESTIONÁRIO PARA OS ESTUDANTES DO IFCE *CAMPUS* CEDRO

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo principal, analisar a retenção escolar nos cursos técnico em Eletrotécnica e licenciatura em matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia IFCE *Campus* Cedro. Esta pesquisa integra os estudos do Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, havendo o resguardo do sigilo dos participantes e somente a pesquisadora e a orientadora da pesquisa terão conhecimento dos dados.

Sua participação é muito importante para análise da retenção escolar e construção de uma proposta de intervenção para a permanência e êxito dos Estudantes do IFCE *Campus* Cedro. Agradeço antecipadamente a sua participação.

1. Nome Completo

---

2. Matrícula

---

3. Endereço de *E-mail*

---

4. Telefone

---

5. Curso

---

6. Sexo

( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Não quero declarar

7. Idade

( ) 18 a 24 anos

( ) 25 a 29 anos

( ) 30 a 34 anos

( ) 35 a 39 anos

( ) 40 a 49 anos

☐ 50 anos ou mais

8. Raça/Etnia/cor

☐ Preto

☐ Pardo

☐ Branco

☐ Amarelo

☐ Indígena

☐ Não quero declarar

9. A renda mensal de sua família é de:

☐ Até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo R\$ 261,25

☐ Superior a  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo R\$ 261,25

até  $\frac{1}{2}$  do salário-mínimo R\$522,50

☐ Superior a  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo R\$522,50 até 1 salário-mínimo R\$ 1045,00

☐ Superior a 1 salário-mínimo R\$ 1045,00 até 2 salários-mínimos R\$ 2090,00

☐ Mais de dois salários-mínimos R\$ 2090,00

☐ Não possui renda

☐ Renda familiar advinda de programas sociais.

10. Qual(is) principal(is) causas da retenção escolar você identifica no seu curso? (Retenção escolar é quando o estudante está ultrapassando o tempo de conclusão do curso previsto pela instituição e continua matriculado).(Mais de uma opção pode ser marcada)

☐ Dificuldade de adaptação à vida acadêmica.

☐ Questões psicológicas e de adoecimento mental dos estudantes.

☐ Déficit de aprendizagem dos estudantes nas disciplinas.

☐ Problemas pessoais, familiares e sociais.

☐ Excessivas reprovações nas disciplinas.

☐ Metodologia dos professores

☐ Relação entre professor e aluno.

☐ Falta de ações preventivas quanto à retenção e evasão.

☐ Acompanhamento pedagógico e multidisciplinar frágil.

☐ Auxílios estudantis financeiros insuficientes para atender a demanda de todos os estudantes que necessitam.

☐ Infraestrutura física, material e tecnológica.

☐ Outros \_\_\_\_\_

11. Qual o principal motivo de sua retenção escolar e não conclusão do curso?

- ☐ Metodologia dos professores
- ☐ Conteúdos do curso
- ☐ Muitas reprovações nas disciplinas.
- ☐ Não consegui terminar meu trabalho de conclusão de curso.
- ☐ Não consegui realizar o estágio.
- ☐ Dificuldade de aprendizagem, não consigo entender os conteúdos ministrados.
- ☐ Problemas pessoais e de saúde da família.
- ☐ Problemas psicológicos
- ☐ Problemas socioeconômicos
- ☐ Dificuldade de conciliar trabalho e estudo.
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

12. Qual a principal dificuldade que os estudantes do *Campus* Cedro têm enfrentado para concluir seu curso? (Mais de uma opção podem ser marcadas).

- ☐ Dificuldade de deslocamento para a instituição.
- ☐ Dificuldade de conciliar trabalho e estudo.
- ☐ Dificuldades de aprendizagem com as matérias e conteúdos ministrados.
- ☐ Desmotivação para concluir o curso.
- ☐ Dificuldades financeiras
- ☐ Dificuldades com a metodologia dos professores, relação professor aluno.
- ☐ Excessivas reprovações nas disciplinas do curso.
- ☐ Problemas psicológicos
- ☐ Trabalho de conclusão de curso, estágio.
- ☐ Falta de acompanhamento e incentivo da instituição para reduzir a retenção dos estudantes.
- ☐ Falta de ações de intervenção com os estudantes retidos e que não concluíram o curso.
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

11. Você já participou de alguma ação de intervenção promovida pelo *Campus* para os estudantes retidos e que não concluíram o curso?

- ☐ Sim   ☐ Não

13. Em sua opinião, o que favorece a permanência e êxito dos estudantes? (Mais de uma opção podem ser marcadas).

- ☐ Serviços e auxílios da assistência estudantil
- ☐ Bolsas acadêmicas, monitorias, bolsas de iniciação científica.
- ☐ Atendimento das necessidades de formação dos alunos.

☐ Acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento, reprovações, retidos no curso.

☐ Metodologia dos professores e os conteúdos de ensino.

☐ Estrutura física, material e tecnológica da instituição.

☐ Outros \_\_\_\_\_

14. Qual serviço ou benefício da Assistência Estudantil você acredita que mais contribui para minimizar a retenção escolar dos estudantes nos cursos?

☐ Material didático pedagógico

☐ Auxílios estudantis

☐ Restaurante Estudantil

☐ Serviço de Psicologia

☐ Serviço de Enfermagem

☐ Serviço Social

☐ Serviço Odontológico

☐ Coordenação de assuntos estudantis e assistentes de alunos.

☐ Nenhum serviço ou benefício da Assistência Estudantil contribui para reduzir a retenção dos alunos.

☐ Outros \_\_\_\_\_

15. Como você avalia os serviços e benefícios da Assistência Estudantil para superação da retenção escolar dos estudantes nos cursos?

☐ Ruim                      ☐ Regular                      ☐ Bom                      ☐ Ótimo

**APÊNDICE B — QUESTIONÁRIO PARA GESTORES, COORDENADORES DE  
CURSO, COORDENAÇÃO DE ENSINO, COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS  
ESTUDANTIS, COORDENAÇÃO TÉCNICA PEDAGÓGICA DO IFCE *CAMPUS*  
CEDRO.**

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo principal, analisar a retenção escolar nos cursos técnico em Eletrotécnica e licenciatura em matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia IFCE *Campus* Cedro. Esta pesquisa integra os estudos do Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, havendo o resguardo do sigilo dos participantes e somente a pesquisadora e a orientadora da pesquisa terão conhecimento dos dados.

Sua participação é muito importante para análise da retenção escolar e construção de proposta de intervenção para a permanência e êxito dos Estudantes do IFCE *Campus* Cedro. Agradeço antecipadamente a sua participação.

1. Nome Completo

---

2. Endereço de *E-mail*

---

3. Cargo/Função ocupada no IFCE- Cedro

---

4. Sexo

☐ Masculino   ☐ Feminino   ☐ Não quero declarar

5. Idade

☐ 18 a 24 anos

☐ 25 a 29 anos

☐ 30 a 34 anos

☐ 35 a 39 anos

☐ 40 a 49 anos

☐ 50 anos ou mais

7. Raça/Etnia/cor

☐ Preto

☐ Pardo

☐ Branco

☐ Amarelo

☐ Indígena

☐ Não quero declarar

8. Você tem conhecimento das ações de intervenção para superação da evasão e retenção escolar presentes no Plano de Permanência e Êxito do IFCE?

☐ Sim ☐ Não

9. Em que medida há planejamento de estratégias no combate a retenção escolar dos estudantes no *Campus*? (Retenção escolar é quando o estudante está ultrapassando o tempo de conclusão do curso previsto pela instituição e continua matriculado).

☐ Nunca ☐ Poucas vezes ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

10. Com que frequência é realizado o cadastro das atividades na plataforma do Plano de Permanência e Êxito para minimizar a problemática da retenção escolar no *Campus*?

☐ Nunca ☐ Poucas vezes ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

11. Qual(is) tipo(s) de ações são realizadas para combater a retenção escolar dos estudantes no âmbito de sua gestão/coordenação?(Mais de uma opção pode ser marcada).

☐ Ensino - aprendizagem

☐ Currículo

☐ Atendimento e assistência ao educando

☐ Pesquisa e extensão

☐ Formação técnica e profissional

☐ Inclusão e diversidade

☐ Infraestrutura física, material, tecnológica.

☐ Não são realizadas ações para atuação na retenção dos alunos.

☐ Outros \_\_\_\_\_

12. Qual(is) ações são desenvolvidas para prevenção e acompanhamento dos estudantes retidos no âmbito de sua gestão/coordenação?

---

13. Qual(is) dificuldade(s) você identifica para realizar ações de intervenção na retenção escolar dos alunos?

---

14. Qual(is) a(s) principais causas da retenção escolar dos estudantes você identifica nos cursos ofertados pelo *Campus* Cedro?

☐ Dificuldade de adaptação à vida acadêmica.

☐ Questões psicológicas e de adoecimento mental dos estudantes.

- ☐ Déficit de aprendizagem dos estudantes nas disciplinas.
  - ☐ Problemas pessoais, familiares e sociais.
  - ☐ Excessivas reprovações nas disciplinas.
  - ☐ Metodologia dos professores
  - ☐ Relação entre professor e aluno.
  - ☐ Falta de ações preventivas.
  - ☐ Acompanhamento pedagógico e multidisciplinar frágil.
  - ☐ Auxílios estudantis financeiros insuficientes para atender a demanda de todos os estudantes que necessitam.
  - ☐ Falta de Infraestrutura física, material e tecnológica.
  - ☐ Outros \_\_\_\_\_
15. Em sua opinião, o que mais contribui para a permanência e êxito dos estudantes?
- ☐ Serviços e auxílios da assistência estudantil.
  - ☐ Bolsas acadêmicas, monitorias, bolsas de iniciação científica.
  - ☐ Atendimento das necessidades de formação dos alunos.
  - ☐ Acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento, reprovações, retidos no curso.
  - ☐ Metodologia dos professores e os conteúdos de ensino.
  - ☐ Estrutura física, material e tecnológica da instituição.
  - ☐ Outros \_\_\_\_\_

**APÊNDICE C — QUESTIONÁRIO PARA OS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA  
ESTUDANTIL DO IFCE *CAMPUS* CEDRO.**

Prezados(as)

Bom dia!

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo principal, analisar a retenção escolar nos cursos técnico em e licenciatura em matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia IFCE *Campus* Cedro. Esta pesquisa integra os estudos do Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, havendo o resguardo do sigilo dos participantes e somente a pesquisadora e a orientadora da pesquisa terão conhecimento dos dados.

Sua participação é muito importante para análise da retenção escolar e construção de proposta de intervenção para a permanência e êxito dos Estudantes do IFCE *Campus* Cedro. Agradeço antecipadamente a sua participação.

1. Nome Completo

---

2. Endereço de *E-mail*

---

3. Cargo/Função ocupada no IFCE- Cedro

---

4. Sexo

☐ Masculino   ☐ Feminino   ☐ não quero declarar

5. Idade

☐ 18 a 24 anos

☐ 25 a 29 anos

☐ 30 a 34 anos

☐ 35 a 39 anos

☐ 40 a 49 anos

☐ 50 anos ou mais

6. Raça/Etnia/cor

☐ Preto

☐ Pardo

☐ Branco

☐ Amarelo

☐ Indígena

☐ Não quero declarar

7. Você tem conhecimento das ações de intervenção para superação da evasão e retenção escolar presentes no Plano de Permanência e Êxito do IFCE relacionadas a seu exercício profissional? (Retenção escolar é quando o estudante está ultrapassando o tempo de conclusão do curso previsto pela instituição e continua matriculado).

☐ Sim ☐ Não

8. Em que medida há planejamento de estratégias no combate a retenção escolar dos estudantes no setor de Assistência Estudantil?

☐ Nunca ☐ Poucas vezes ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

9. Com que frequência é realizada atividades para minimizar a problemática da retenção escolar no âmbito de sua atuação profissional no *Campus*?

☐ Nunca ☐ Poucas vezes ☐ Às vezes ☐ Frequentemente ☐ Sempre

10. Qual(is) tipo(s) de ações são realizadas para combater a retenção escolar dos estudantes no âmbito de sua atuação profissional no *Campus*?

☐ Proteção social a estudantes em situação de vulnerabilidade social.

☐ Acompanhamento acadêmico de estudantes.

☐ Promoção a saúde e alimentação saudável.

☐ Orientação profissional e rotinas de estudo.

☐ Inclusão e diversidade

☐ Acompanhamento de estudantes que estão ultrapassando o tempo de conclusão do curso.

☐ Não são realizadas ações de intervenção específicas para os estudantes retidos no âmbito de minha atuação profissional.

☐ Outros \_\_\_\_\_

11. Qual(is) ações no âmbito de sua atuação profissional são desenvolvidas para prevenção e acompanhamento dos estudantes retidos?

---

12. Qual(is) dificuldade(s) você identifica para realizar ações de intervenção na retenção escolar dos alunos?

---

13. Como você avalia os serviços e benefícios da Assistência Estudantil para combate a retenção escolar dos estudantes nos cursos?

☐ Ruim   ☐ Regular   ☐ Bom   ☐ Ótimo

14. Qual(is) principais causas da retenção escolar você identifica nos cursos ofertados pelo *Campus Cedro*?

- ☐ Dificuldade de adaptação à vida acadêmica.
- ☐ Questões psicológicas e de adoecimento mental dos estudantes.
- ☐ Déficit de aprendizagem dos estudantes nas disciplinas.
- ☐ Problemas pessoais, familiares e sociais.
- ☐ Excessivas reprovações nas disciplinas.
- ☐ Metodologia dos professores
- ☐ Relação entre professor e aluno.
- ☐ Falta de ações preventivas .
- ☐ Acompanhamento pedagógico e multidisciplinar frágil.
- ☐ Auxílios estudantis financeiros insuficientes para atender a demanda de todos os estudantes que necessitam.
- ☐ Falta de Infraestrutura física, material e tecnológica.
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

15. Em sua opinião, o que contribui para a permanência e êxito dos estudantes?

- ☐ Serviços e auxílios da assistência estudantil.
- ☐ Bolsas acadêmicas, monitorias, bolsas de iniciação científica.
- ☐ Atendimento das necessidades de formação dos alunos.
- ☐ Acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento, reprovações, retidos no curso.
- ☐ Metodologia dos professores e os conteúdos de ensino.
- ☐ Estrutura física, material e tecnológica da instituição.
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

## APENDICE D — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da pesquisa:** Análise da Retenção: uma proposta de intervenção para a promoção da permanência e êxito dos estudantes do IFCE.

**Nome do(s) responsável(is):** Denise de Araújo Silva Holanda (pesquisadora principal);  
Profa. Dra. Heloísa Beatriz Cordeiro Moreira (orientadora).

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

### **Justificativa e objetivos:**

A retenção e evasão são problemas que atingem várias modalidades de ensino, e existem dificuldades da redução da incidência e de seus efeitos, principalmente na formação e capacitação de estudantes, pois no caso da retenção, há uma interrupção do avanço do discente dentro das etapas de formação acadêmica. Sendo uma dificuldade identificar as causas da retenção e como estas afetam a vida dos alunos e das instituições de ensino.

Diante disso, a relevância desta pesquisa está em propiciar uma análise da retenção dos cursos técnico em Eletrotécnica na modalidade subsequente e licenciatura em matemática do IFCE - *campus* Cedro, desvendando a problemática, contribuindo com elaboração de um plano de intervenção com ações voltadas a prevenção e acompanhamento dos estudantes retidos. E especificamente, identificar e detalhar as causas de retenção nesses cursos do IFCE - *campus* Cedro; verificar a articulação entre as ações desenvolvidas com os estudantes retidos e o Plano de Permanência e Êxito do IFCE na realidade do *campus* Cedro; avaliar até que ponto a assistência estudantil pode contribuir com suas ações para atendimento dos estudantes em situação de retenção escolar.

### **Procedimentos:**

Participando do estudo você está sendo convidado a responder um questionário elaborado no serviço gratuito de formulários *online* (Google Forms), que versa sobre a temática da retenção. O questionário, com 10 a 15 perguntas, terá a duração máxima de 20 minutos, sendo encaminhado via endereço eletrônico (*e-mail*) e retornarão pela mesma via de comunicação, ou outro tipo de veículo de correspondência mais conveniente às suas necessidades. O nome do participante não será identificado, sendo substituído por codinomes, letras e/ou números. Os dados coletados serão armazenados em arquivos de computador e no drive (armazenamento de arquivos online) da pesquisadora, durante cinco anos, tempo que estarão disponíveis a qualquer consulta pelos envolvidos na pesquisa diretamente (pesquisadores e participantes). Após esse período, serão descartados sem prejuízo para as partes envolvidas.

### **Desconfortos e riscos:**

Você não deve participar deste estudo se for menor de 18 anos de idade, não ter interesse e não se voluntariar para participar da pesquisa, como também, se você considerar que os conteúdos expressos causem algum desconforto em responder as perguntas do questionário. Os riscos advindos desta pesquisa são mínimos, pois preza pelo sigilo ético das informações prestadas pelos participantes e por seu anonimato. Mesmo sendo mínimos, são riscos para a invasão de privacidade e a tomada do tempo ao responder ao questionário. Serão

tomadas medidas de minimizar efeitos e possíveis condições adversas, pois será garantido o compromisso em sanar quaisquer dúvidas antes, durante e após aplicação dos questionários, bem como, só realizá-los mediante o expreso consentimento do participante, sendo prestado todas as informações e acompanhamentos necessários aos questionados, zelando pela confidencialidade e privacidade das informações e pelo anonimato dos participantes, não divulgando resultados da pesquisa que possam comprometer esses princípios. Permitindo o acesso ao projeto da pesquisa se assim for solicitado, e ainda o esclarecimento da não obrigatoriedade em participar desta pesquisa e seu direito de a qualquer momento encerrar sua participação.

**Benefícios:**

O maior conhecimento sobre as especificidades da retenção e compreensão do fenômeno no âmbito acadêmico, contribuindo com dados e informações necessárias para construção de estratégias que sejam realmente efetivas no combate a retenção escolar, permitindo o aprimoramento dos processos de acompanhamento e monitoramento dos estudantes retidos, a fim de contribuir na permanência e êxito dos estudantes do *campus* Cedro. Assim, haverá o retorno da análise da problemática da retenção, bem como, será proporcionado conhecimento e as bases para subsidiar o desenvolvimento de ações de intervenção para o incentivo à permanência e à promoção acadêmica dos estudantes na instituição.

**Acompanhamento e assistência:**

O participante terá o direito em qualquer momento da pesquisa, acesso sobre as informações do projeto, sendo facultado a sua participação e sua interrupção se assim desejar, sem haver prejuízos. No decorrer da pesquisa, e após seu encerramento ou interrupção, terá o participante a prestação de assistência em esclarecimentos, dúvidas ou informações, acerca do desenvolvimento da pesquisa, bem como, a viabilização de acompanhamento da área médica, caso indique-se necessidade de intervenção. Estará a pesquisadora disponível para prestar a devida assistência e tomar providências cabíveis para efetivação da mesma.

**Sigilo e privacidade:**

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

**Ressarcimento e Indenização:**

Você terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e à indenização pelos danos resultantes desta, nos termos da Lei.

**Contato:**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores Denise de Araújo Silva Holanda, IFCE *campus* Cedro, Setor de Serviço Social, Alameda José Quintino s/n, Prado, Cedro-CE, telefone (88) 994975244 ou *e-mail*: denise.sholanda@gmail.com, e/ou a professora orientadora da pesquisa, Profa. Dra. Heloísa Beatriz Cordeiro Moreira, IFCE *campus* Fortaleza, avenida treze de maio, S/N, Bairro de Fátima, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, telefone (85) 999142981email: heloisa.beatriz@ifce.edu.br.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs as 17:00hs no IFCE Reitoria - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; fone (85) 34012332 *e-mail*: cep@ifce.edu.br.

**Consentimento livre e esclarecido:**

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do(a) participante:

\_\_\_\_\_

Contato telefônico (opcional):

\_\_\_\_\_

*e-mail* (opcional):

\_\_\_\_\_

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Responsabilidade do Pesquisador:**

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 510/2016 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Nome do(a) pesquisador(a):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

[Assinatura do(a) pesquisador(a)]

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**APÊNDICE E — CONVITE DE APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL**



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE  
Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT

---

**Convite**  
**Apresentação de produto educacional**

**Tema:** Proposta de intervenção educacional para minimizar a retenção escolar no IFCE – campus Cedro

**Apresentação:** Denise de Araújo Silva Holanda

**Data:** 05/05/2021 às 09:00

**Local:** [meet.google.com/wmf-wvvp-uze](https://meet.google.com/wmf-wvvp-uze)

## APÊNDICE F — QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Este é um questionário para avaliação e validação do produto educacional intitulado “Proposta de intervenção educacional para minimizar a retenção escolar no IFCE *campus* Cedro”, como parte dos requisitos do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, do IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Agradecemos antecipadamente sua participação. Suas respostas são de fundamental importância para o desenvolvimento do produto.

Endereço de *e-mail*

---

Cargo/função ocupada

---

1. Em relação ao formato (layout) e a aparência visual do produto educacional, este é:

- ☐ Ótimo
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim

2. A linguagem e o conteúdo apresentado no produto permitem a compreensão do tema?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Parcialmente

3. A temática abordada no produto educacional é relevante e está articulada a seus objetivos?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Parcialmente

4. As propostas de ações sugeridas no produto educacional podem contribuir para minimizar os índices da retenção escolar no IFCE *campus* Cedro?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Parcialmente

5. Sugestões/considerações

---

## Apêndice G — E-mail convite para participação em avaliação do produto educacional



Denise de Araujo Silva Holanda <denise.holanda@ifce.edu.br>

### Colaboração em Avaliação de produto educacional

1 mensagem

Denise de Araujo Silva Holanda <denise.holanda@ifce.edu.br>

8 de maio de 2021 08:38

Prezados (as)

Você está sendo convidado(a) a participar da **avaliação do meu produto educacional** intitulado "*Proposta de intervenção educacional para minimizar a retenção escolar no IFCE campus Cedro*".

A presente proposta em anexo foi elaborada com base nos resultados da dissertação denominada "Análise da retenção escolar: uma proposta de intervenção para a promoção da permanência e êxito dos estudantes do IFCE".

**Link para responder o questionário de avaliação do produto educacional:** <https://forms.gle/vKJ6BhKPyN1KeXsh9>

Sua participação é muito importante para o desenvolvimento do produto educacional. Agradeço antecipadamente.

**Observação:** O questionário possui 04 questões de múltipla escolha e 01 questão para sugestões/considerações caso julgue necessário responder.

Atenciosamente

—

**Denise de Araújo Silva Holanda**  
Assistente Social - IFCE Campus Cedro  
CRESS: 8436

Produto\_Educacional\_Denise\_Holanda 2021.pdf  
630K

## Apêndice H — Produto Educacional



### **PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL PARA MINIMIZAR A RETENÇÃO ESCOLAR NO IFCE CAMPUS CEDRO**



**DENISE DE ARAÚJO SILVA HOLANDA**

PRODUTO EDUCACIONAL

**PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL PARA MINIMIZAR A  
RETENÇÃO ESCOLAR NO IFCE CAMPUS CEDRO**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ –  
IFCE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA - PROFEPT

AUTORA

DENISE DE ARAÚJO SILVA HOLANDA

ORIENTADORA

PROFA. DRA. HELOÍSA BEATRIZ CORDEIRO MOREIRA

FORTALEZA

2021

## EXPEDIENTE TÉCNICO

ORGANIZAÇÃO: DENISE DE ARAÚJO SILVA HOLANDA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: FRANCISCO HOLANDA NUNES JUNIOR

## FICHA CATALOGRÁFICA

HOLANDA, Denise de Araújo Silva

Proposta de intervenção educacional para minimizar a retenção escolar no IFCE campus Cedro/Denise de Araújo Silva Holanda; Orientadora: Dra. Heloisa Beatriz Cordeiro Moreira. Fortaleza: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ / IFCE, 2021, 23p.

**SUMÁRIO**

|                                                         |    |
|---------------------------------------------------------|----|
| <u>APRESENTAÇÃO</u> .....                               | 5  |
| <u>CONTEXTUALIZAÇÃO</u> .....                           | 7  |
| <u>PROPOSTA DE AÇÕES PARA COMBATER A RETENÇÃO</u> ..... | 12 |
| <u>Proposta de ação – I</u> .....                       | 12 |
| <u>Proposta de ação – II</u> .....                      | 14 |
| <u>Proposta de ação – III</u> .....                     | 16 |
| <u>Proposta de ação – IV</u> .....                      | 18 |
| <u>Proposta de ação - V</u> .....                       | 20 |
| <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u> .....                       | 22 |
| <u>REFERÊNCIAS</u> .....                                | 23 |

## APRESENTAÇÃO

A presente proposta de intervenção educacional para minimizar a retenção escolar no IFCE *campus* Cedro, foi elaborada com base nos resultados da dissertação intitulada “Análise da retenção escolar: uma proposta de intervenção para a promoção da permanência e êxito dos estudantes do IFCE”. Sendo um produto educacional desenvolvido como requisito obrigatório ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, do IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

A proposta trata-se de um Plano de Intervenção que é um documento técnico composto por um conjunto de medidas a serem realizadas para uma intencionalidade de ação humana, isto é, intervir em uma dada realidade conforme demanda específica. Essa proposta visa contribuir com sugestões para o desenvolvimento de ações colaborativas para a permanência e êxito dos estudantes do *campus*.

As ações descritas nessa proposta abrangem os fatores associados a ocorrência da retenção na percepção dos discentes dos cursos Técnico em Eletrotécnica e Licenciatura em Matemática, além disso, contém informações relacionadas a problemática na visão de gestores, coordenadores e profissionais da assistência estudantil. No entanto, a realidade apresentada nesse produto educacional não busca esgotar toda a temática, abrindo espaço para a ampliação da reflexão e do debate acerca dos fatores que afetam diretamente a aprendizagem dos alunos e os processos relacionados a formação acadêmica, como também, o papel da instituição em combater a retenção como fator que pode levar a saída definitiva do estudante da instituição, ou seja, a evasão.

Assim, a estruturação e definição das ações do plano de intervenção foram elaboradas conforme as demandas encontradas nos resultados. Por conseguinte, como etapa de desenvolvimento do plano, este será apresentado a gestão do *campus* para avaliação e validação da proposta e dessa forma contribuir para a integração dos profissionais de diferentes setores na atuação junto a problemática da retenção escolar, favorecendo assim o êxito dos estudantes na formação e conclusão dos cursos. Vale destacar que o monitoramento e acompanhamento das ações



favorecendo assim o êxito dos estudantes na formação e conclusão dos cursos. Vale destacar que o monitoramento e acompanhamento das ações são de fundamental importância na execução do plano como parte do planejamento estratégico institucional.

A apresentação deste produto está estruturada em 05 propostas, abrangendo um total de 18 ações elaboradas com base nas reflexões e análises dos resultados da pesquisa. Dessa forma, espera-se que as atividades possam ser desenvolvidas mediante um esforço coletivo e colaborativo de todos os atores que atuam no âmbito educacional na construção do conhecimento e formação acadêmica dos estudantes.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A retenção se refere à questão do tempo prolongado de permanência do estudante para conclusão do curso, tendo em vista que o tempo previsto de sua saída tenha terminado, e ainda continua matriculado (Brasil, 1996). Reconhecemos a retenção como uma problemática que merece atenção das instituições escolares, pois interfere na trajetória acadêmica, podendo levar o estudante a não concluir sua formação e ainda a uma possível evasão<sup>1</sup> escolar.

É possível observar que a retenção está inserida no contexto social da vida dos estudantes dos Institutos Federais, sendo muitos os fatores que interferem no processo formativo, sendo importante que sejam utilizadas ferramentas de ampliação do acesso, permanência e conclusão nos cursos ofertados pela instituição.

No ano de 2019, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE *campus* Cedro apresentou taxas de retenção<sup>2</sup> nos cursos técnicos e superiores de 21,28 e 17,3%, respectivamente. Esses dados representam o percentual de alunos que não concluíram seus cursos no tempo previsto pela instituição, sendo um dos problemas que atingem várias modalidades de ensino, havendo dificuldades em reduzir a incidência e seus efeitos, principalmente na formação e capacitação de estudantes, pois há uma interrupção do avanço do discente dentro das etapas de formação acadêmica.

Frente a essa realidade, realizamos a pesquisa no IFCE *campus* Cedro, objetivando a análise da retenção escolar nos cursos técnicos em Eletrotécnica e Licenciatura em Matemática. Dessa forma, a escolha dos cursos se deu pelos índices elevados de retenção, ou seja, ultrapassando o limite de conclusão dos cursos previstos pela instituição no semestre letivo 2019.1<sup>3</sup>.

Dessa forma, para a elaboração dessa proposta de intervenção educacional, levamos em consideração os resultados obtidos no estudo, mediante análise documental e de dados coletados através da aplicação de questionários *online* a estudantes em situação de retenção nos dois cursos, gestores, coordenadores e profissionais da assistência estudantil, articulados ao referencial teórico adotado no estudo.

<sup>1</sup> A evasão é a interrupção no ciclo de estudos, provocado pela saída dos estudantes da instituição, sem concluir o curso, trazendo consequências graves de ordem social, acadêmico e econômico (Gaio, 2005).

<sup>2</sup> Dados coletados da Plataforma Nilo Peçanha, ano base 2019. Essa plataforma é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, disponível em <http://plataformanilopecaha.mec.gov.br/>.

<sup>3</sup> Dado coletado na plataforma do IFCE números com referência ao semestre letivo 2019.1

Para o diagnóstico da retenção, foi realizado um levantamento do contexto situacional dos cursos (Quadro 1), mediante os dados constantes no sistema acadêmico da instituição (Q-acadêmico), no período de outubro a novembro de 2020, tendo por base os relatórios dos estudantes regularmente matriculados no semestre letivo 2020.1.

**Quadro 1 – Contexto situacional dos cursos do IFCE-Cedro**

| Curso                             | Ingressantes | Matriculados | Retidos | Concluintes | Evadidos | Formados |
|-----------------------------------|--------------|--------------|---------|-------------|----------|----------|
| <b>Técnico em Eletrotécnica</b>   | 35           | 99           | 17      | 52          | 391      | 251      |
| <b>Licenciatura em Matemática</b> | 36           | 183          | 43      | 09          | 297      | 123      |
| <b>Total</b>                      | 71           | 282          | 60      | 61          | 688      | 374      |

Fonte: Q- Acadêmico, 2020.

Neste sentido, foi possível identificar o quantitativo de estudantes que se mantinham matriculados ultrapassando o tempo de integralização do curso, aferindo-se a taxa de retenção<sup>4</sup> de 17,17% para o Técnico em Eletrotécnica e de 23,49% no curso superior de Licenciatura em Matemática, percentuais que incidem diretamente na taxa de conclusão dos referidos cursos e consequente permanência e êxito dos estudantes.

Para a elaboração dessa proposta de intervenção educacional, levamos em consideração os resultados obtidos no estudo, mediante pesquisa bibliográfica, no qual adotou-se referenciais teóricos de autores que tratam da temática abordada em artigos, livros, dissertações e teses. Também foi realizada análise documental de documentos oficiais, públicos de abrangência nacional, regional e local, ligados a temática de retenção escolar, tais como, o Plano de Permanência e Êxito do IFCE, planos de curso e o banco de dados presente no Sistema de Registro Acadêmico (Q-acadêmico) na Instituição. E na obtenção de dados da realidade investigada, aplicou-se um questionário eletrônico enviado por e-mail aos participantes da pesquisa, com o intuito de obter as respostas que subsidiem o conhecimento da população pesquisada para compreensão do fenômeno da retenção.

<sup>4</sup> A Taxa de retenção é igual ao número de estudantes retidos no curso dividido pelo número total de estudantes matriculados no semestre específico de um dado curso, multiplicado por 100. A referida taxa tem como base no manual para cálculo dos Indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (BRASIL, 2016).

Os participantes da pesquisa<sup>5</sup> compreenderam os estudantes dos cursos Técnico em Eletrotécnica e Licenciatura em Matemática, sendo a amostra composta de 17 discentes retidos do Técnico e 43 do curso de Licenciatura, que estavam em situação de retenção. Em relação a devolutiva dos questionários eletrônicos por parte dos sujeitos pesquisados, obtivemos 37 respondentes do curso de Licenciatura em Matemática e 07 do curso técnico em Eletrotécnica.

Além disso, foram selecionados como sujeitos da pesquisa, os servidores (gestores e coordenadores) na instituição pesquisada que coordenam as ações e preenchem a ferramenta de acompanhamento do Plano de Permanência e Êxito do IFCE<sup>6</sup> no *Campus* Cedro, perfazendo a amostra de 10 servidores para a pesquisa. Também, participaram da pesquisa, os profissionais que atuam na Assistência Estudantil do *Campus* e compõem a equipe multiprofissional, abrangendo a amostra todos os profissionais que prestam assistência aos discentes no âmbito de atuação na Política. No que diz respeito a devolutiva dos questionários por parte dos pesquisados supracitados, tivemos 08 respondentes para os gestores e coordenadores e 09 dos profissionais da Assistência.

Assim, após a pesquisa de campo, os dados foram ordenados e classificados mediante a utilização de gráficos, quadros e tabelas. Em seguida realizamos a compreensão e interpretação dos dados articulados ao marco teórico adotado no estudo, as informações adquiridas da análise documental, elaborando uma síntese com a apropriação das reflexões e interpretações acerca do objeto investigado.

O estudo realizado no *campus* Cedro sobre a retenção escolar nos cursos técnico e superior acima descritos, apontaram que a ocorrência do fenômeno na percepção dos discentes retidos pode estar associada a fatores individuais dos estudantes, internos e externos à instituição com base na categorização do Plano de Permanência e Êxito do IFCE<sup>7</sup> de 2017, como:

- o déficit de aprendizagem dos estudantes nas disciplinas
- os problemas pessoais, saúde familiar e sociais

<sup>5</sup> Não foram considerados participantes dessa pesquisa, os cursos de graduação de criação recente por não propiciar a amplitude dos dados na questão temporal, e os técnicos integrados por abrangerem estudantes menores de 18 anos.

<sup>6</sup> O acompanhamento do Plano de Permanência e Êxito (PPE) do IFCE é realizado pela Pró-Reitoria de Ensino através dos dados disponibilizados pelos *campi*. Assim, para possibilitar o acompanhamento da execução do Plano, a Pró-Reitoria de Ensino disponibilizou o projeto "Acompanhamento PPE" em sua ferramenta de gestão de projetos, no qual os usuários para utilizá-la, precisam se logar como usuário para cadastrar as atividades realizadas (BRASIL, 2020).

<sup>7</sup> O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) publicou seu plano estratégico em 2017, intitulado "Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE" com vigência de 2017-2024, com o objetivo de fortalecimento da qualidade do ensino através de ações de incentivo à permanência e à promoção acadêmica em todos os *campi* do IFCE.

- as dificuldades de aprendizagem com as matérias e conteúdos ministrados
- as excessivas reprovações nas disciplinas
- o término do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)<sup>8</sup> e estágio
- a alta vulnerabilidade socioeconômica<sup>9</sup> dos estudantes

Um outro fator que também foi apontado pelos discentes retidos, diz respeito as ações interventivas, onde a maioria afirmou não ter participado de nenhuma ação promovida pelo *Campus* no intuito de minimizar a problemática junto aos estudantes retidos e que não concluíram o curso. Em contrapartida, avaliaram positivamente os serviços e benefícios da assistência estudantil para superação da retenção escolar. Neste ponto específico, acreditamos que a assistência estudantil contribui para minimizar a ocorrência da retenção, permitindo que os estudantes possam melhorar seu desempenho acadêmico e concluir seus estudos com êxito na formação, visando a garantia da permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possibilitando o acesso à educação de qualidade.

De maneira adicional, verificou-se as ações desenvolvidas no âmbito do *campus* Cedro para redução da retenção discente por parte dos gestores, coordenadores e profissionais da assistência estudantil. Os resultados revelaram que a maioria dos respondentes apresentam conhecimento sobre ações de intervenção que podem ser desenvolvidas na superação da evasão e retenção escolar presentes no Plano de Permanência e Êxito do IFCE (2017), sendo as dificuldades mais apontadas pelos questionados:

- a falta de integração/articulação entre os diversos setores para planejamento, execução de ações e articulação nos atendimentos e acompanhamentos dos alunos retidos
- a ausência de um trabalho interdisciplinar e intersetorial
- a desatualização do sistema acadêmico da instituição

Outras informações extraídas foram as de que há uma baixa frequência de cadastro das atividades na plataforma<sup>10</sup> do PPE, e de forma geral, há pouca constância no planejamento de estratégias e realização de atividades para minimizar a problemática da retenção.

<sup>8</sup> A dificuldade para o término do Trabalho Conclusão de Curso foi apontada exclusivamente pelo curso superior de Licenciatura em Matemática.

<sup>9</sup> Observada pela escolha dos estudantes pesquisados por valores em pecúnia, advindos de bolsas acadêmicas, monitorias, bolsas de iniciação científica e auxílios estudantis, como os que mais contribuem para reduzir a retenção e favorecem a permanência e êxito estudantil e observada no perfil dos discentes em relação a renda familiar.

<sup>10</sup> Ferramenta de gestão da Pró Reitoria de Ensino (PROEN-IFCE) disponível por meio do link <http://gestaoproen.ifce.edu.br>, para acompanhamento e monitoramento do Plano. O cadastro das ações realizadas inclui toda documentação que evidencie as ações que contribuem para a permanência e êxito discente, executadas pela instituição (IFCE, 2020).

Ainda conforme os dados da pesquisa, verifica-se um predomínio na visão dos gestores, coordenadores e profissionais da assistência estudantil que o acompanhamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento, reprovações, retidos no curso contribui para permanência e êxito dos estudantes.

Diante do exposto, é preciso ressaltar que a proposta de intervenção necessita de um engajamento de todos os envolvidos para a obtenção dos resultados esperados, bem como da superação de dificuldades operacionais e/ou didático pedagógicas que podem surgir diante das particularidades dos estudantes e da instituição. A aplicação das ações como ferramentas auxiliares no combate a retenção discente, requerem uma atuação dos profissionais de maneira coordenada, colaborativa e articulada entre estes no âmbito de sua atuação institucional, promovendo o trabalho de forma interdisciplinar e intersetorial, com vias a contribuir na permanência do estudante e conclusão exitosa do curso.

Essa proposta ainda apresenta o intuito de vincular-se ao Plano de Permanência e Êxito (PPE) do IFCE, uma vez que as ações sugeridas aqui alinham-se com as medidas de intervenção propostas no Plano do IFCE para superação da evasão e retenção, e podem ser cadastradas no grupo de atividades da plataforma do PPE. Neste sentido, destacam-se a seguir as sugestões de ações do plano de intervenção para combate à retenção dos cursos do *campus* Cedro.

### PROPOSTA DE AÇÕES PARA COMBATER A RETENÇÃO

As ações sugeridas foram construídas com base nas discussões e reflexões do estudo dissertativo intitulado “Análise da retenção escolar: uma proposta de intervenção para a promoção da permanência e êxito dos estudantes do IFCE”, visando a participação de todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do *campus* Cedro na busca por minimizar a ocorrência da retenção. São elas:

#### Proposta de ação – I

**Quadro 2 – Plano de Intervenção – Ação I : Diagnóstico e apoio ao processo de aprendizagem dos estudantes**

| Fator de Intervenção                                                                           | Ação sugerida                                                               | Como pode ser feito                                                                                                                                                                           | Frete de atuação                                                                                                                                            | Período de execução |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Déficit de aprendizagem<br>Dificuldade de aprendizagem com as matérias e conteúdos ministrados | Avaliação diagnóstica                                                       | Estudos dirigidos, atividades de pesquisa, prova teórica, jogos didáticos                                                                                                                     | DIREN, coordenação de ensino, coordenação de curso Docentes, Equipe técnica pedagógica                                                                      | Início do semestre  |
|                                                                                                | Levantamentos de discentes com dificuldades de aprendizagem nas disciplinas | Mapeamento de disciplinas junto ao sistema acadêmico<br>Coleta de dados em reuniões de colegiado, curso, conselhos de classe<br>Encaminhamento para profissionais e/ou setores especializados | DIREN, coordenação de curso, coordenação de ensino, Docentes, equipe técnica pedagógica, Assistência Estudantil                                             | Semestral           |
|                                                                                                | Projetos de reforço acadêmico                                               | Grupos de apoio, oficinas, programas de monitoria                                                                                                                                             | DIREN, DEPII, coordenação de ensino, coordenação de cursos, coordenação de pesquisa, inovação e pós-graduação, Docentes, Assistência Estudantil, Biblioteca | Semestral           |

|  |                                     |                                                           |                             |        |
|--|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------|--------|
|  | Realização de reuniões sistemáticas | Planejamento estratégico específico por cursos e setores. | DIREÇÃO GERAL, DIREN, DEPPI | Mensal |
|--|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------|--------|

Fonte: Elaborado pela autora

O Déficit e a dificuldade de aprendizagem das matérias e conteúdos ministrados, foram apontados pelos discentes como fatores associados à retenção nos cursos Técnico em Eletrotécnica e Licenciatura em Matemática do IFCE *campus* Cedro. Dessa forma, esses dois fatores configuram-se elementos que interferem na aprendizagem dos estudantes durante o processo de formação acadêmica.

Como sugestão para minimizar o primeiro fator, indicamos uma ação interventiva no início do período letivo, por meio de atividades diagnósticas como ferramenta de apoio ao processo de aprendizagem. *Avaliações diagnósticas* podem ser realizadas nos semestres iniciais abordando conteúdos tratados em etapas de escolarização anterior e que são consideradas pré-requisitos para o bom desempenho no período corrente. Neste sentido, docentes e coordenações de curso podem aplicar atividades avaliativas junto aos estudantes, e utilizar as informações de desempenho na identificação dos conteúdos que precisam ser trabalhados com maior urgência nas primeiras aulas.

Em uma segunda etapa de diagnose, podem ser realizadas *levantamentos de discentes com dificuldades de aprendizagem nas disciplinas* e os dados coletados utilizados no acompanhamento e mapeamento de disciplinas cujos índices de estudantes com dificuldade no entendimento dos conteúdos ministrados sejam maiores. Outra ação sugerida que tem como suporte os levantamentos anteriormente realizados seria a criação de *projetos de reforço acadêmico* para auxiliar os discentes na superação das dificuldades apresentadas em determinados componentes curriculares.

Por último, dentro da dinâmica de planejamento estratégico institucional conduzido pela gestão do campus, é preciso direcionar as ações do plano para a prevenção da retenção e evasão escolar. Diante do exposto, a *realização de reuniões sistemáticas* específicas por setores e cursos, são fundamentais para o direcionamento das atividades com foco na melhoria do aprendizado dos estudantes.

## Proposta de ação – II

**Quadro 3 – Plano de intervenção – Ação II: Acompanhamento e prevenção de discentes com reprovações**

| Fator de Intervenção                          | Ação sugerida                                                                                                            | Como pode ser feito                                                                                                                                                        | Frete de atuação                                                                                                | Período de execução |
|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| <b>Excessivas reprovações nas disciplinas</b> | Diagnóstico das disciplinas com maior índice de reprovações nos cursos                                                   | Identificação das disciplinas com maiores índices de reprovação<br><br>Planejamento de monitorias e grupos de estudo para as disciplinas com maiores índices de reprovação | DIREN, coordenação de ensino, coordenação de curso, docentes                                                    | Semestral           |
|                                               | Revisão das matrizes curriculares                                                                                        | Grupos de estudo e reuniões para avaliação e discussão dos conteúdos e disciplinas pré-requisitos                                                                          | Coordenação de cursos, Docentes                                                                                 | Annual              |
|                                               | Verificação periódica dos estudantes com faltas recorrentes e/ou reprovações e                                           | Levantamento junto ao sistema Q-Acadêmico do histórico e boletim dos estudantes<br><br>Encaminhamento para acompanhamento social e pedagógico                              | DIREN, coordenação de ensino, coordenação de curso, Docentes, equipe técnica pedagógica, Assistência Estudantil | Semestral           |
|                                               | Promoção de capacitações com temáticas relacionadas a metodologias de intervenção junto a fatores de reprovação discente | Fóruns, Workshops, Seminários de capacitação para docente e setor pedagógico do campus                                                                                     | DIREÇÃO GERAL, DIREN, DEPEI                                                                                     | Semestral           |

Fonte: Elaborado pela autora

A reprovação é um fenômeno intimamente ligado à retenção, pois impacta diretamente na permanência dos estudantes na instituição escolar e na conclusão dos cursos no tempo previsto pelas matrizes curriculares. Sendo as excessivas reprovações uma realidade constatada na percepção dos discentes pesquisados, bem como, na análise documental dos históricos escolares realizada no mês de novembro de 2020 no Q-Acadêmico, sugerimos como

ações de intervenção a *identificação das disciplinas com maior índice de reprovações nos cursos*, objetivando mapear tais componentes curriculares que mais reprovam e ainda definir aqueles onde haja a possibilidade de *revisão das matrizes curriculares* nos Planos Pedagógicos dos Cursos (PPC's).

Neste sentido, aliado a estas atividades diagnósticas, acreditamos também no uso de instrumentos de *verificação de estudantes com faltas recorrentes e/ou reprovações* para acompanhamento social e pedagógico. Essa verificação facilitará o monitoramento dos estudantes e o acompanhamento feito pela equipe pedagógica e assistência estudantil na busca pela identificação das dificuldades de aprendizagem e as causas da reprovação que levam a retenção, intervindo na problemática.

Por último, elencamos como sugestão adicional a todas as ações de identificação e diagnose dos fatores de reprovação a *promoção de capacitações relacionadas a metodologias de intervenção junto a fatores de reprovação discente* com vistas a subsidiar o trabalho docente em sala de aula.

## Proposta de ação – III

Quadro 4 - Plano de intervenção – Ação III: Acompanhamento de discentes em conclusão de curso e estágio

| Fator de Intervenção                         | Ação sugerida                                                                   | Como pode ser feito                                                                                                                                                                                                                                 | Frete de atuação                                                                                                         | Período de execução |
|----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) Estágio | Preparação dos discentes para o Trabalho de Conclusão de Curso                  | Atividades que apresentem o percurso de desenvolvimento da pesquisa científica.<br><br>Produção, publicação e apresentação de textos acadêmicos em eventos específicos<br><br>Oficinas de metodologia do trabalho científico                        | Coordenação de ensino, coordenação de curso, coordenação de pesquisa, inovação e pós-graduação, Docentes, biblioteca.    | Durante o curso     |
|                                              | Divulgação dos TCC's apresentados por estudantes egressos                       | Seminários, workshops, fóruns, encontros acadêmicos e palestras                                                                                                                                                                                     | DIREN, DEPII, coordenação de ensino, coordenação de cursos, coordenação de pesquisa, inovação e pós-graduação, Docentes. | Anual               |
|                                              | Revisão das atuais normas e formatação de desenvolvimento e apresentação do TCC | Planejamento estratégico específico por curso e alinhamento curricular intercampi                                                                                                                                                                   | DIREN, DEPII, coordenação de curso, Docentes                                                                             | Anual               |
|                                              | Acompanhamento de estudantes com pendência em TCC e estágio                     | Levantamento juntos ao Q-Acadêmico e registros de alunos com pendências<br><br>Atendimentos individualizados e encaminhamentos a setores específicos do campus<br><br>Incentivo a busca e divulgação de ofertas de vagas para realização do estágio | DIREN, coordenação de curso, coordenação de estágio, equipe pedagógica                                                   | Semestral           |

Fonte: Elaborado pela autora

A conclusão do TCC foi indicada pelos estudantes da Licenciatura em Matemática como o principal motivo de retenção no curso. Corroborando com esse resultado, a análise documental<sup>11</sup> no sistema Q-Acadêmico, apontou que a maioria dos discentes retidos possuem pendência na disciplina monografia. Ao lado desta realidade do superior, encontramos que os estudantes retidos no curso técnico em Eletrotécnica não conseguem realizar o estágio supervisionado previsto no curso.

Diante das problemáticas apontadas, no que diz respeito às pendências do TCC, propomos o acompanhamento através da *preparação dos discentes para o Trabalho de Conclusão de Curso*, não somente por meio de disciplinas obrigatórias, mas também através de iniciativas que possam esclarecer os passos do método científico e a necessidade de apropriação imediatamente após o ingresso no curso. *Divulgação dos TCC's apresentados por estudantes egressos* como instrumento de incentivo a iniciação científica e esclarecimento junto àqueles que nunca tiveram contato com a pesquisa acadêmica. E ainda a *revisão das atuais normas e formatação de desenvolvimento e apresentação do TCC* no PPC dos cursos superiores, desde a ampliação do tempo de realização da pesquisa e adesão a outras modalidades de formatação do TCC, como por exemplo, o artigo científico, portfólio, dentre outros.

De maneira simultânea para as duas problemáticas, colocamos como sugestão o *acompanhamento de estudantes com pendência em TCC e estágio*, através de levantamento e registro de alunos com pendência nestas atividades por curso, com posterior acolhimento, encaminhamento a setores específicos, atendimento das dificuldades individuais, apoio e prestação de orientações sobre as alternativas para sanar tais dificuldades.

<sup>11</sup> Análise realizada no mês de novembro de 2020.

## Proposta de ação – IV

Quadro 5 - Plano de intervenção – Ação IV: Suporte à formação acadêmica do discente

| Fator de Intervenção                                                                                     | Ação sugerida                                                                                   | Como pode ser feito                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Frete de atuação                                                        | Período de execução |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| <b>Problemas pessoais, saúde familiar e sociais</b><br><b>Alta vulnerabilidade social dos estudantes</b> | Descrição do perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes                                  | Aplicação de questionário socioeconômicos inseridos no sistema Q-acadêmico<br><br>Planejamento da oferta de serviços e benefícios da assistência estudantil e setor pedagógico                                                                                                                                                  | DIREN, coordenação de ensino, Assistência Estudantil, equipe pedagógica | Início do semestre  |
|                                                                                                          | Promoção de espaços para escuta, reflexão e discussão junto aos estudantes                      | Criação de grupos de orientação por profissionais de diferentes setores abordando temáticas da vivência dos estudantes e dificuldades enfrentadas no percurso acadêmico<br><br>Realização de escutas qualificadas, entrevistas sociais, atendimento social e pedagógico<br><br>Encaminhamento para profissionais especializados | DIREN, Assistência Estudantil, biblioteca, docentes, equipe pedagógica  | Mensal              |
|                                                                                                          | Ampliação dos auxílios de vulnerabilidade social, projetos de iniciação científica e monitorias | Aumento no orçamento destinados aos auxílios de vulnerabilidade social<br><br>Aumento do valor da parcela dos auxílios de vulnerabilidade social<br><br>Ampliação das vagas remuneradas do programa de monitoria<br><br>Incentivo a submissão de projetos de iniciação científica e disponibilidade de bolsas                   | Direção Geral, DIREN, DEPPI                                             | Anual               |

Fonte: Elaborado pela autora

Os problemas pessoais (saúde familiar e sociais) também foram apontados pelos alunos dos cursos analisados como causas da retenção. Da mesma maneira, gestores, coordenadores e profissionais da assistência estudantil questionados no estudo, apresentaram a mesma percepção, destacando as influências que o contexto social de inserção dos estudantes é capaz de refletir no aumento dos indicadores de retenção.

Face ao exposto, apontamos como proposta inicial de atuação a *descrição do perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes* como ação de planejamento estratégico de suporte a permanência dos estudantes no campus. Num segundo momento a *promoção de espaços para escuta, reflexão e discussão junto aos estudantes* com criação de grupos orientados por profissionais de diferentes setores do campus no trabalho de temáticas de vivência e exposição de dificuldades identificadas no percurso de formação acadêmica dos alunos, buscando formas de intervir nas necessidades sociais e educacionais destes.

A terceira ação compreende a *ampliação dos auxílios de vulnerabilidade social, projetos de iniciação científica e monitorias*. Nessa ação é necessário que a gestão do campus priorize o aumento do orçamento destinado aos auxílios estudantis de vulnerabilidade social, bem como, o aumento no valor de parcelas pagas, ofertando um maior subsídio às despesas estudantis em relação às necessidades sociais tais como moradia, transporte, formação, dentre outros. Sobre os projetos e iniciação científica e de monitoria, buscar recursos para a ampliação das vagas remuneradas do Programa de Monitoria desenvolvido na instituição, com incentivo a submissão de projetos de iniciação científica e obtenção de bolsas direcionados ao apoio da aprendizagem e permanência dos estudantes no âmbito institucional.

## Proposta de ação - V

**Quadro 6 - Plano de intervenção – Ação V: Acolhimento e integração à rotina acadêmica**

| Fator de Intervenção                      | Ação sugerida                                              | Como pode ser feito                                                                                                                                                                                                        | Frete de atuação                                                                                             | Período de execução  |
|-------------------------------------------|------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Dificuldade de adaptação à vida acadêmica | Realização de semana de recepção, acolhimento e orientação | Promoção de palestras, oficinas, rodas de conversa com informações de procedimentos da rotina acadêmica, serviços e benefícios ofertados pela instituição                                                                  | DIREN, DEPLI, coordenação de ensino, coordenação de curso, coordenação de pesquisa, inovação e pós-graduação | Início do semestre   |
|                                           | Apresentação, divulgação e orientações sobre os cursos     | Criação de plataformas virtuais por curso de divulgação de informações sobre o curso, profissão, materiais de estudo e orientações acadêmicas                                                                              | DIREN, coordenação de curso, docentes.                                                                       | Durante todo o curso |
|                                           | Criação de espaço sociopedagógico                          | Projetos e outras atividades voltada a temática de formação humana e pedagógica dos estudantes<br><br>Sensibilização de docentes e discentes sobre a importância da realização de atividades para promoção da aprendizagem | DIREN, coordenação de ensino, coordenação de curso, Equipe pedagógica, Assistência Estudantil, Biblioteca.   | Mensal               |

Fonte: Elaborado pela autora

A adaptação do estudante à vida acadêmica pode se tornar uma das dificuldades no seu processo de formação, o qual se soma aos fatores que ocasionam a retenção. Essa dificuldade foi uma das que se mostrou mais relevante na percepção dos gestores e coordenadores questionados, sendo também apontado como causa da retenção escolar.

Nesse âmbito, para reduzir essa dificuldade, recomendamos o acolhimento e integração dos estudantes à rotina acadêmica como ação de intervenção, através das medidas que seguem. *Realização da semana de recepção, acolhimento e orientação* para as turmas que estão ingressando no campus, mediante atividades que versem sobre os serviços ofertados pelos setores na instituição, programas, projetos, benefícios estudantis, perfil dos cursos, normas e procedimentos que permeiam o ambiente acadêmico.

Da mesma forma, visando complementar o processo de orientação ao estudante, sugerimos reforçar a *apresentação, divulgação e orientações sobre os cursos* existentes, principalmente através de ferramentas e mídias virtuais, a fim de disponibilizar um maior acesso às informações sobre o curso, a profissão, os materiais de estudo e orientações acadêmicas.

Ainda dentro da problemática aqui abordada, outra sugestão seria a *criação de um espaço sociopedagógico* em complemento às atividades já realizadas na instituição, cujo intuito seria o de apoiar o estudante em sua trajetória acadêmica. Esse espaço será destinado para o trabalho de temáticas essenciais a formação humana e pedagógica dos alunos, com foco no ensino aprendizagem. Vale salientar que essa ação pode ocorrer de forma transversal às disciplinas, em momentos determinados nos horários das aulas, dentro da rotina dos estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retenção escolar é um fenômeno complexo e multifatorial, sendo necessário a compreensão de que não há um único fator ou causa responsável para a ocorrência do evento, pois, são inúmeros os determinantes que interferem no processo ensino-aprendizagem dos estudantes nas instituições escolares, os quais podem impedir os discentes de concluírem seus estudos no tempo regular, sendo necessário um olhar especial aos alunos considerados retidos, pois estes apresentam um grande potencial a se tomarem evadidos.

Para o desenvolvimento da proposta de intervenção educacional, devem ser levadas em consideração as particularidades dos estudantes dos cursos, pois esta proposta não apresenta um método, mas um instrumento de reflexão e atuação na problemática da retenção, bem como, articular-se as medidas de intervenção propostas no Plano de Permanência e Êxito (PPE) de 2017 do IFCE.

O estudo trouxe sugestões de ações a serem implementadas para o acompanhamento e prevenção de estudantes em situação de retenção, configurando-se como uma possibilidade de enfrentamento a ocorrência do fenômeno nos Institutos Federais, bem como, incentivar o trabalho interdisciplinar e coletivo dos profissionais do *campus* Cedro, diante dos fatores que interferem na aprendizagem dos estudantes. Assim, na perspectiva de contribuir com a permanência e êxito dos alunos, espera-se que esta proposta, contribua para minimizar os índices de retenção e favorecer o processo de formação e conclusão dos cursos.

Para estimular novas ações de intervenção objetivando a permanência e o bom desempenho do discente, sugere-se que o planejamento estratégico institucional realizado por gestores, coordenadores, docentes e profissionais que atuam no processo de ensino, uma prática constante na superação da retenção e evasão, fundamental para orientar as práticas educativas a serem adotadas na atuação frente a essas problemáticas, na perspectiva de que é responsabilidade de todos que compõem a instituição.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília (DF): Ministério da Educação, 1996. Disponível em <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/739>. Acesso em 10 de nov. 2019.

BRASIL. MEC. **Manual para produção e análise de indicadores da rede federal de EPCT**. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17929-analise-indicadores-2014&Itemid=3019212Q](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17929-analise-indicadores-2014&Itemid=3019212Q). Acesso em: 09 de out. 2020.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha**. Ano base 2019. Brasília (DF): Ministério da Educação, 2020. Disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em 02 de mai. 2020.

IFCE. **IFCE em números**. Fortaleza: IFCE, 2016. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

GAIOSO, Natalicia Pacheco de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil. 2005**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

IFCE. **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE**. Fortaleza: IFCE, 2017. Disponível em <https://ifce.edu.br/proen/ensino/plano-de-permanencia-e-exito.pdf>. Acesso em 22 de mai. 2020.

IFCE. **Ferramenta de Gestão da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)**. Fortaleza: IFCE, 2020. Disponível em <https://gestaoproen.ifce.edu.br/>. Acesso em 16 de dez. 2020.

HOLANDA, Denise de Araújo Silva. **Análise da retenção escolar: uma proposta de intervenção para a promoção da permanência e êxito dos estudantes do IFCE. 2021. 167f**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.